



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

***“NESTA PREFEITURA AQUI, SÓ QUEM MANDA SOU EU!”:
ASPECTOS DO CAMPO POLÍTICO EM UM PEQUENO MUNICÍPIO
CEARENSE DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR (1970-1982)***

FRANCISCO DE ASSIS SEVERO LIMA

Orientador: Tiago Bernardon de Oliveira

Linha de pesquisa: História e Regionalidades.

João Pessoa, agosto de 2018.

“NESTA PREFEITURA AQUI, SÓ QUEM MANDA SOU EU!”:
ASPECTOS DO CAMPO POLÍTICO EM UM PEQUENO MUNICÍPIO
CEARENSE DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR (1970-1982)

FRANCISCO DE ASSIS SEVERO LIMA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciência Humanas e da Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, em cumprimento às exigências parciais para obtenção do título de Mestre em História, Área de Concentração em História e Cultura Histórica, na Linha de Pesquisa em *História e Regionalidades*.

Orientador: Tiago Bernardon de Oliveira

Linha de pesquisa: História e Regionalidades.

João Pessoa, agosto de 2018.

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

L732n Lima, Francisco de Assis Severo.

NESTA PREFEITURA AQUI, SÓ QUEM MANDA SOU EU!: ASPECTOS
DO CAMPO POLÍTICO EM UM PEQUENO MUNICÍPIO CEARENSE
DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR (1970-1982) /
Francisco de Assis Severo Lima. - João Pessoa, 2018.
145 f.

Orientação: Tiago Bernardon de Oliveira.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. Política Local e Regional; Ditadura Civil-Militar.
2. História Política. I. Oliveira, Tiago Bernardon de.
II. Título.

UFPB/CCHLA

FRANCISCO DE ASSIS SEVERO LIMA

**“NESTA PREFEITURA AQUI, SÓ QUEM MANDA SOU EU!”:
ASPECTOS DO CAMPO POLÍTICO EM UM PEQUENO MUNICÍPIO CEARENSE
DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR (1970-1982)**

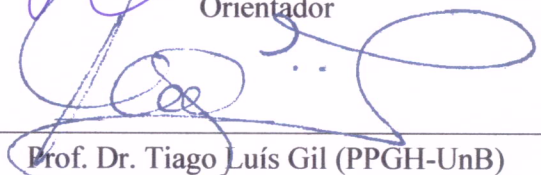
Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciência Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba, em cumprimento às exigências parciais para obtenção do título de Mestre em História, Área de Concentração em História e Cultura Histórica, na Linha de Pesquisa em *História e Regionalidades*.

Dissertação defendida e aprovada em 20 de agosto de 2018.

Banca examinadora:


Prof. Dr. Tiago Bernardon de Oliveira (PPGH-UFPB)

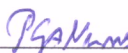
Orientador


Prof. Dr. Tiago Luís Gil (PPGH-UnB)

Examinador externo


Prof. Dr. Samir Perrone de Miranda (PPGCPRI-UFPB)

Examinador externo


Prof. Dr. Paulo Giovani Antonino Nunes (PPGH-UFPB)

Examinador interno

Prof. Dr. Severino Cabral Filho (PPGH-UFCG)

Suplente externo

Prof. Dr. Martinho Guedes dos Santos Neto (PPGH-UFPB)

Suplente interno

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
 CAPÍTULO I –DO CÍRCULO DOMÉSTICO À VIDA PÚBLICA: PEDRO FRANCISCO DE OLIVEIRA E A CONSTRUÇÃO DE UM PROJETO DE PODER	30
1.1. Mirambaia: aspectos gerais de sua formação social, econômica e política	30
1.1.1. Pedro de Tôta ascende à vida pública.	32
1.1.2. Oliveira “sem pabulagem”	34
1.1.3. Cida Oliveira: a Matriarca	41
1.2. O “abre-alas” à vida pública: entre relações de poder e dominação, Pedro de Tôta ascende ao campo político	45
1.2.1. Estratégias de poder	53
1.2.2. 1972: um novo nome na disputa política local	58
1.2.3. O Código Eleitoral e conduta moral: da legislação federal à prática cotidiana	61
1.3. Alianças regionais.....	64
 CAPÍTULO II –ALIANÇAS E RUPTURAS: ESTRATÉGIAS DE PODER NO COTIDIANO DA POLÍTICA LOCAL EM MIRAMBAIA.....	72
2.1. Economia simbólica em tempos de disputa eleitoral: propostas e ações de uma campanha eleitoral.....	72
2.1.1. O preço da “democracia”	83
2.2. “Nessa prefeitura aqui, só quem manda sou eu!”	89
2.2.1. Entre desenvolvimento e práticas clientelistas: o governo de Pedro de Tôta alinhado ao “ciclo dos coronéis”	94
2.3. Representações sobre Pedro de Tôta na política Mirambaiense	98
2.3.1. Espaço de tensão: a cidade além dos jornais	105
 CAPÍTULO III –O MUNICÍPIO DE MIRAMBAIA E O REGIME MILITAR DE 1964: “MEIOS INDISPENSÁVEIS À OBRA DE RECONSTRUÇÃO ECONÔMICA, FINANCEIRA, POLÍTICA E MORAL DO BRASIL ”	116
3.1. A política dos privilégios: velhas práticas micro-estruturantes do Brasil.....	117
3.2. A sutileza da dominação: estratégias de poder do Regime Militar	124

3.2.1. O bipartidarismo	124
3.2.2. As sublegendas.....	128
3.2.3. A estrutura patrimonial clientelista	132
3.3. Direitos e favores: controle político e social como elemento da reprodução da ordem política	138
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	147
FONTES E BIBLIOGRAFIA.....	150

AGRADECIMENTOS

Tenho muito a agradecer, afinal ninguém finaliza os ciclos da vida isoladamente, pois a construção de nossa história é fruto de nossas relações de sociabilidades. Sendo assim, utilizarei este espaço para mencionar aquelas pessoas que foram cruciais para que esse momento de minha história pudesse ser concretizado, abrindo novas possibilidades para o universo que ainda pretendo desbravar.

Agradeço em primeiro lugar a duas pessoas que foram fundamentais para a minha inserção no mundo da leitura e da escolarização: minha mãe, Maria Raimunda, e minha irmã, Benedita Severo. Duas mulheres que são, acima de tudo, exemplos a seguir: fortes e determinadas mostraram-me, através de suas vivências, a importância da escola e deram-me os suportes primários para a realização desse sonho pessoal. Agradeço ainda aos demais irmãos e familiares que de forma direta também foram fundamentais para realização do meu propósito.

Ainda no caminho das digressões temporais, há alguém que fora muito importante em minha vida estudantil, a professora Francisca Moreira de Jesus, que carinhosamente a chamamos de Neidinha. Com sua sabedoria e amor a profissão, despertou em mim novas percepções sobre a realidade social, ainda no ensino médio, no início dos anos 2000, e que, ao longo da construção deste trabalho, esteve ao meu lado, fazendo as leituras dos capítulos e expondo sua opinião.

Um agradecimento especial será dirigido à minha esposa, Gilvaneide Moreira, que assumiu para si o meu sonho, me apoiando em todos os momentos de nossa vida conjugal. Os primeiros doze meses desta caminhada foram tempos difíceis, afinal tive que me afastar da família, deixando-a em companhia da nossa filha, com apenas dois anos de vida, a Maria Antonia. Foram delas que vieram a força para concluir essa caminhada. O reencontro e a despedida tornaram-se elementos constantes em nossos relacionamentos ao longo de 2016. Agradeço também à minha prima Elieuda Bernardo, que muito nos auxiliou durante o meu período de idas e vindas entre João Pessoa-PB e Aurora-CE.

Agradeço imensamente ao meu orientador, o professor Tiago Bernardon, esse homem sábio, detentor de uma humildade descomunal. Suas orientações foram fundamentais para a realização deste trabalho se consubstanciando no norte que

delineou minha pesquisa. Suas experiências profissionais no campo da história, seus questionamentos e indicações de leitura contribuíram profundamente para o desenvolvimento da presente dissertação e das minhas habilidades como pesquisador.

Nessa perspectiva, também devo agradecer ao professor Paulo Giovani Antonino Nunes, que esteve comigo durante os dois anos e meio do mestrado, sempre solícito, fazendo as críticas e os elogios necessários para que este trabalho ganhasse corpo e amadurecimento, sempre apontando os possíveis caminhos que melhorariam minha narração. Também necessito agradecer ao professor Tiago Gil, pois provieram de suas contribuições bibliográficas e orais nos momentos dos exames de qualificação e de defesa final alguns aspectos metodológicos que nortearam minha escrita. Agradeço ainda ao professor Samir Perrone, que mesmo tendo se juntado à equipe de professores que me auxiliaram apenas no exame de defesa, apresentou-me elementos que contribuíram para o enriquecimento do presente trabalho e das futuras pesquisas que desenvolverei.

Agradeço à minha turma de amigos do mestrado, pessoas que assim como eu provinham de outras realidades sócio-espaciais, como Hélia Moraes, de Mossoró-RN, uma amiga que levarei para vida, pessoa com quem compartilhei as agruras que enfrentei ao longo do curso. Rejane Sidrim, de Crato-CE, ambientada em João Pessoa, suas dicas sobre a cidade foram muito importantes para mim. Às amigas Geilza, Hellen, Vanusa, Anicleide, Gerlane, Jéssica e Janyne e o amigo Reinaldo, o convívio com elas e ele foi agradável e enriquecedor, tanto em sentido pessoal como acadêmico.

Meus sinceros agradecimentos à toda equipe do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba, ao secretário Geraldo, aos professores Hélio Flores, Raimundo Barroso, João Bueno, e as professora Solange Rocha e Carla Mary, que sempre estiveram à minha disposição, sanando as dúvidas que eu nutria acerca do ambiente acadêmico e do universo da pesquisa. Agradeço também, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pela concessão do apoio financeiro despendido a esta pesquisa, pois sem mesmo a concretização deste trabalho se tornaria mais árduo.

Agradeço a todos os meus entrevistados que compartilham comigo suas memórias e experiências de vida, pessoas que foram cruciais para a concretização dessa narrativa. Agradeço também ao amigo Francisco Gonçalves, responsável pelo arquivo

público da Prefeitura Municipal de Mirambaiá, que solicitadamente, abriu as portas deste setor e me auxiliou nas descobertas de fontes que foram importantes para a escrita da presente dissertação. Meu muito obrigado especialmente ao senhor “Pedro de Tôta”, que permitiu à problematização histórica de sua trajetória política. Suas narrativas foram imprescindíveis a esse trabalho.

Enfim, foram muitas as pessoas que se tornaram importantes para mim e para essa pesquisa ao longo desses trinta (30) meses. Pessoas que, inclusive, poderão não ter sido contempladas nessas poucas linhas reservadas aos agradecimentos, afinal esse é um pequeno espaço material, que não abarca a totalidade do meu senso de gratidão.

“NESTA PREFEITURA AQUI, SÓ QUEM MANDA SOU EU!”: ASPECTOS DO CAMPO POLÍTICO EM UM PEQUENO MUNICÍPIO CEARENSE DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR (1970-1982)

RESUMO

Esta dissertação tem como tema de pesquisa a história política de um microespaço social situado no interior cearense, a fim de compreender, a partir da análise da trajetória política de um indivíduo, as dinâmicas próprias do funcionamento do campo político em âmbitos local e regional no Brasil da ditadura civil-militar, entre os anos de 1970 e 1982. O objetivo desta pesquisa é analisar os fatores que envolviam e chancelavam a entrada de novos agentes no campo político, tradicionalmente limitado a círculos oligárquicos estreitos, bem como conhecer os elementos geradores de rupturas e permanências do processo histórico, em articulação entre a política local, regional e nacional.

Palavras-chave: Política Local e Regional; Ditadura Civil-Militar; História Política.

ABSTRACT

"IN THIS GOVERNMENT HERE, ONLY WHO SAYS I AM!": ASPECTS OF THE POLITICAL FIELD IN A SMALL CEARENE MUNICIPAL DURING CIVIL-MILITARY DICTATORSHIP (1970-1982)

This dissertation has as research theme the political history of a social microspace located in the interior of Ceará, in order to understand, based on the analysis of the political trajectory of an individual, the dynamics of the political field at local and regional levels in Brazil of the civil-military dictatorship, between the years of 1970 and 1982. The objective of this research is to analyze the factors that involved and chancelavam the entrance of new agents in the political field, traditionally limited to narrow oligarchic circles, as well as to know the elements that generate ruptures and permanence of the historical process, in articulation between local politic, regional and national.

Keywords: Local and Regional Policy; Civil-Military Dictatorship; Political History.

INTRODUÇÃO

Como preconizado por Michel Certeau (2011) “a operação histórica se refere à combinação de um lugar social, de práticas ‘científicas’ e de uma escrita.” (CERTEAU, 2011, p. 47) Assim, da pesquisa à escrita, dilemas e preocupações se abatem sobre o historiador, e comigo não foi diferente. Ver o resultado de um trabalho que durou cinco anos para se concretizar é satisfatório, mas não supera o peso das incertezas. Esse trabalho, que agora ganha corpo e autonomia, deixará as fronteiras controladas e alcançará os domínios da leitura, extrapolando inclusive os sentidos e significados delineados por mim enquanto pesquisador.

Como conhecedor da autonomia da leitura, apresento a quem esteja se dispondo a ler este trabalho seus caminhos operacionais.

Esta pesquisa teve início ainda em 2013, quando, junto dos meus ex-alunos do ensino médio, iniciamos em uma escola estadual de educação profissional em Mirambaiá, no estado do Ceará, uma pesquisa que serviria apenas como complemento curricular, devido à necessidade da introdução da história local na formação dos discentes da educação básica. No entanto tal iniciativa ganhou corpo, a ponto de se tornar a dissertação de mestrado que agora apresento.

A decisão de submeter, em 2015, esta proposta de trabalho a um programa de pós-graduação se deu a partir de dois fatores: a necessidade pessoal e profissional de alcançar um novo nível na carreira docente, bem como adquirir os suportes metodológicos para dar corpo acadêmico a uma proposta de pesquisa pensada em um ambiente de ensino da educação básica, afinal, em consonância com os ensinamentos de Certeau, “a instituição social (uma sociedade de estudos de...) permanece como condição de uma linguagem científica” (CERTEAU, 2011, p. 47). Desenvolver esta pesquisa na condição de mestrando, do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Paraíba me possibilitou, a partir de caminho metodológico que resolvi seguir, dar corpo a uma ideia e desenvolver um trabalho comprometido com os padrões institucionais de uma pesquisa histórica.

Escrever História não é uma tarefa fácil, uma vez que lidar com o passado é, no mínimo, desafiador, haja vista que o passado, enquanto objeto real, tangível, não existe senão como vestígios e como estruturas a sustentar um presente em permanente mutação. As tramas e aventuras vividas pelos homens no transcurso do tempo jamais poderão ser recuperadas plenamente por quem quer que seja, tampouco pelo historiador. O passado é tempo morto que sepulta consigo as ações vividas por aquelas pessoas que outrora existiram e agiram na sua vida cotidiana.

Assim, trabalhar com pesquisa no ramo da História implica estar disposto a encarar dilemas e ouvir críticas, e, quando o pesquisador decide se enveredar pelos caminhos da história política, esses desafios se adensam ainda mais, haja vista que a questão que historicizo nas linhas que seguem possui dimensões relacionadas à história brasileira do período colonial ao tempo presente em todo o território nacional, mantendo-se viva a partir do significado que lhe é atribuído por homens e mulheres em diferentes épocas, permeada por fortes disputas políticas atuais. Daí a dificuldade de lidar com questões tão delicadas que mexem com o sentimento de naturalidade das práticas humanas.

Diante disso, decidiu-se por fazer uma opção metodológica importante: todos os nomes de pessoas, empresas e localidades aqui referidos tiveram seus nomes reais substituídos por pseudônimos a fim de evitar sua identificação. A única exceção se deu com as referências ao estado do Ceará e de sua capital, assim como de agentes políticos de abrangência nacional. Esta escolha se deu a fim de evitar eventuais constrangimentos e usos político-partidários, dentre outros possíveis usos, dos eventos narrados e analisados nesta dissertação. Tomou-se essa decisão por precaução para preservar as pessoas referidas, dentre elas as próprias pessoas que concordaram em prestar seus depoimentos para a realização desta pesquisa, incluindo o personagem principal cuja trajetória política foi acompanhada e analisada aqui. Avaliou-se que tomar esta precaução seria ainda mais importante para o caso desta dissertação por tratar-se de um ambiente social pequeno, um pequeno município onde quase todas as pessoas se conhecem e onde pequenos desentendimentos podem vir a causar grandes transtornos pessoais para todos os envolvidos, incluindo o autor deste estudo. Como as questões aqui tratadas são delicadas e imersas em intensas disputas, qualquer elemento pode vir a ser utilizado das mais variadas formas, produzindo as mais diversas e imprevisíveis consequências, sobretudo se partir de interpretações distorcidas, oriundas de leituras

apressadas ou de leituras feitas com disposições prévias de servir às disputas políticas e/ou pessoais.

Não é o interesse neste estudo apontar para pessoas físicas, senão compreender processos históricos, dinâmicas sociais muito maiores do que as trajetórias individuais. Pensar a política brasileira através de suas raízes históricas nos dá a possibilidade de desvendar aspectos do presente que se escondem aos olhos daqueles que naturalizam os fenômenos sociais ou os enxergam apenas com um olhar efêmero. Historicizar os fenômenos políticos é buscar compreender como práticas e ações deste universo foram se desenvolvendo ao longo do tempo e sendo apoderadas por grupos para a sua permanência no poder. Assim, nos interessa discutir aspectos da lógica de funcionamento do campo político no interior do Brasil durante a ditadura civil militar a partir do acompanhamento de uma trajetória individual. Mas não é a trajetória de um indivíduo em si que nos interessa, tampouco a história meramente local, grosso modo entendida, por vezes, como algo deslocado de um conjunto maior. Ao contrário, a escolha por acompanhar a entrada no campo político de um indivíduo em uma pequena cidade no interior do Brasil deu-se pelo potencial analítico que a redução de escala permite para pensarmos em processos sociais e políticos mais amplos, que abrangem o próprio indivíduo e sua localidade enquanto levantam questões sobre o funcionamento da política brasileira em escala nacional durante a década de 1970 no Brasil. Assim, o caso aqui analisado, ainda que possua suas inerentes particularidades, carrega em si muitos aspectos provavelmente verificáveis em outras localidades, regiões e trajetórias individuais e coletivas Brasil afora durante o mesmo período.

Nesta perspectiva, a presente dissertação tem por pretensão trilhar um caminho que busca compreender aspectos da realidade política brasileira entre os anos de 1970 a 1982 a partir de um universo regional, o município aqui apelidado de Mirambaia, localizada no sul do estado do Ceará, na divisa do Cariri cearense com o Sertão paraibano. Para tanto, procura desvendar como aspectos da cultura política brasileira, neste caso as práticas clientelistas, se perpetuaram no tempo e foram sendo utilizadas através de diferentes estratégias por um grupo político formado a partir de uma família: a família Oliveira. Seu objeto principal de análise é a trajetória política de um indivíduo que ficou bastante conhecido na região e que aqui será chamado de Pedro de Tôta. A partir dos processos eleitorais e de sua atuação na Câmara de Vereadores entre os anos de 1970 e 1972 e de sua gestão como prefeito municipal entre os anos de 1977 a 1982,

procurei conhecer o cotidiano dos mecanismos de sua emergência e manutenção do poder político desse grupo local, processo bastante similar a tantos outros grupos no país todo, em diferentes temporalidades.

Para compreender a teia social formada por este político se faz necessário compreender suas relações sociais e pessoais, a fim de compreender os vínculos existentes entre grupos familiares e políticos na região, bem como conhecer seu universo particular, buscando analisar aspectos da genealogia da família Oliveira e suas ligações com outras famílias locais e regionais, pois foi a partir destas relações sociais que Pedro de Tôta teceu suas redes de sociabilidades e as relações culturais, políticas e econômicas que o possibilitou entrar na vida pública. Assim serão descortinadas as dinâmicas dessas relações e as imbricações com práticas e representações contidas num universo amplo que extrapolam o ciclo privado para trazer à tona um panorama da dinâmica social presente na cidade de Mirambaia na segunda metade do século XX, a fim de conhecer os motivos que o levaram a entrar na política, as perspectivas de futuro que ele almejava e suas práticas enquanto homem público, buscando conhecer as características, limites e perspectivas da política partidária naquele microespaço.

Será através das relações sociais construídas no dia a dia de Pedro de Tôta e nas práticas cotidianas da família Oliveira que conheceremos a amplitude da sociedade que circundava a cidade de Mirambaia. Nelas, serão percebidas as permanências e rupturas que aconteceram no curso da história, conhecendo as práticas de manutenção do poder e da ordem que fizeram de Pedro de Tôta vereador em 1970 e prefeito em 1976.

O acesso ao cotidiano deste personagem foi permitido através de sua memória. Utilizando a história oral como fonte de investigação histórica, rememoramos o passado a fim de analisar o percurso desenvolvido por esse personagem e as relações que ele construiu neste período. A história oral, utilizada nesta ótica, me auxiliou na compreensão dos anseios e perspectivas que motivaram as ações destes indivíduos. A utilização deste método se justifica na medida em que,

A história oral compartilha com o método histórico tradicional [utilização de fontes documentais escritas] as diversas fases e etapas do exame histórico. De início, apresenta uma problemática, inserindo-a em um projeto de pesquisa. Depois, desenvolve os procedimentos heurísticos apropriados à constituição das fontes orais que se propôs produzir. Na hora de realizar essa tarefa, procede, com o maior rigor possível, ao controle e às críticas interna e

externa da fonte constituída, assim como das fontes complementares e documentais. (LOZANO, 2006, p. 16)

Assim, a utilização da história oral nesse trabalho também se justifica pelo fato de as tramas narradas nessas páginas situarem-se na contemporaneidade, cuja maioria dos atores nela envolvidos encontram-se lúcidos e capazes de contribuir com a rememoração do passado, incluindo neste rol, e principalmente, o próprio personagem principal.

Desta forma, a memória foi fundamental para o desenvolvimento deste trabalho, pois dela proveio à maior parte das fontes que nortearam a presente pesquisa. Conforme os pensamentos de Michael Pollak, “a memória também sofre flutuações que são função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa. As preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória” (POLLAK, 1992, p, 204). Nesta perspectiva, pensar a história de um agente político e social através de fontes advindas de sua memória possibilita ao historiador a compreensão de dois aspectos enriquecedores de uma análise histórica: a forma como ele constrói representações de si e a forma como se percebe enquanto agente social, bem como os elementos da identidade do grupo social ao qual pertence. No caso desta pesquisa, através da memória do político em questão foi possível compreender aspectos identitários dos grupos políticos locais, seus limites éticos e morais, bem como suas práticas e condutas.

Desta forma, a problematização da memória, externalizada através da história oral como fonte, permitiu a produção de conhecimentos inovadores para a problemática investigada, pois alargou os horizontes e fronteiras delimitados pelas fontes escritas, trazendo à tona um universo de peculiaridades a partir dos relatos das testemunhas que vivenciaram os fatos contidos nesta narração. Isso foi possibilitado porque a oralidade “permite obter e desenvolver conhecimentos novos e fundamentar análises históricas com base na criação de fontes inéditas ou novas” (LOZANO, 2006, p. 16). Porém, o

trabalho com as fontes orais foi, no mínimo, uma tarefa árdua, haja vista que as subjetividades humanas estiveram constantemente rondando esta produção.

Segundo Verena Alberti, a metodologia da história oral “consiste na realização de entrevistas gravadas com indivíduos que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos e conjunturas do passado e do presente” (ALBERTI, 1990, p. 115).¹ No entanto, após tal tarefa, é necessário significar os depoimentos em uma estrutura científica a partir da crítica historiográfica, pois, mesmo que o historiador, como no caso presente, utilize como norte para entrevistas os questionários semiestruturados², a memória dos entrevistados não ficará presas ou delimitadas às questões propostas. No caso desta pesquisa, por vezes os entrevistados silenciaram ou extrapolaram as questões, e mesmo assim, foi possível através do silêncio ou do excesso, produzir a partir delas, conhecimentos históricos, científicos.

Para que os relatos orais se tornassem fontes históricas e conhecimentos científicos foram necessários algumas etapas burocráticas e práticas, pois a memória é propriedade humana, passiva de ser questionada por sujeitos e grupos. Assim, a pesquisa com as fontes orais envolveu questões éticas que precisaram ser trabalhados dentro de padrões técnicos. Desta forma, o primeiro passo para o trabalho com esse tipo de fonte foi a submissão da proposta a um comitê científico da área de saúde, que neste caso específico, foi deferido pelo Ministério da Saúde, a partir da Plataforma Brasil. De posse do parecer favorável, a pesquisa se iniciou pela produção das questões que deveriam ser conhecidas a fim de elucidar os aspectos sociopolíticos que não se deixavam perceber pelas fontes escritas e fotográficas selecionadas ao longo do período reservados para angariá-las.

1. Nos anos 1990, um forte debate foi travado entre os historiadores que apresentaram divergências sobre a definição conceitual dos usos das fontes orais na pesquisa histórica. O debate apontou para as disputas de entendimentos em torno da noção de técnica, disciplina ou metodologia. Para a compreensão desse debate e do uso da História Oral como metodologia ver AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs). Apresentação. In: **Usos e abusos da história oral**. 8ª. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. vii-xxv.

2. Nessa modalidade de entrevista, ainda que a entrevista se desenvolva a partir de um roteiro prévio, existe espaço para que uma grande parte das perguntas surge à medida que o diálogo entre o entrevistador e o entrevistado vai acontecendo.

Com as questões elaboradas caberia selecionar os entrevistados, pessoas que estivessem dispostas a contribuir com a pesquisa. Como o raio geográfico delimitado pelo presente trabalho é bem conhecido por mim, afinal conheço as pessoas que viveram no recorte temporal delimitado, acreditei que esta não seria uma tarefa árdua. No entanto, tive dificuldades em encontrar pessoas dispostas a falar sobre tal período. Algumas deixaram claro que tinham medo de falar de questões tão delicadas, outras se propuseram a falar, no entanto não concordaram em assinar o Termo de Consentimento Livre Esclarecido – TCLE, pois, mesmo eu garantindo a preservação de suas identidades, acreditavam que suas assinaturas naquele documento os comprometiam de alguma forma e poderiam trazer complicações futuras.

A princípio fiquei apreensivo quanto aos rumos que a pesquisa tomaria, afinal as entrevistas seriam indispensáveis à concretização da proposta que tinha em mente após o primeiro ano do mestrado. Digo isso porque no início também não era pretensão minha mexer em questões delicadas da política nacional. Meus primeiros objetivos eram mostrar a ruptura política local, apresentar como o Grupo dos Oliveira derrotam os Fonseca nas eleições de 1976 e abordar os aspectos pitorescos e cômicos da política partidária no município de Mirambaiá. Porém, ao longo do curso, com as orientações e leituras, outras perspectivas foram surgindo e me dei conta do que tinha nas mãos, da complexidade que as respostas das fontes me mostravam e tudo aquilo ganhava corpo após um embasamento teórico. As questões foram elaboradas com base nestas perspectivas, o que gerou receio e recusa dos primeiros selecionados. Minha maior surpresa veio após a primeira entrevista com o personagem principal. Sem receio, Pedro de Tôta se dispôs a narrar sua vida política, com detalhes que me surpreenderam. Foram mais ou menos quatro horas de entrevistas. Os eventos narrados por ele e complementados pelas oito pessoas que também entrevistei ao longo de três meses se consubstanciaram em umas das principais fontes de pesquisa para este trabalho.

Após tal etapa, veio a fase das transcrições e em seguida o trato documental. Concluí por utilizar apenas cinco entrevistas no corpo do texto, pois foram elas as que mais revelaram os aspectos do passado que procurei compreender neste momento, enquanto as demais não foram descartadas, estão guardadas para análises futuras, pois o conhecimento histórico que procuro ajudar a construir não se esgotará apenas nesta dissertação.

No trato das entrevistas, julguei por bem não discutir neste trabalho muitas questões apontadas pelo próprio Pedro de Tôta, pois sou consciente em saber que alguns elementos abordados por ele, mesmo se consubstanciando em um dos componentes que enriqueceriam muito mais esta narrativa e adensariam a análise, ainda encontram-se latentes na política local e nacional e comprometem grupos que ainda estão na atividade do jogo político, além da vida privada delas e de outras pessoas que não estão envolvidas diretamente com a política partidária e/ou institucional. Desta forma, preferi silenciar sobre algumas partes dos depoimentos, não por receio, pois acredito que a produção científica deva se pautar pela liberdade. Sou consciente em saber que um trabalho histórico não tem função nem de exaltar tampouco de ofender a reputação dos atores sociais, mas sim produzir conhecimentos que proporcionem a reflexão sobre práticas históricas. Porém, apesar de meu trabalho ser norteado por questões éticas, alguns elementos pontuais ou interpretações gerais talvez poderiam vir a ser questionados e/ou manipulados por grupos e pessoas que a ele tiverem acesso das mais variadas formas, tanto por quem se vir retratado quanto por seus adversários de ocasião. Assim preferi inclusive não expor, ao final deste trabalho as entrevistas transcritas, pois ao longo das cinquenta páginas que transcrevi existem muitos fatos que não foram abordados intencionalmente neste trabalho. Assim, como foi dito anteriormente, após meses de dilemas e conversas com o meu orientador optamos também por atribuir aos personagens desta narrativa codinomes fictícios, pois concluímos por entender que a problemática apresentada nesta dissertação supera espaços e personagens específicos, tornando-se um elemento da cultura política brasileira, ademais o receio maior em utilizar os nomes verídicos dos personagens esteve centrado na preocupação em não deixar que este trabalhado torne-se um veículo da pequena política, uma vez que, os agentes políticos locais, poderiam utilizá-lo como panfleto de campanha eleitoral, deturpando a crítica histórica para transformá-la em crítica política ou meramente *ad hominem* a possíveis adversários.

No entanto, mesmo diante dos dilemas acima expostos, as fontes orais me ofereceram os mecanismos para uma análise intensa do universo micro-histórico mirambaiense, pois após a redução da escala de investigação foi possível “levar a cabo uma análise praticamente total, tanto dos documentos, fontes, testemunhos e elementos disponíveis dentro de um dado microuniverso.” (ROJAS, 2012, p.10) O que ajudou na compreensão dos múltiplos sentidos que eles assumiram para os agentes inseridos no

microcosmo investigado, possibilitando explorar ao máximo os diversos níveis de realidade que compõem o universo social do município. A redução da escala de observação, na tentativa de analisar práticas políticas específicas, proporcionou o conhecimento de detalhes que por ventura poderiam passar despercebidos, caso essa análise almejasse somente a esfera macro. A vida política de Pedro de Tôta, apesar de se concretizar no âmbito público, se consolidou também a partir de detalhes construídos no ambiente privado, nas suas relações políticas, sociais, econômicas e familiares. Assim, adentrar o universo particular desse personagem permitiu-me identificar os segredos e as peculiaridades que só o cotidiano poderia revelar, pois foi em seu cotidiano que tais relações se efetivaram pelos diversos setores de sua vida. No entanto, esta pesquisa, conforme tentarei demonstrar nas páginas que seguem, visa analisar como tais relações foram direcionadas e potencializadas para a conquista de cargos políticos em âmbito municipal (com articulação em âmbito estadual) na perspectiva do funcionamento de uma esfera específica da realidade social, o campo político, envolvendo atores em suas disputas diárias, suas construções e representações em um espaço significado a partir de suas lutas e disputas para construção de uma versão de presente. Diante dessas disputas, cabe a mim, enquanto historiador, que também possui uma visão historicamente limitada, porém intrinsecamente sempre sujeita à crítica e autocrítica teórica e metodológica, desvendá-las para construir uma versão de passado, versão esta que foi construída a partir do caminho metodológico que segui, comprometido com os princípios éticos de minha profissão e compreendendo, assim como Walter Benjamin, que “articular historicamente o passado não significa conhecê-lo ‘como ele de fato foi’”. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo” (BENJAMIN, 1986, p. 244).

Assim, agindo conforme as reflexões de Pierre Bourdieu para quem “os acontecimentos biográficos se definem como colocações e deslocamentos no espaço social” (BOURDIEU, 2012, p. 190), a narrativa que segue procura situar seu personagem dentro de um campo de atuação e de um contexto histórico e social, compreendendo que o ser histórico é fruto de uma relação complexa gerada pela interação dos múltiplos campos que compõem a esfera social. A presente dissertação analisa aspectos da história política do Brasil recente a partir do cotidiano de um político em particular: o senhor Pedro de Tôta. Não se trata, portanto de uma biografia propriamente dita, mas de analisar questões mais amplas relacionadas a práticas

políticas durante a ditadura civil militar em ambientes circunscritos à pequenos municípios, como o caso de Mirambai. Desta forma, esse personagem se configura como uma amostra para a análise de um todo. Através da reconstrução de suas redes de relações individuais, dos mapas de alianças e de suas práticas no campo político serão percebidos elementos estruturais da política nacional, pois se esta proposta visasse analisar a política por um ângulo panorâmico construiria sobre ela uma visão generalizada, deixando escapar detalhes que só se tornaria visível através de um olhar microscópico. Assim, as peculiaridades, do campo político mirambaiense foram expostas nesta narrativa através de um agente que circulou por esse espaço e sua memória só foi historicizada através da utilização do paradigma da mudança de escala de observação, o que possibilitou a esta pesquisa uma maior explicação e compreensão de elementos hegemonizados de forma universal nas práticas políticas brasileira, que ao serem observados na esfera micro elucidam elementos presentes na esfera macro.

A narrativa, que desenvolvo em três capítulos, conta a trajetória política de um ator social. Utilizando-me de elementos biográficos da vida e do universo particular de um agente social procuro conhecer aspectos do campo político nacional, bem como perceber características sociopolíticas e culturais do Brasil contemporâneo. Apesar do pouco tempo regimentalmente previsto para a conclusão de uma pesquisa na pós-graduação, o texto que segue procura analisar, através das ações cotidianas no campo político, como o senhor Pedro de Tôta reproduziu práticas e concepções sociais de determinados grupos, propiciando assim a percepção de um contexto histórico do Brasil recente, buscando construir uma percepção histórica a partir de uma amostra da realidade social onde “o contexto não é percebido em sua integridade e exaustividade estáticas, mas por meio de suas margens” (LEVI, 2006, p. 176).

Desta forma, este trabalho jamais poderá ser manipulado pelo viés panfletário, uma vez que não possui a intenção de diminuir ou enaltecer a postura assumida pela personagem em destaque. A vida política do senhor Pedro de Tôta será abordada ao longo desta narrativa apenas para ilustrar um panorama maior do contexto político e social analisado. As ações por ele desenvolvidas para se inserir e permanecer no campo político não serão narradas com a intenção de construir um juízo de valor acerca deste personagem e sim com um caráter de ilustração da realidade, a fim de conduzir o leitor aos nuances e peculiaridade do universo social característico do campo político, afinal “diferentemente dos jornalistas, os historiadores realizam suas pesquisas não com o

intuito de desvendar segredos, mas sim de explicar historicamente os percursos de seus biografados, de pensá-los a partir de seus projetos e campos de possibilidades” (SCHIMIDT, 2014, p. 139). Ao reduzirmos a escala analítica para acompanharmos a trajetória política de um indivíduo estamos tratando, portanto, de um campo de possibilidades existentes em uma dinâmica social, daquilo que é possível ou considerado adequado ou permitido para atingir determinados fins, enquanto que essas práticas contribuem para a reprodução e/ou transformação dessas próprias dinâmicas.

A leitura que faço desse personagem, enquanto agente histórico é de um sujeito imerso num ambiente social envolto em práticas naturalizadas na longa duração da cultura política brasileira. Suas ações se consubstanciam em evidências da permanência de aspectos da política própria da República Velha, manipuladas durante a Ditadura civil militar com o propósito de assegurar a manutenção da ordem política e social, em uma perspectiva condizente com os interesses das elites que dominaram a economia e a sociedade brasileira em diferentes contextos da história deste país. Analisaremos aqui como nosso personagem explorou as brechas desta lógica de funcionamento do campo político em sua localidade, imersa em contextos regional e nacional maiores, para, sem subvertê-lo, passar a penetrar e a integrar este mesmo campo político.

Não é minha intenção oferecer ao leitor uma narrativa maniqueísta separando os personagens históricos em agrupamentos de bons e maus, mas levá-los a refletir acerca da ideia de que os sujeitos históricos não são ilhas isoladas do corpo social, estando em constante interação com práticas construídas ao longo do tempo pela força de grupos sociais e das ações coletivas que agem sobre a realidade, construindo visões de mundo e práticas sociais que modelaram a forma de viver em diferentes contextos e épocas. Assim, Pedro de Tôta é pensado como um dentre tantos agentes que disputaram espaços e exerceu práticas que tornaram possível sua inserção e permanência no campo político, sendo abarcado pelas circunstâncias do exercício do poder político tal qual se estruturou no país durante o período analisado.

Abordar a política a partir desta perspectiva, promovendo o diálogo entre as elites, os homens e as mulheres comuns e situá-la no campo da História é uma possibilidade recente que remete à segunda metade do século XX. Para justificar tal abordagem faz-se necessário apresentar os elementos que possibilitaram a renovação da História Política.

Soberana no campo da história, a análise política predominou por milênios no fazer historiográfico. Sua hegemonia atravessou da Grécia Antiga à Europa contemporânea, influenciando os pesquisadores dessa área de conhecimento a construir seus discursos sobre a história tomando como referencial o cotidiano político e as ações dos grandes homens. Reis, príncipes e militares eram seus personagens preferidos. Os conhecimentos produzidos pela história serviam de exemplos, como uma espécie de lição a ser seguida pelos homens comuns.

Para compreendermos bem a trajetória da história política é preciso nos remetermos à sua história, para podermos compreender suas origens e características. Segundo Francisco Calazans Falcon,

Nasceu, sim, com os gregos uma certa concepção de história: uma narrativa de certo tipo de ações históricas ou humanas dignas de serem lembradas. As cidades-estado, os impérios, as monarquias, ou, num plano mais abstrato, a República e/ou Estado, foram os centros ou núcleos que polarizaram as narrativas históricas, e, nestas, o papel dos políticos e/ou homens de Estado, as teorias filosóficas, jurídicas e teológicas acerca das origens, instituições e fins da República. (FALCON, 1997, p. 62).

Portanto, é possível verificar que desde o seu berço a História apresenta em sua gênese aspectos políticos centrando sua narrativa no universo das elites. No entanto, a história política caiu em descrédito diante das novas abordagens do social. O nascimento da Sociologia e da Antropologia no final do século XIX trouxe à cena atores que por muito tempo foram silenciados pela História. Aos poucos a ideia de que o político, a política e o poder estavam restritos ao Estado e aos seus dirigentes foi se esfacelando e novos atores foram exigindo a palavra, desconstruindo, assim, a perspectiva de passado perfeito e presente ordenado característico da história política tradicional. A primeira metade do século XX, em especial na França, relegou a história política e seus adeptos ao descrédito acadêmico. A partir de então, as pesquisas no campo da história política foram paulatinamente perdendo espaço graças às incertezas epistemológicas surgidas com o advento de algumas escolas sociológicas, que passaram a incorporar em seus estudos personagens que estavam excluídos da história e da política. Essas novas questões levam a história política à decadência, passando a ser alvo de críticas pelas novas abordagens historiográficas vigentes, sobretudo na França, perdendo assim o seu status hegemônico no campo historiográfico e cedendo seu espaço

para uma “nova história” construída a partir de abordagens geográficas, econômicas e sociológicas, tendo como principal defensor Lucien Febvre, inspirado em autores como Vidal de La Blanche, François Simiand e Emile Durkheim³.

Surgia, assim, a Escola dos Annales, que teria grande impacto na produção historiográfica francesa e em boa parte do mundo Ocidental, incluindo o Brasil. Na concepção de Jacques Le Goff, “o historiador do Annales formou-se na ideia de que a história política é já velha e antiquada” (LE GOFF, 1983, p. 221). Tal perspectiva colocou o estudo da política em uma situação de obsolescência, incapacitando o esforço por racionalizar as ações políticas do homem do passado de forma a abarcar as novas demandas e necessidades. A força e o poder da historiografia francesa dos Annales silenciaram a história política por algumas décadas, mas ao mesmo tempo forneceram subsídios para seu renascimento.

As críticas e as contribuições à História Política tradicional não foram exclusividade da Nova História Francesa. A abordagem marxista também empreendeu variadas críticas a esta forma de se escrever a história, conforme expressa Francisco Falcon: “a perspectiva marxista do político em geral e da história política, em particular, foi sempre, desde Marx e Engels, oposta aos pressupostos da história política tradicional” (FALCON, 1997, p. 71).

Como abordagem historiográfica, o marxismo compreendia a história política tradicional como desvinculada da totalidade do processo histórico, centrada em ações individuais e narrativas cronológicas lineares. Essas ideias se espalharam pelo mundo a partir da tradução de autores como Gramsci e Lukács e influenciam as produções de Hobsbawm, Thompson e outros historiadores ingleses, contribuindo para a crise e descrédito da história política.

Ainda segundo Falcon, “as discussões então travadas no campo marxista lançaram luzes novas sobre o político, o Estado, suas relações com a sociedade civil,

3. Para aprofundar a discussão, ver LE GOFF, Jaques. *O Maravilhoso e o Quotidiano no Ocidente Medieval*. Lisboa: Edições 70, 1983.

além de abrirem a investigação histórica à questão muito mais ampla do poder, e daí à das formas de dominação” (FALCON, 1997, p. 76).

Nesta perspectiva, a importância da política se consubstancia na necessidade de desvendar as relações sociais estabelecida entre o Estado e a sociedade estruturada em classes e frações de classe e organizada politicamente segundo seus interesses em conflito, desnaturalizando a aparente neutralidade do Estado para desmascarar as relações de poder estabelecidas a partir das formas de dominação.

Como fora explicitado acima, tanto marxistas como *Annalistes* criticaram a superficialidade da história política vigente na academia do século XIX e primeira metade do século XX. Para ambos, ela estava fadada a estudar os fatos do agora desconectado das relações estruturais mais profundas.

Assim, o problema não estava na análise do político e sim no método empreendido pelos historiadores. Segundo o francês Jaques Le Goff,

A história política haveria gradualmente de voltar em força, assumindo os métodos, o espírito a abordagem teórica própria daquelas ciências sociais que a tinham empurrado para segundo plano (...) O primeiro e principal contributo da sociologia e da antropologia para a história política foi o terem imposto como seu conceito e objetivo central a noção de poder e os fatores relativos ao poder. (LE GOFF, 1989, p. 227)

Foi, então, a partir da segunda metade do século XX que a historiografia, seguindo uma abordagem influenciada pela Escola dos Annales e pelo marxismo, passou a pensar a possibilidade de construir a história política tendo como referência a noção de poder e as relações de dominação e resistência. Isso possibilitou ao historiador dialogar com as tensões sociais e inflições construídas culturalmente, tirando da história política o estigma elitista, ampliando seu espaço de atuação e alargando suas fronteiras. Seguindo essa nova perspectiva, a história política pôde ir além da epistemologia que rodeia os usuais limites das esferas Estado e Nação. Enquanto o termo política sugere superficialidade, o termo poder aprofunda relações e abrange campos que vão além daqueles antes explorados.

Com essas novas abordagens do político, as fontes para análise da história política foram sendo alargadas, possibilitando ser capturados pelo historiador o poder

simbólico e as representações de poder na política, instruções advindas dos Annales, bem como a noção legadas por Marx de que o homem é um ser histórico e social, assim, o que ele desenvolve e assimila são construções de uma determinada época com base no lugar social que ele ocupa a partir das relações de produção e trabalho, sendo que tais sociabilidades são passíveis de serem transformadas. Em síntese, “o que a visão marxiana apresenta é uma visão histórica e classista da sociedade e dos homens” (MENDONÇA, 1998, p.19). Assim, na perspectiva marxiana, o Estado surgiu para proteger os interesses das classes dominantes. Na medida em que o coletivo foi sendo apropriado pelo individual e surgindo a propriedade privada, os grupos dominantes necessitavam de mecanismos coercitivos de manutenção dos meios de produção.

Os elementos metodológicos de compreensão das relações de poder presentes no Estado e elucidado pelo marxismo trouxeram à tona novos elementos para se pensar a história política, uma vez que será a partir da desnaturalização da concepção do Estado que novas abordagens teóricas auxiliaram na problematização do político. Desta forma,

O Estado, nessa perspectiva, teria sua origem na necessidade de determinados grupos de proprietários privados de assegurar e ocultar sua apropriação, mediante leis e demais medidas coercitivas, as quais garantiriam que os despossuídos não só permanecessem nesta condição, como também que não se rebelassem contra ela. (MENDONÇA, 1998, p.19)

Essas contribuições teórico-metodológicas ampliaram novas delimitações e fronteiras acerca da questão do poder e possibilitaram a análise de seus meandros por documentos que extrapolam a escrita. A partir dos novos métodos, desenvolvidos pelas ciências que antes haviam contribuído para o ostracismo da História Política, ela reassumiu seu vigor construindo novas possibilidades de analisar o passado em uma perspectiva política pela qual se passou a compreender as ações políticas em suas múltiplas dimensões - simbólicas, ideológicas, econômica, culturais e classistas.

Envolta nessas novas contribuições, a História Política voltou à cena em meados do século XX, dialogando intensamente com outros ramos do saber como a Sociologia, a Economia, a Antropologia, a Linguística, o Direito, a Psicologia e diversas disciplinas que, de alguma forma, contribuíram com o processo de rememorar o passado a partir

das práticas, simbologias, ações e representações do poder, historicizando a política a partir da imbricação com as diversas atividades do social.

Nesse processo de renovação da história política, o alargamento de suas fronteiras de pesquisa será de fundamental importância. Assim, as ponderações de René Rémond, vinculado à tradição francesa dos *Annales*, são fundamentais para compreensão dessa renovação da História Política. Para este autor,

O político tem características próprias que tornam inoperante toda análise reducionista, ele também tem relações com os outros domínios: liga-se por mil vínculos, por toda espécie de laços a todos os outros aspectos da vida coletiva. O político não constitui um setor separado: é uma modalidade da prática social. (RÉMOND, 2003, p.35-36)

Pensar a política nessa ótica, oferece ao historiador diversas possibilidades de pensar essas múltiplas articulações do campo político, retirando do Estado e das instituições o monopólio desse domínio.

Neste processo de renovação e descoberta, as contribuições de conceitos advindos da Ciência Política serão de fundamental importância para a essa nova História Política. As teorias desenvolvidas por Almond e Verba (1990) auxiliarão os historiadores a compreenderem as ações políticas a partir de motivadores culturais. A noção de “cultura política” passa, então, a ser um substrato importante para a compreensão de uma realidade política na história.

As ideias desenvolvidas por esses autores nos levam a compreender a cultura política como sendo os resultados das experiências sensíveis dos indivíduos de uma determinada sociedade, tendo como base formativa suas vivências, percepções de mundo, educação e suas relações sociais e familiares, formando e transmitindo valores e tradições relacionados à sociabilidade política e suas relações com os poderes exercidos na sociedade e nos instrumentos do Estado.

Pensando assim, Lúcio Rennó, baseado em Gabriel Almond, nos apresenta que,

Cultura política é definida, segundo Almond, como o conjunto de orientações subjetivas de determinada população (1990, p.144)⁴. Inclui conhecimentos, crenças, sentimentos e compromisso com valores políticos e com a realidade política. O seu conteúdo é resultado da socialização na infância, da educação, da exposição aos meios de comunicação, das experiências adultas com os governos, com a sociedade e com o desempenho econômico do país. (RENNÓ, 1998, p. 71)

A cultura política, assim compreendida, é bastante dinâmica. Apesar de se consolidar no tempo da média duração, sofre alterações movidas pelas ações e expectativas dos grupos sociais, cujas ações influenciam o processo político de uma determinada localidade, região ou Estado nacional. Segundo Rodrigo Patto Sá Motta,

O conceito [de cultura política] pode ser aplicado a espaços sociais diferenciados, servindo para designar desde coletividades reunidas à volta de projetos específicos de ordenamento da sociedade (liberalismo, socialismo, etc.), até grupos nacionais ou mesmo regionais. Por isso a opção de alguns autores em pensá-las sempre em formato plural, dividindo o mesmo espaço social, enquanto outros enfatizam a cultura política singular de cada grupo nacional. Há a opção, também, de manter cultura política para designar a coletividade nacional e usar-se subculturas para diferenciar grupos em disputa no interior do espaço nacional, tanto os ligados às grandes tradições (liberalismo, socialismo, etc.) quanto, no caso de alguns países, aqueles identificados com discursos regionais. (MOTTA, 2014, p. 24)

Pensar a política a partir de um viés cultural ofereceu ao historiador recursos teórico-metodológicos eficientes para o conhecimento das ações políticas. Essa abordagem permite ao pesquisador adaptar suas investigações à complexidade dos comportamentos humanos, o que aproxima a História Política da História Cultural. Segundo Berstein,

A cultura política ocupa mais um lugar particular. Ela é apenas um dos elementos da cultura de uma sociedade, o que diz respeito aos fenômenos

4. A obra referida por Lúcio Rennó é: ALMOND, Gabriel and VERBA, Sidney (1989). *The civic culture revisited*. London: Sage, 1990.

políticos. Mas, ao mesmo tempo, revela um dos interesses mais importantes da história cultural, o de compreender as motivações dos actos dos homens num momento da sua história, por referências aos sistemas de valores, de normas, de crenças que partilham, em função de sua leitura do passado, as aspirações para o futuro, das suas representações de sociedade, do lugar que nele têm e imagem que têm da felicidade. Todos os elementos respeitantes ao ser profundo, que variam em função da sociedade em que são elaborados e que permitem perceber melhor as razões de actos políticos que surgem, pelo contrário, como epifenómenos. (BERSTEIN, 1998, p. 363)

A partir do exposto acima podemos compreender que a cultura política sofre alterações movidas pelas ações e expectativas dos indivíduos e grupos que compõem a sociedade e que tais ações, por sua vez, são geradoras de ações políticas que influenciam no processo político. Desta forma, a cultura política fornecerá elementos para a compreensão do comportamento político de uma sociedade, incluindo o de indivíduos nessa mesma sociedade.

Conforme dito antes, apesar de toda a renovação vivenciada pela historiografia no campo da política, lidar com questões políticas é ainda algo extremamente delicado, uma vez que o pesquisador é antes de tudo um ser humano dotado de sentimentos e convicções. Deste modo, recair no equívoco de atribuir todas as ações a práticas meramente personalistas é às vezes tentador, ainda mais quando se trabalha com a história regional e com questões que ainda estão latentes na política brasileira.

Essas possibilidades advindas da renovação da História Política vêm me auxiliando a compreender como a ação política de um grupo local entre o período de 1970 a 1982 se apoderou de uma “saber-fazer” característico do campo político havia décadas já existentes e de elementos capazes de introduzir no imaginário da população a ideia de que eles eram os geradores do progresso e do desenvolvimento urbano e social no município de Mirambaiá, no interior do Ceará, e ao mesmo tempo compreender como ações deste grupo local, com táticas de permanências no poder ligadas à estrutura patrimonialista e clientelista revelavam elementos estruturais do Estado brasileiro, portanto, em temporalidades e dimensões geográficas e institucionais mais amplas. Afinal, nesse contexto, é possível observar a emergência de um novo grupo familiar na política local assentada na manutenção de práticas de dependências e apadrinhamento políticos, que procurará ligar assistencialismo a desenvolvimento. Estas práticas estão centradas na figura do político Pedro Francisco de Oliveira, o Pedro de Tôta. Nas páginas que seguem, pretendo refazer o percurso deste político local, através dos

documentos escritos e depoimentos orais, incluindo principalmente os dele próprio, buscando compreender como suas ações no campo político efetivaram tais práticas e como suas ações estiveram entrelaçadas ao projeto social presente no Estado brasileiro no recorte temporal analisado, além de buscar compreender como se construíram as representações acerca desse período político e desse personagem.

Para tanto, ao longo da narrativa que segue, nos diversos fragmentos da memória dos envolvidos, problematizados historicamente na forma de texto, achei por bem preservar a linguagem original dos entrevistados, colocando em nota de rodapé as informações acerca das entrevistas bem como possíveis elucidações de contexto e sentido, além de informações complementares que julguei necessário para o entendimento do leitor. Optou-se por transcrever os depoimentos da forma como foram ditas, mantendo a linguagem coloquial típica da localidade, por entender que ela preservaria muito da lógica interna do depoimento, cujos sentidos poderiam sofrer alterações se alterados para as normas gramaticais vigentes.

Para a apresentação deste estudo, a narrativa se consubstancia em três capítulos. Para iniciar a narrativa no primeiro capítulo será apresentado o espaço regional de execução desta pesquisa bem como seu personagem principal, buscando analisar como a construção dos espaços e regiões estiveram atreladas aos interesses das elites locais, compreendendo a inserção das elites no universo da política como um símbolo de distinção social. Simbologia construtora de uma economia simbólica e legada hereditariamente. Além disso, será apresentado o panorama da política local e sua inserção na estrutura nacional, através da formação dos grupos políticos locais que centravam suas disputas por meio da subdivisão de legenda partidária da ARENA, estratégia de manutenção da ordem militar instituída através do golpe de 1964.

No segundo capítulo será apresentado o cotidiano das práticas clientelistas no micro-espaço analisado, ao passo que serão exibidas em pano de fundo as tensões presentes no cenário político nacional, uma vez que, a permanência da ordem clientelista e o monopólio do poder político por parte das elites tradicionais atendiam ao interesse de manutenção da ordem almejado pelo poder central. Neste segundo capítulo ainda serão abordadas as estratégias de legitimação do poder desenvolvidas pelas elites locais, tendo as representações um papel de destaque nesse processo. Nele faz-se um diálogo entre as representações e o espaço de atuação dos cidadãos comuns que habitavam a cidade na temporalidade analisada, compreendendo como as estratégias do

poder central interferiam na realidade local. Para tanto são apresentados aspectos econômicos da sociedade brasileira no período posterior ao “milagre econômico”.

O terceiro capítulo buscará situar a estrutura analisada do espaço micro na estrutura de poder central, compreendo as práticas clientelistas, o patrimonialismo e a dominação política das elites como um elemento de sustentação do Estado, uma vez que a democracia controlada consistia em elemento chave para a manutenção da ordem. O afastamento do trabalhador da disputa política local o excluía do fazer e pensar a política e o próprio Estado. A violência simbólica empreendida pelos “donos” do poder proporcionava a construção de laços de dependência de cidadãos à estrutura clientelista, ao passo que instituía a naturalização de suas práticas, levando os grupos subalternos a se inserirem na ordem vigente, tornando-se elemento chave para a manutenção da opressão e exploração das classes trabalhadoras pelas elites dominantes.

Feitas as devidas observações introdutórias, convido o leitor a mergulhar no universo político do senhor Pedro Francisco de Oliveira, a memória deste cidadão, dos seus correligionários e adversários, além das demais fontes problematizadas historicamente serão as chaves de acesso os meandros de um campo dotado de “manhas” e “artimanhas”. O meu papel, como o narrador e analista do sistema lógico de tais ações, será o de articulador, juntando as peças de um quebra-cabeça sociais, confrontando as visões de mundo que motivaram as ações humanas a fim de problematizá-las em perspectiva histórica.

CAPÍTULO I –

DO CÍRCULO DOMÉSTICO À VIDA PÚBLICA: PEDRO FRANCISCO DE OLIVEIRA E A CONSTRUÇÃO DE UM PROJETO DE PODER

1.1. Mirambaia: aspectos gerais de sua formação social, econômica e política

Mirambaia é uma pequena cidade do interior do estado Ceará, distante 470 km da capital Fortaleza. A cidade está situada na região sul do estado, na microrregião do Cariri. As terras que antes eram habitadas por indígenas, foram sendo urbanizadas ainda no século XVIII, quando o povo Cariri, nativo da região, começou a perder seus territórios para a criação de gado e plantação de algodão.

Um dos fatores que proporcionaram seu povoamento alinhado ao projeto colonial foi sua localização geográfica estratégica, pois aquelas terras eram margeadas pelo Rio do Mar, caminho natural entre as vilas de Vila Velha e Oásis, que já no século XVIII figuravam entre os territórios economicamente importantes para a capitania do Ceará. O rio percorre uma extensão de 308 km, de sua nascente na Chapada do Tuiuiú, em Oásis, à sua foz no Rio das Onças, em Vila Velha. Foi a localização de entremeio dessas duas vilas que fez daquelas terras o local de descanso dos tropeiros e vaqueiros que se locomoviam pela região sul do estado, fazendo daquele território espaço propício para a formação de aglomerados urbanos.

Pelos idos de 1883, por força da lei provincial nº 2.047, surgiu a Vila de Mirambaia. O título seria em homenagem a uma comerciante local, que na memória dos habitantes figurava como uma mulher que se instalara nos arredores do Rio do Mar, a fim de abastecer aqueles que percorriam o sul cearense, pelas margens do rio, em direção a vila do Oásis ou Vila Velha.

Em 1885 perdeu o status de Vila pela lei 2.111, passando a ser um distrito de Minas do Norte. Mas conquistou novamente a denominação de vila em 1889, recebendo o título de município na era republicana e se mantendo enquanto tal até os dias atuais.

No entanto, ao longo desse período, suas delimitações foram estendidas e encolhidas diversas vezes. Assim, em 1898, por ato estadual, foi criado e anexado ao seu território o distrito de Marizeiro. Em 1933, pelo decreto estadual nº 1.156, no dia 4 de dezembro, foi criado o distrito de Vila Bela e anexado ao município. Em 1955, o distrito de Vila Bela receberia o nome de Curimatã e foi desmembrado de Mirambaia.

A cidade vivenciou durante décadas um relativo isolamento geográfico. Até os anos 70 do século XX, não possuía ligação asfáltica com a capital ou com as principais cidades da região. A comunicação com a capital, conforme a edição de 1911 do primeiro almanaque do Brasil, o *Almanak Laemmert*, se dava a partir de uma rede telegráfica. Ainda conforme esse mesmo impresso, na segunda década do século XIX a economia local girava em torno da agricultura com a produção de algodão, fumo, arroz e cana de açúcar, havendo ainda no município, a duas léguas da sede, no Sítio Enforcado, minas de cobre, ouro e prata até então inexploradas.

Desde seu surgimento como vila até se emancipar politicamente como município, Mirambaia foi representada nos impressos da época, sempre como rica e esplendorosa. Em 1911 nas páginas daquela edição do *Laemmert* pode-se ler:

A Villa acha-se assente à margem esquerda do [Rio do Mar], junto a um grande paço de meia légua de extensão, servindo este de grande arrimo a população pela abundância de peixe. Não é pequena e possui bons prédios. A igreja matriz é um templo vasto e bem ornado. (LAEMMERT, 1911, p. 2670-2671)

O texto transcrito acima, veiculado em um impresso de circulação nacional, apresentava-se com um elemento da tentativa de construção da unidade nacional, inserindo a pequena vila de aproximadamente 8.500 habitantes dentro do projeto de poder vigente naquele momento político do Brasil, um projeto republicano que estava a se consolidar no imaginário de uma nação. Nação esta que se constituía através dos elementos característicos das representações e que necessitava do apoio das elites para se manter em execução. Assim, foram as elites que preencheram os espaços dedicados à Mirambaia naquelas linhas do *Almanak*. Ao dar voz aos poderosos, aquele espaço de poder ajudou a construir representações acerca da pequena Vila. Naquelas páginas é possível observar que a elite mirambaiense possuía investimentos diversificados, variando da produção agrícola a investimentos ligados à produção manufatureira, como

a fabricação de cigarros, refletindo assim o projeto de desenvolvimento idealizado pela política republicana recém-implantada.

A representação da pequena vila na mídia nacional, mostrando-a como corpo integrante de um país em construção, representava os elementos da construção da identidade nacional, uma identidade homogênea e uniforme cujo principal interesse seria o de forjar um ideal de nação, uniformizando as vivências e apagando os conflitos sociais cotidianos.

1.1.1. Pedro de Tôta ascende à vida pública.

Foi nesse pedaço do Brasil que o personagem central desta narrativa nasceu. Seu sobrenome provinha das primeiras famílias que habitaram a região. Uma prole que se sentia partícipe e geradora do progresso que acompanhou a cidade ao longo de sua história.

Pedro Francisco de Oliveira, ou Pedro de Tôta, como ficou popularmente conhecido, era filho de Teotônio Pedro de Oliveira. Daí o apelido que ganhou ainda na juventude, pois naquele espaço e contexto histórico era costumeiro se referir aos mais jovens a partir de uma referência familiar. No caso do futuro político a referência era o seu pai, um agricultor conhecido pela alcunha de Tôta Oliveira. Cristão praticante do catolicismo, seu Tôta era casado com Francisca Raimunda das Neves desde meados dos anos de 1920. Em 1936, ano de nascimento do nosso protagonista, o casal já possuía quatro filhas. A chegada de Pedro, na madrugada de 13 de maio de 1936, foi aguardada com muita ansiedade. Afinal, nos grotões do Sítio Raposa, zona rural do município, prevalecia o ideário de supremacia do masculino, ainda mais nas famílias de agricultores onde o trabalho na agricultura, principal fonte de renda, estava reservado aos homens. Porém, aquele menino, que fora esperado para se tornar agricultor e ajudar o pai nas atividades agrícolas, trilharia outro caminho e se tornaria político.

Foram múltiplos os fatores que fizeram de Pedro um agente atuante do campo político. Elementos contidos no seu presente e no passado de sua família foram acionados para que isso se concretizasse. A vida desse homem nos mostrará que as relações sociais se constroem a partir das vivências. No tempo e no espaço homens e mulheres desenvolvem suas tramas. Assim o passado e o presente se imbricam na construção da realidade e o vivido se transforma em história na medida em que este

ramo do conhecimento se propõe a construir análises acerca das ações dos seres humanos no tempo.

Através do percurso realizado por Pedro para se tornar político na cidade de Mirambaia, será evidenciado que a história não se consolida como uma sucessão linear dos fatos, uma vez que rupturas e permanências acontecem em sua trama. Desta forma, o passado se torna um espaço de tensões motivadas pelas aflições geradas a partir das lutas cotidianas que infligem homens e mulheres continuamente. Assim, as relações sociais também se desenvolvem em um espaço de competição com competidores em disputas pela consolidação de seus projetos e propósitos, buscando o futuro, construindo perspectivas e visando novos horizontes.

Pedro nasceu em um ambiente social marcado por fortes representações, em uma cidade apresentada como progressista, em uma família reconhecida socialmente na região, todos esses elementos rodearam sua vida e o influenciaram nas tomadas de suas decisões, afinal os seres humanos vivem imersos em práticas e representações construídas na longa, média e curta duração. Desta forma as práticas sociais moldam desejos, comportamentos e atitudes levando os seres humanos a assumirem posturas e galgarem futuros. As representações constroem versões de verdades que se consubstanciam nas motivações da competição social.

Assim, um dos fatores que fizeram Pedro Francisco de Oliveira adentrar ao universo político foi motivado pelas representações que o rodeava. Ser político em Mirambaia, na segunda metade do século XX, era sinônimo de distinção social, um título que poderia abrir portas para outros campos sociais, constituindo-se em novas possibilidades, principalmente para um homem de 34 anos que galgava um futuro que a sua condição econômica não podia lhe oferecer.

Naquele momento o Brasil vivia um período de restrições democráticas, no entanto será por meio de eleições que nosso personagem adentrará ao campo político. Aparentemente de modo paradoxal, foi através de um Ato Institucional, mecanismo de usurpação poder do Legislativo pelo Executivo ditatorial, que surgirá a possibilidade de sua ascensão ao universo da política partidária.

Aos 14 de agosto de 1969, o Diário Oficial da União trazia publicado na seção 1, página 6.921, o Ato Institucional número 11. Tal ato visava “a uniformidade dos mandatos de Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores, de modo a fixar-lhes a

coincidência, em todo território nacional”⁵. O artigo 2 da citada lei continha a seguinte informação: “Os Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores, que vierem a ser eleitos a 30 de novembro de 1969 ou a 15 de novembro de 1970, exercerão os seus respectivos mandatos até 31 de janeiro de 1973.”

Assim, por força da legislação nacional, em 15 de janeiro de 1970 o município de Mirambaiá, realizava suas eleições municipais. Neste pleito Pedro Francisco de Oliveira ingressou na vida pública ocupando uma das nove cadeiras de vereador então existentes.

1.1.2. Oliveira “sem pabulagem”

A família Oliveira já possuía certo prestígio na cidade, pois figurava como uma das primeiras famílias a habitarem as terras do município cearense. Sua participação na política local se iniciou em 1919, quando Francisco Gurgel de Oliveira tornou-se prefeito da cidade, em uma época de constantes conflitos, inclusive armados, disputando o poder com outra família importante, os Velosos. Os notórios habitantes da cidade tinham, naquela época, em suas assinaturas, quatro importantes sobrenomes: Veloso, Sampaio, Fonseca e Oliveira. Era famosa, ainda em 1970, conforme Joaryvar Macedo⁶, uma quadra que enfatiza a popularidade dessas famílias:

Nunca vi [Veloso]valente
Nem [Fonseca] com coragem
Nem [Sampaio] pagar o que deve
Nem [Oliveira] sem pabulagem

A família Oliveira, no imaginário popular, se apresentava como aqueles que se vangloriavam. No linguajar nordestino, “pabos” são os sujeitos que ostentam suas

5. Ato Institucional nº 11, de 14 de Agosto de 1969. Cf. <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/atoins/1960-1969/atoinstitucional-11-14-agosto-1969-363939-publicacaooriginal-1-pe.html>

6. MACEDO, Joaryvar. Notícia Histórica de [Mirambaiá]. *Revista do Instituto Histórico do Ceará*. Fortaleza, 97: 93-111, 1983.

posses e, como um legítimo Oliveira, Pedro de Tôta parecia não contraditara ordem. Aos 27 anos, segundo seu biógrafo⁷, detinha um patrimônio considerado elevado para os padrões regionais da época, possuindo automóvel e uma dívida, junto a particulares e ao Banco Mirabel, de aproximadamente Cr\$ 1.423.386,39 (um milhão quatrocentos e vinte e três mil, trezentos e oitenta e seis cruzeiros e trinta e nove centavos), em moeda vigente no ano de 1963, e que, se fosse convertida em moeda corrente do presente, 2018, chegava aproximadamente aos R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil reais)⁸.

Como foi dito, a trajetória política de Pedro de Tôta teve início nos anos de 1970. Contudo, para compreender sua ascensão ao poder se faz necessário um recuo no tempo a fim de analisar o caminho traçado por esse personagem e a tessitura da rede de sociabilidades que o conduziu ao campo político e o fez nele permanecer por décadas, ao ponto de legar uma hegemonia política a outro membros de sua família, fazendo com que essa prole se revezasse na política municipal de meados dos anos 1970 aos dias atuais.

A teia política pela qual o nosso personagem se locomoveu começou a ser tecida já na sua infância, antes mesmo do menino completar o primeiro ano de vida, através dos laços estabelecidos por seus pais na hora do batismo. Pedro de Tôta fora batizado na Igreja Católica Apostólica Romana no dia 07 de junho de 1936 e recebeu como padrinhos o Cel. Silas Fonseca Basco e sua esposa Catarina Fonseca Róseo, Dona Sinhá, codinome que ganhara devido à posição social que ocupava na sociedade mirambaiense. Serem chamados de “coronel” e de “sinhá” naquele espaço era um ato de veneração e respeito, herança da época imperial. Este título, mesmo no primeiro quartel do século XX, servia na cidade como qualificador dos senhores e das senhoras da elite, e seus padrinhos eram legítimos representantes da elite local. O Cel. Silas Fonseca Basco exercia, no ano do batizado da criança, o cargo de prefeito municipal, mas já

7. Devido ao fato de decidirmos preservar, nesta narrativa, os nomes originais nos personagens nela envolvidos, achamos por bem não fazermos a referência bibliográfica direta deste livro.

8. Valores aproximados obtidos a partir de conversão monetária realizada com o auxílio de dispositivo eletrônico disponível no site da Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul (FEE): <http://www.fee.rs.gov.br/servicos/atualizacao-valores/>

havia exercido outros cargos importantes na era republicana, como o de ajudante do procurador da República⁹.

Na infância, o menino Pedro vivenciou a dura realidade do Sertão nordestino. A família numerosa tinha dificuldade de acesso aos confortos e bonanças que ele só viria a conhecer na vida adulta. Após seu nascimento vieram ainda outros 10 irmãos. O sustento da família provinha da propriedade rural que o seu pai possuía no Sítio Raposa, onde cultivava gêneros alimentícios como feijão e milho e também produzia rapadura em um pequeno engenho que ficava na propriedade. No entanto, uma briga com os vizinhos os obrigou a deixar a localidade e rumar para outras terras. Esse episódio de sua história é rememorado por Pedro da seguinte maneira:

Lá tinha umas questões de meu pai com os [Lodórios] e a família, meu pai foi obrigado a se retirar, eles e os irmão dele das [Raposas] ‘tudim’. Só ficou o finado ‘padim’ [Januário], meu ‘padim’ ficou lá, mas os outros foi obrigado a se retirar. Meu pai foi para o [Traíras]. Era briga de terra, briga mesmo pessoalmente, as inimizades maior do mundo. Meu pai era cunhado de [Zé Lodório], que era inimigo dele. [Zé Lodório] era casado com tia ‘[Aninha], era irmã de meu pai.¹⁰

É possível observar no relato que a violência circundava a sociedade mirambaiense. Naquela época, a cidade era conhecida como terra de “cabras” valentes. A masculinidade e a violência andavam juntas naqueles espaços. Ser valente se confundia com ser homem e os Lodórios eram conhecidos como uma família de homens valentes. Sua fama se fez no início do século XX, quando agiam em bandos armados a

9. Cargo criado por força Lei n 221, de 20 de novembro de 1894. Segundo o parágrafo único do art. 4º da citada lei, os ajudantes do procurador da República, como os adjuntos no Distrito Federal, eram nomeados pelo Presidente da República, por intermédio do Ministério da Justiça, dentre doutores e bacharéis em Direito, sempre que fosse possível, aqueles mediante proposta do Procurador-Geral da República ou, em sua falta, do presidente do Supremo Tribunal Federal.

10. Entrevista concedida a Francisco de Assis Severo Lima em 06 de fev. 2017. Todas as entrevistas feitas pelo autor desta dissertação foram realizadas mediante prévio parecer favorável emitido pelo Comitê de Ética do Centro de Ciência da Saúde da Universidade Federal da Paraíba, conforme processo nº 1.915.610. Devido os riscos de constrangimentos o verdadeiro nome do entrevistado foi preservado e substituído por um pseudônimo, a fim de manter o sentido da narrativa. A partir de agora, todas as entrevistas serão referidas apenas com sua data de realização.

serviço dos coronéis que dominavam a região. Um dos crimes mais famosos desse grupo foi o assassinado de Levi Serrado, em 1928, prefeito de Nova Tarefa. A morte do político foi noticiada por jornais de circulação de abrangência estadual. O jornal *O Ceará*, de 08 de agosto de 1928, trazia em uma de suas páginas a seguinte notícia: “os nossos correspondentes telegraphicos em [Mirambaia] e [Nova Tarefa] têm se conservado em silêncio sobre o atentado levado a efeito contra a vida do Sr. [Levi Serrado], prefeito de [Nova Tarefa], na primeira daquelas estações ferroviárias”. Enquanto o jornal tratava o caso como atentado a morte do político já havia sido concretizada com uma saraivada de sete tiros desferidos pelo bando dos Lodórios. Este e muitos outros casos que não convém tratar aqui faziam a fama de “jagunços” da daquela família fosse bradada pelos rincões mirambaienses. Temendo um confronto violento com os Lodórios, Tôta Oliveira preferiu abandonar as suas terras e rumar em direção ao Sítio Piranhas daquele município.

Em Traíras a vida financeira da família entrou em crise. Seu pai contraiu muitas dívidas advindas de empréstimos ao Banco Mirabel e a particulares e foi obrigado a fazer o caminho que vários sertanejos faziam em direção ao Sudeste. Este fato conduziu Pedro a assumir um posto central na vida familiar. Como o mais velho dos filhos homens, passou a assumir o papel de chefe da casa.

Segundo ele próprio,

A gente continuou a vida. Eu fui trabalhar em roça. Meu pai foi morar em São Paulo, deixou a minha mãe aqui no Ceará e foi para São Paulo atrás de viver uma vida melhor por lá. Ele tinha feito umas contas em banco, não ‘tava podendo resolver e ele foi e eu resolvi as contas dele nos bancos. Tio [José Pedro] me ajudou muito. Não me dava as coisas, mas me orientava. Quando eu tinha 14 anos fui pagar conta e tio [José Pedro] me segurava muito. Eu tinha muita vontade de crescer, mas ele me segurava muito. Foi que depois eu resolvi eu mesmo ir a tomar dinheiro emprestado ao povo. Em banco não podiam, mas eu tomava a Seu Chico Pedro [em São Sebastião]¹¹, ele me emprestou um dinheiro, Paulo Macedo me emprestou um dinheiro, [Gabriel de tio Francisco] arrumou um dinheiro lá pra mim no Cariri com outras pessoas e aí eu fui indo, montei engenho por minha conta.¹²

11. Pequeno distrito pertencente ao município de Gratas, cidade vizinha a Mirambaia.

12. Idem.

A vontade de crescer que Pedro de Tôta expõe em sua fala está ligada ao prestígio social, que, naquele contexto histórico, se confundia com poder aquisitivo. Crescer significava possuir bens, ser rico.

O discurso de valoração do ser humano através do seu poder aquisitivo circundava o universo de nosso personagem em diversas representações, desde as histórias que ouviu durante sua infância acerca do esplendor e glória da família às músicas tocadas no rádio e nas tertúlias que frequentava. Na década de 1950, durante sua juventude, uma das músicas tocadas nas rádios cearenses e dançadas pelos jovens mirambaienses era de autoria de Luiz Gonzaga e Zé Dantas, intitulada *Só vale quem tem*:

Quem aos vinte não barbou
E aos trinta não casou
Aos quarenta 'tá sem ter nenhum vintém
Coitado, não barba, não casa, nem tem

Aos vinte ano eu barbei
Aos trinta ano eu casei
Aos quarenta, rico serei
Que digam os anjos amém
Pois no céu só vale quem presta
Na terra, vale quem tem

A letra da música transcrita acima representa a tentativa de produção de um discurso histórico que tem como elemento de veiculação um bem cultural de fácil poder de apropriação e disseminação, composto por elementos que traduzem e ilustram a intenção de valorização do poder aquisitivo. As informações presentes nessa canção nos ajudam a deslindar elementos presentes na sociedade brasileira de meados do século XX que estavam também no universo particular de nosso personagem: a vontade e a urgência em adquirir bens e construir um patrimônio. Foi com esse pensamento que em 1959, Pedro de Tôta deixou a zona rural e migrou em direção à zona urbana. O trabalho na agricultura já não atendia aos seus anseios, a vontade de “crescer” o fez mudar de domicílio e profissão:

Meu pai passou de 1954 a 1959 em São Paulo. Quando ele chegou eu fiz uma produção de algodão muito boa, mas não dava. Meu pai chegou de São Paulo e entreguei. Disse: ‘meu pai o senhor toma conta de suas propriedades eu não vou mais trabalhar’. Ele disse: ‘vai viver de quê?’ Eu disse: ‘vou para a rua’¹³. Ele perguntou: ‘vai viver de que na rua?’. ‘Os outros não veve? Eu vou pro meio deles’. E aí vim para rua.¹⁴

A estadia na cidade alargou os horizontes de Pedro de Tôta, que passou a investir no comércio. Inicialmente comprando algodão dos produtores primários e o revendendo para os Vilar em Jurema do Padre,¹⁵ para Anderson Araújo¹⁶ no Oásis, para a SANBRA (Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro) em Ipueiras, e para Caio Landim¹⁷, em Pereiro, estas duas últimas cidades na Paraíba. No entanto os investimentos fracassaram, pois o mercado de algodão já vinha entrando em crise desde o fim da II Guerra Mundial. Revisões bibliográficas confirmam que,

Dentre os produtos agrícolas, o algodão em pluma destacou-se pela incidência de medidas restritivas ao livre comércio já após o período pós II Guerra, especificamente em 1951, 1957 e entre 1959 e 1966 submetido a cotas de exportação, com a finalidade de garantir o abastecimento interno (ZOCKUN et al., 1976 *apud* BARBOSA, 1996, p. 12)

Somado às restrições de exportação veio o crescimento da indústria têxtil internacional, notadamente a norte americana, piorando a crise e fazendo o preço do algodão em pluma despencar, uma vez que “os preços dos produtos têxteis brasileiros, após a economia de guerra, não tinham mais condições de competir no mercado internacional,” (CLEMENTINO, 2012, p. 7). Assim, o valor das exportações de

13. No contexto da narrativa, a frase assume o sentido de ir morar na cidade.

14. Entrevista concedida a Francisco de Assis Severo Lima em 06 de fev. 2017.

15. Cidade vizinha a Mirambaiá, hoje um importante polo comercial cearense.

16. Empresário cearense nascido no dia 15 de março de 1923. Em 1955, juntamente com José Maria de Figueiredo, conduziu as negociações para comprar da filial da Sanbra - Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro S.A, em Oásis, iniciando assim suas atividades no ramo de beneficiamento algodão.

17. Empresário paraibano fundador da empresa Luiz Oliveira e Filhos Ltda., em 1966, estando em funcionamento até os dias atuais (2018). Atua no ramo de fiação de algodão e fibras sintéticas localizada na cidade de Pereiro, estado da Paraíba.

manufaturados têxteis apresentou o extraordinário crescimento de 964% entre 1970 e 1974 (BARBOSA, 1996, *apud* GONÇALVES, 2008. p. 34). Inexperiente e pouco atento às mudanças advindas da economia mundial, Pedro de Tôta investiu suas economias no comércio de algodão e perdeu tudo que tinha.

Segundo ele,

Quando eu ‘tava bem mesmo em 1963 e 1964, eu fiz uma compra de algodão muito grande e eu perdi uma quantia de dinheiro muito grande. O algodão baixou, não fui eu que comprei mal. O algodão fez foi baixar, eu perdi um dinheirão, perdi tudo que tinha, fiquei zero. Não foi só eu. Aqui na região foi todo mundo, aqui não ficou ninguém inteiro, não.¹⁸

Falido, Pedro de Tôta abandonou o comércio de algodão e por volta do ano de 1964 mudou de ramo: “botei um comércio de eletrodoméstico aqui na [Mirambaia]”¹⁹. No entanto, para abastecer seu estoque de mercadoria, o agora comerciante necessitava se deslocar a Ipueiras, cidade do Sertão paraibano, para comprar as mercadorias a fim de revendê-las a crédito parcelado:

Fui para [Ipueiras] sem um real no bolso. Eu não tinha onde tomar um café. [Joaquim Alves], hoje falecido, foi quem foi comigo. Falei com ele: ‘[Joaquim], tu quer fazer uma viagem pra mim, para um cara sem dinheiro?’ Ele disse: ‘faço, faço é mil’. Aí foi comigo. Chegou lá, eu visitei o comércio lá num canto e noutro, tinha um rapaz lá que hoje é [Lojas Ipueiras], mas naquele [tempo] não era, era outro nome e [Zezé] era meu amigo, o gerente, no ano de 1964. Aí eu fui lá e eles procuraram a mim o que era que eu queria comprar, eu disse: ‘rapaz eu queria comprar uma máquina... uma coisa, mas eu não tenho dinheiro’. Ele disse: ‘não, eu lhe vendo’. Aí eu comprei 20 máquinas [de costura] e 20 rádios, rádios de vários tipos, rádios Globo, Semp, comprei Jeferson, ABC, cinco de cada. Em duas semanas eu vendi. O dinheiro que eu recebia era mais do que eu devia lá. Em duas semanas eu já ‘tava com o dinheiro deles no bolso e eu já ‘tava bonito de novo.’²⁰

18. Entrevista concedida a Francisco de Assis Severo Lima em 06 de fev. 2017.

19. Entrevista concedida a Francisco de Assis Severo Lima em 06 de fev. 2017.

20. Entrevista concedida a Francisco de Assis Severo Lima em 06 de fev. 2017.

Lastreado por este sistema de crédito informal baseado na confiança pessoal de vendedores conhecidos, suas vendas prosperaram. Tocando e vendendo os produtos na zona urbana e rural, Pedro recuperou o prejuízo sofrido com o mau investimento na compra de algodão que fizera em 1963. O comércio fez com que ele se aproximasse da população que vivia em Mirambaia. Vendedor carismático, passou a fazer amizades e conquistar a simpatia dos seus clientes. Aproveitando-se da popularidade resolveu se lançar na política em 1970. Os planos futuros de nosso personagem era crescer economicamente e em Mirambaia, como no Brasil daquela época, as formas de ascensão social eram bastante limitadas. A política era num meio seguro de sobrevivência para alguns setores da população naquele espaço social. Foi assim com outras famílias que se sustentaram no poder público por décadas aumentando seu prestígio econômico e social, utilizando como suporte a estrutura do Estado, a exemplo do seu padrinho de batismo: “Nesse tempo eu não fazia política, eu entrei na política depois que ele [Cel. Silas Fonseca] tinha morrido. Esse povo mandaram aqui por 42 ano”. A família Fonseca governou o município por mais de duas décadas e a proximidade com o padrinho mostrou a Pedro o exemplo a seguir.

Em 1970 Pedro de Tôta se aventurou na política partidária e logrou êxito, tornando-se o vereador com melhor votação naquele pleito, sendo eleito com 638 dos votos válidos.

Esse fato o chancelou a entrar no campo político, transformando-o em um profissional dessa área. E, para permanecer nele inserido, necessitou construir novas redes de sociabilidades, angariando em torno de si uma clientela à qual esteve atrelado para conquistar a chancela contínua de permanência no poder.

Porém, Pedro de Tôta não foi inserido no universo político apenas por seu carisma. Outros fatores interferiram para sua vitória. O peso do sobrenome foi um deles, afinal, Pedro de Tôta descendia de uma família importante, os Oliveira. Para conhecer como surgiu o prestígio dessa prole é necessário um novo recuo no tempo, para o início do século XX.

1.1.3. Cida Oliveira: a Matriarca

A reconstrução genealógica da família Oliveira encontra suas raízes em Aparecida Gurgel Oliveira, a lendária Cida Oliveira, a mãe de Francisco Gurgel de

Oliveira, prefeito da cidade em 1919. A matriarca era representada no imaginário popular como um “coronel de saias”, expressão que traz impregnada em sua semântica as características das heranças patriarcais da sociedade brasileira, na qual a política e a economia são protagonizadas pelos homens. No entanto, a vida dessa sertaneja e de tantas outras mulheres, como Bárbara de Alencar²¹ e Fideralina de Lavras²², que vivenciaram a realidade do Sertão nordestino distante do litoral e do esplendor do açúcar, contradizem parcialmente tais representações. Sua atuação social imersa em um ambiente de violência e estratégias políticas a fizeram despontar como a matriarca da família Oliveira, perpetuando seu nome no imaginário popular.

A conjuntura social e o enredo político que circundava a sociedade mirambaiense no início do século XX arrastou Cida Oliveira a tomar uma posição diversa na sociedade. Seu contato e atuação no universo político e cultural que circundava aquela região teve início no ano de 1884, ano em que recebeu o sobrenome Oliveira após contrair núpcias com André Pedro de Oliveira, conhecido pela alcunha de Dezinho das Traíras. Nascida em Nova Tarefa por volta de 1865, D. Cida se destacou na sociedade mirambaiense na primeira década do século XX após a morte do cônjuge ocorrida em 08 de janeiro de 1905, ao passo que se tornou a administradora dos bens que haviam angariado ao longo da vida conjugal, tornando-se conhecida por seus

21. Bárbara de Alencar nasceu em 11 de fevereiro de 1760. Apesar dos dados biográficos apresentarem divergências, um fato é incontestável: a pernambucana radicada no Ceará foi figura essencial para as lutas que engendraram a Proclamação da República. Agitadora social, ela conseguiu colocar a elite em torno da causa. O combate teve um preço. Bárbara foi a primeira presa política do País e amargou meses de cativeiro – circulando entre Recife e Salvador, sem conforto ou contato com os familiares, até receber o perdão real. Dados colhidos de COSTA, Isabel. Bárbara de Alencar para as novas gerações. *O Povo – Online*, 3 mar. 2016. Disponível in: <http://www20.opovo.com.br/app/opovo/vidaearte/2016/03/03/noticiasjornalvidaearte,3582681/barbara-de-alencar-para-as-novas-geracaoe.shtml>

22. Segundo Cristina Maria de Almeida Couto e Almir Leal Oliveira (2015), Fideralina nasceu na Vila de São Vicente Férrer das Lavras, no dia 24 de agosto de 1832, filha de Isabel Rita de São José e do Major João Carlos Augusto. Pelo lado materno, era bisneta de Francisco Xavier Ângelo, Capitão-Mor e Comandante-Geral da Vila de São Vicente Férrer das Lavras. Filha mais velha dentre os onze irmãos. Casada com o Major Ildefonso Correia Lima. Senhora de inúmeras propriedades rurais no município e prédios residências na Vila, muito gado e muitos negros que o serviam como escravos. Criou seus filhos, sozinha, pois ficou viúva muito cedo, deu-lhes rígida educação que primava pelo respeito e obediência. Teve uma participação ativa na vida política e social do Ceará, com todas as prerrogativas de coronel latifundiário. Sendo respeitada como tal. Fideralina levava sempre consigo um bacamarte ou garrucha, nas caminhadas andava a cavalo ou de liteira, contava, para sua guarda e proteção, com homens corajosos e hábeis no manejo das armas.

investimentos financeiros na economia local. O *Almanak Laemmert* de 1911 (p. 2679) traz estampado seu nome, única mulher entre os agricultores, lavradores, criadores e capitalistas da cidade. O fato de o seu nome figurar nas páginas daquele que foi o primeiro almanaque a circular regularmente ao longo de sete décadas – de 1844 a 1914 –, numa época em que publicações semelhantes costumavam durar, no máximo, quinze anos, demonstra o destaque que essa personagem adquiriu ao longo de sua vida.

As representações sociais em torno de Cida Oliveira começaram a sofrer transformações a partir de seu envolvimento em um conflito armado travado entre duas famílias pela disputa do poder político local. Este fato da história local se perpetuou na memória dos mirambaiense como sendo a “Questão de 8”, uma onda de violência que arrastou para a “guerra” as famílias Veloso e Oliveira em 1908, cujo fim era a tomada do poder político local e as demarcações de terras valiosas situadas nos limites do município de Mirambaia.

A falta de preservação de arquivos brasileiros e a pouca preocupação em preservar as documentações oficiais dificultam o traçar de um panorama social e político do ambiente em que se desenvolveram essas querelas. Porém, a “Questão de 8” recebeu notoriedade que extrapolaram a esfera microrregional a ponto de ganhar as páginas de livros e anais acadêmicos, conforme apontam Maria Cristina Couto e Almir Leal Oliveira:

A fama de [Cida Oliveira] está diretamente ligada à Questão de 1908 e o assassinato do seu filho caçula. Em decorrência de intrigas familiares e a recusa de apoio por parte de [Cida] e seus filhos para participar da deposição do prefeito e intendente do Município de [Mirambaia], Francisco Veloso. O coronel [Tenório], o responsável pelo movimento, não perdoou essa desfeita e decidiu vingar-se com um cerco ao Sítio [Traíras], onde morava [Cida] e família. Mas o filho de [Tenório], [Juvenal Oliveira], genro de [Cida], tratou de avisar a esposa para avisar à sua mãe, que depressa a alertou do perigo que corria. (COUTO; OLIVEIRA, 2015, p. 7)

A tal represália à família Oliveira pela família Veloso promoveu uma rivalidade envolvendo as duas famílias que durou de dezembro de 1908 até meados de 1919. Foi durante esse período que D. Cida se destacou enquanto política ao tecer uma série de alianças com outros coronéis da região a fim de receber auxílios armados para vencer os conflitos e consolidar seu poder. Segundo Heloisa Buarque de Holanda,

Depois de ter conseguido reunir seu exército de cabras, [Cida Oliveira] ganhou o respeito do povo e dos coronéis, tendo sido uma das únicas mulheres, senão a única na época, a ocupar um cargo de decisão. Quando seu filho, [Francisco Gurgel], esteve à frente da prefeitura, o município foi dividido em partes para ser melhor ser administrado. Coube uma dessas áreas, a que se estendia em direção à Paraíba, à [Cida], que, aliás, foi excelente administradora. Magra, rosto fino, onde se destacava um nariz grande, comprido e afilado, estatura mediana, tinha uma riqueza apoiada no tripé engenho/agricultura/pecuária, que orientava a produção de suas propriedades. Fez [das Traíras] um famoso coito de cangaceiros, esconderijo perfeito para o espaço ocioso entre uma pilhagem e outra; com eles [Cida] mantinha ótimo relacionamento, tendo-os à disposição sempre que precisasse.²³

A matriarca dos Oliveiras morreu estranhamente em 1926, supostamente sufocada por uma dentadura, mas deixou seu legado à família. Sua fama de líder política correu a região e se perpetuou no imaginário popular deixando à família uma herança imaterial valiosíssima. Foi justamente dessa herança que Pedro de Tôta se apoderou em 1970 retomando seu legado na política local. Embora os tempos fossem outros, Pedro de Tôta trazia envolto a si o sobrenome e as representações acerca da família Oliveira, pois como dito acima, era filho de Tôta parente direto de André Pedro de Oliveira, Dezinho das Traíras, o primeiro marido da matriarca.

A atuação política de Pedro de Tôta na cidade de Mirambaiá significou a retomada do prestígio da família Oliveira naquele universo social. A vida política, naquela microrregião, atendia ao anseio da distinção, a fim de criar uma áurea de proteção para os grandes sobrenomes familiares.

Ao construir sua carreira política, que se iniciou com exercício da vereança em 1970 e se estende aos dias atuais (2018), a família Oliveira apeou do poder outra prole, que exerceu o controle administrativo da cidade por décadas, a família Fonseca. O exercício do poder político estava em disputa pelas grandes famílias da cidade que

23. HOLANDA, Heloisa Buarque de. *Matriarcas do Ceará – D. Fideralina de Lavras*. In: Raquel de Queiroz (Agir, 2009). Disponível em: <http://www.heloisabuarquedehollanda.com.br/tag/rachel-de-queiroz/>. Acesso em 10 de janeiro de 2017.

precisavam construir e manterem-se inseridos dentro de um universo de signos e de símbolos de distinção que legitimavam os privilégios das elites.

1.2. O “abre-alas” à vida pública: entre relações de poder e dominação, Pedro de Tôta ascende ao campo político

O golpe militar desferido em 1964 desestabilizou a política brasileira trazendo insegurança e rupturas nas instituições democráticas. A frágil redemocratização brasileira não completara vinte anos e já dava seus suspiros finais. Nascida em 1945, pós Estado Novo, sucumbira em 1964 tomada pela força das armas, da mídia e de alguns setores da sociedade civil, fazendo a política nacional vivenciar um período nebuloso de sua história, tão envolto em brumas que, mesmo após seu fim, segredos continuam guardados, verdades continuam veladas e culpados continuam sem punição.

Após 1964, a rotina política brasileira foi afetada na esfera da União, Estados e Municípios. Ao se tornar vereador em 1970 pela ARENA, Pedro de Tôta, conforme proferia o Ato Institucional nº 11, deveria exercer o cargo por dois anos apenas. Mas outro dispositivo da legislação federal afetava de forma direta a vida política de nosso personagem: o Ato Institucional número 7, publicado no dia 26 de fevereiro de 1969, pouco antes de um ano das eleições municipais que o fizera vereador. O instrumento legislativo dizia respeito à remuneração dos vereadores. O artigo 4 da citada lei alterava o artigo 16 da Constituição de 1967 que já havia desferido um duro golpe à democracia, retirando dos vereadores das cidades com população inferior a cem mil habitantes a remuneração para o exercício do cargo.

O Ato Institucional nº 7, trazia transcrita em seu artigo 4º a seguinte informação:

Art. 4º - O § 2º do art. 16 da Constituição de 24 de janeiro de 1967 passa vigorar com a seguinte redação:

§ 2º - Somente serão remunerados os Vereadores das Capitais e dos Municípios de população superior a trezentos mil (300.000) habitantes, dentro dos limites e critérios fixados em lei complementar."

Art. 5º - É vedado às Câmaras Municipais realizar durante o mês mais de três (3) sessões extraordinárias remuneradas.

Art. 6º - Nenhum funcionário público da União, Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios, assim como das respectivas autarquias, poderá contar, para qualquer efeito, o período correspondente deste.

Art. 7º - Ficam suspensas quaisquer eleições parciais para cargos executivos ou legislativos da União, dos Estados, dos Territórios e dos Municípios.

§ 1º - Nos Municípios em que se vagarem os cargos de Prefeito e Vice-Prefeito, em virtude de renúncia, morte, perda ou extinção do mandato dos respectivos titulares, será decretada, pelo Presidente da República, a intervenção federal.

§ 2º - Se a vacância do cargo de Prefeito municipal coincidir com o término do mandato dos membros da Câmara Municipal, o Interventor exercerá, também, as atribuições que a este confere a Lei Orgânica dos Municípios.²⁴

Alegando “que se impõe, no interesse dos Estados e Municípios e em defesa dos princípios da Revolução de 31 de março de 1964”²⁵, o ato de edição do presidente Costa e Silva alterava o artigo 16 da Constituição Federal de 1967. O parágrafo 2º do artigo 4º do referido ato instituiu que “somente serão remunerados os Vereadores das Capitais e dos Municípios de população superior a trezentos mil (300.000) habitantes, dentro dos limites e critérios fixados em lei complementar.”²⁶

As discussões em torno da retirada da remuneração para o exercício da vereança em solo brasileiro já estavam em pauta desde a instituição do governo militar e renderam uma série de debates no Senado e na Câmara federal. O Ato institucional nº 02, editado pelo então presidente Humberto de Alencar Castelo Branco e publicado aos 27 de outubro de 1965, vinha com o intuito de apresentar à nação brasileira o golpe de estado como “um movimento que veio da inspiração do povo brasileiro para atender às suas aspirações mais legítimas: erradicar uma situação e uni Governo (sic) que afundavam o País na corrupção e na subversão”.²⁷ O AI-2 trazia em seu artigo 10 a explícita informação de que “os Vereadores não perceberão remuneração, seja a que título for”²⁸. O fato pegou alguns políticos desprevenidos. O ato que se apresentava como um instrumento moralizador da política brasileira enfraquecia as estruturas republicanas, uma vez que o cidadão sem posses econômicas seria afastado da vida

24. Ato institucional nº 7, de 26 de fevereiro 1969, disponível in: http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=7&tipo_norma=AIT&data=19690226&link=s Acesso em 01/02/2017.

25. Idem.

26. Idem.

27. Ato institucional nº 2, de 26 de fevereiro 1969, disponível in: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-02-65.htm . Acesso em 01/02/2017.

28. Idem.

pública, o que cerceava paulatinamente qualquer resquício minimamente democrático, que retoricamente era a justificativa da ditadura em curso e do golpe de Estado autorreferido como “Revolução”.

O fato gerou diversos debates no cenário nacional. Simbolicamente, o discurso moralizador vinha se concretizando. A moralização implícita no corpo da lei que erradicou os salários de vereadores explicitava tal intenção. Nesta perspectiva, o golpe militar de 1964 pode ser pensado como uma disputa pela hegemonia do controle estatal, através da concepção de que “o Estado é atravessado pelo conjunto das relações sociais existentes numa formação social determinada, incorporando, em si mesmo, os conflitos vigentes na formação social” (MENDONÇA, 1996, p.20). Tal medida passa a ser compreendida como a tentativa de construção de uma produção simbólica.

Para Sônia Regina Mendonça,

É nela [produção simbólica] que a intervenção estatal faz-se particularmente sentir, constituindo-se as administrações públicas e seus agentes nos maiores produtores dos “problemas sociais” de cada época, problemas muitas vezes apenas referendados, acriticamente, pelos cientistas sociais. Isso lhes confere o caráter de supostos instrumentos racionais encarregados de realizar o interesse geral, ratificando, uma vez mais, a aparência natural sob cuja capa a atuação estatal se apresenta. (MENDONÇA, 1996, p. 3)

É possível compreender que, através da produção simbólica, o Estado e seus agentes constroem os “problemas sociais” de cada época e os apresentam como uma ameaça à nação, sendo de interesse geral sua solução. Assim, a corrupção foi apresentada como problema a ser resolvido por um governo que se queria moralizador. Desta forma, o Estado tentava justificar aquela política pública e sua própria existência autoritária. Tal medida serviria para afastar ainda mais da vida pública aqueles que não pertenciam às elites.

O discurso moralizante anticorrupção servia para justificar a edição de um conjunto de leis que cumprissem seu fim, dentre elas a extinção da remuneração dos salários dos vereadores. Contudo, o deputado federal pelo Rio Grande do Sul, Britto Velho, discordava da medida e apresentou a emenda 82/1 a fim de resguardar a remuneração dos vereadores dos grandes centros. Para ele,

A intenção que ditou a redação do texto do projeto é louvável. Peca, porém, por excessiva em sua aplicação. Com efeito, o trabalho exigido dos vereadores dos grandes e ricos Municípios é de tal monta, o tempo a despendar é tão grande, que, fixada a gratuidade da função, somente indivíduos abastados poderiam arcar com o ônus da representação popular.²⁹

Seguindo a linha de pensamento trilhada pelo deputado Britto Velho, o senador pelo Rio de Janeiro, Vasconcelos Torres, apresentou a emenda 202, projeto que visava resguardar os proventos dos vereadores sem restrição de contingente populacional. Para este senador,

A garantia de subsídios aos vereadores é norma coincidente, em nosso entender, com a linha do interesse público. A vereança é exercida, na maioria das vezes, por pessoas de modesta condição financeira, e a gratuidade da função representará um desestímulo ao desempenho dela por parte dessas pessoas. A gratuidade da função poderá, inclusive, influir na própria composição das Câmaras Municipais, pois, delas afastando os cidadãos pobres e honrados, poderá a elas levar aqueles que pretendem praticar a corrupção a sombra do mandato legislativo. Se o objetivo em vista é elevar o nível humano dos legislativos municipais, acreditamos que o expediente a adotar consiste justamente em garantir subsídios aos que neles desempenham mandatos, evitada a possibilidade de abusos.³⁰

A emenda apresentada pelo senador foi rejeitada na 40ª sessão do Senado, em 14 de janeiro de 1967. Descontente com a rejeição do seu projeto de emenda à Constituição, o senador voltou a homologar uma nova PEC, propondo que “os vereadores perceberão remuneração nunca superior à metade daquela que percebem os Deputados Estaduais.”³¹ Suas argumentações prosseguiram no mesmo tom. Para ele,

29. Texto extraído da justificativa contida da emenda constitucional nº 81/1 de autoria do deputado federal Brito Velho. Disponível in:

<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/224153/000352769.pdf?sequence=1> Acesso em 03/02/2016

30. Texto extraído da justificativa contida da emenda constitucional nº 202 de autoria do Senador Vasconcelos Torres. Disponível in:

<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/224153/000352769.pdf?sequence=1>. Acesso em 03/02/2016

31. Texto extraído da justificativa contida da emenda constitucional nº 215 de autoria do Senador Vasconcelos Torres. Disponível in:

<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/224153/000352769.pdf?sequence=1>. Acesso em 03/02/2016

“senão tiver um estipêndio razoável para o exercício do seu mandato, a exemplo do que ocorre nos planos federal e estadual, teremos as claras municipais transformadas em agências de corrupção.”³² Em suas justificativas, o político discutia acerca da função social do vereador, seu papel na política local e alertou: “o que vamos ver, se for aceita a proposta constitucional de gratuidade do mandato de vereador, é o desinteresse na disputa das eleições municipais.”³³ Ao elencar os motivos pelo quais os vereadores não poderiam deixar de receber uma remuneração mensal, ele apresentava a sua concepção acerca do que era ser um vereador no Brasil naquele contexto histórico:

O que não é possível é apenas o eleitor escolher o seu vereador sem lhe dar remuneração condigna, nessa vida política brasileira - cuja sociologia agora está sendo admiravelmente estudada, onde um vereador tem uma sobrecarga de despesas sem limites:

a) é um homem que tem que atender, primeiro, à sua representação social;

b) é um homem que já não pode andar sem gravata;

c) tem que assinar em todas as listas, desde a parte da própria assistência social, as festas da Igreja, da Paróquia e atender as exigências do desporto.

Um vereador não é como um deputado ou um senador que vem para aqui e fica longe da fiscalização direta do seu eleitor.

Um vereador, com essa distorção da vida política brasileira, é um político responsável por tudo, que tem que atender a todos. Por isso, acreditamos ser um critério de justiça, dando-lhe a remuneração que ora propomos por essa emenda.³⁴

As argumentações apresentadas pelo senador Vasconcelos Torres para que se mantivessem os salários dos vereadores deixam transparecer sua preocupação com o “político profissional”. Ao elencar as funções dos vereadores em sua justificativa ele apresentava que o vereador “é um homem que tem que atender, primeiro, à sua representação social.”³⁵ Assim, a exposição de sua imagem se comprometia caso não possuísse capital econômico para assegurar seu capital político. O que estava sendo colocado pela Constituição era um requisito que ia além do capital simbólico para se adentrar ao campo político, definido por Pierre Bourdieu como:

32. Idem.

33. Idem.

34. Idem.

35. Idem.

Um microcosmo, isto é, um pequeno mundo social relativamente autônomo no interior do grande mundo social. Nele se encontrará um grande número de propriedades, relações, ações e processos que se encontram no mundo global, mas esses processos, esses fenômenos, se revestem aí de uma forma particular. É isso o que está contido na noção de autonomia: um campo e um microcosmo autônomo no interior do macrocosmo social. (BOURDIEU, 2011, p. 195)

Desta forma, os “políticos profissionais” se mantêm inseridos neste campo a partir da clientela a qual está atrelado. Assim, precisam que seus eleitores partilhem de sua visão de mundo para continuarem operando no campo político, sendo que “o que está principalmente em jogo nas lutas simbólicas e políticas sobre o *nomos*³⁶ são a enunciação e a imposição dos ‘bons’ princípios de visão e de divisão” (BOURDIEU, 2011, p. 203). Deste modo, os agentes políticos “profissionais”, aqueles que dominam o *habitus*, conquistam capitais a partir do voto que os legitima a jogar o jogo político, necessitando convencer o eleitor acerca de suas ideias e visão de mundo: “se meu *nomos* se tornar o *nomos* universal, se todos virem o mundo como eu o vejo, terei atrás de mim toda a força das pessoas que compartilham minha visão” (BOURDIEU, 2011, p. 203).

Por outro lado, o ato de retirar dos vereadores seus subsídios trazia um novo elemento ao jogo político, o capital econômico. Os debates e propostas no Senado e na Câmara Federal acerca da remuneração do cargo de vereador se prolongaram de janeiro a novembro de 1967. Ao todo foram apresentados vinte e quatro projetos de emendas à Constituição versando sobre o tema, com diversas justificativas, mas todas em defesa dos políticos ameaçados. Invocando a história, o deputado pernambucano Magalhães Melo afirmava que “a experiência das Câmaras Municipais da Colônia e do Império foi infeliz quanto à gratuidade dos trabalhos. Dizem-no vários autores e mesmo tratadistas de Direito Municipal.”³⁷ Para o também deputado pernambucano Osvaldo Lima Filho, “a

36. Para Bourdieu *nomos* vem do verbo *némo*, que significa operar uma divisão, uma partilha.

37. Texto extraído da justificativa contida da emenda constitucional nº 168 de autoria do deputado federal Magalhães Melo. Disponível in:

gratuidade do exercício do mandato de vereador representaria o estabelecimento de uma plutocracia nos conselhos básicos da representação popular.³⁸ O deputado baiano Ruy Santos argumentava em defesa dos subsídios dos vereadores que a gratuidade do exercício da vereança conduziria ao poder indivíduos “comprometidos na aprovação de projetos ligados aos interesses pessoais, nem sempre lícitos e justos.”³⁹

A querela só foi encerrada em 29 novembro de 1967, quando a lei complementar nº 2 veio regulamentar a situação fixando em seu artigo 1º que as Câmara Municipais das capitais e dos municípios de população superior a 100.000 (cem mil) habitantes poderiam atribuir remuneração aos seus vereadores dentro dos limites e critérios fixados em lei.

No entanto, dois anos após a publicação da referida lei seria editado o Ato Institucional nº 7, que aumentava para 300 (trezentos mil) o contingente populacional dos municípios nas quais os vereadores teriam direito à remuneração, além das capitais.

Essas discussões geradas no Congresso Nacional na conjuntura da ditadura civil-militar, fruto da realidade inserida na ordem política nacional, permite nos remeter ao estudo por Max Weber no início do século XX sobre a diferenciação de viver “para” a política e o viver “da” política. Sobre isso, o autor alemão apresenta alguns argumentos que podem ser problematizados para a compreensão das propostas de Ementas a Constituição de nosso caso. Neste sentido, segundo Weber:

Há dois principais elementos pelos quais alguém pode fazer da política sua vocação: viver “para” a política ou viver “da” política. Esse contraste não é,

<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/224153/000352769.pdf?sequence=1>. Acesso em 03/02/2016

38. Texto extraído da justificativa contida da emenda constitucional nº 168 de autoria do deputado federal Osvaldo Lima. Disponível in:

<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/224153/000352769.pdf?sequence=1>. Acesso em 03/02/2016

39. Texto extraído da justificativa contida da emenda constitucional nº 168 de autoria do deputado federal Ruy Santos. Disponível in: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/224153/000352769.pdf?sequence=1>. Acesso em 03/02/2016

de forma alguma, exclusivo. Em geral, o homem faz as duas coisas, pelo menos em pensamento e, certamente, também a ambas na prática. Quem vive “para” a política faz dela a sua vida, no sentido interior desfruta a posse pura e simplesmente do poder que exerce, ou alimenta seu equilíbrio interior, seu sentimento íntimo, pela consciência de que sua vida tem sentido a serviço de uma “causa”. A distensão, no caso, refere-se a um aspecto muito mais substancial da questão, ou seja, o econômico. Quem luta para fazer da política uma fonte de renda permanente vive “da” política como vocação, ao passo que quem não age assim vive “para” a política. Sob o domínio da ordem da propriedade privada algumas -se quiserem -pré-condições muito triviais devem existir, para que uma pessoa possa viver “para” a política, nesse sentido econômico. Em condições normais, o político deve ser economicamente independente da renda que a política lhe proporcionar. Isso significa, muito simplesmente, que o político deve ser rico ou deve ter uma posição pessoal na vida que lhe proporcione uma renda suficiente (WBER, 1982, p.60).

No entanto, ante aos argumentos apresentados, é importante salientar que, no Brasil dos anos de 1970, aquela era uma situação anômala na política nacional, estava em curso um golpe contra a classe trabalhadora, os interesses das classes dominantes estavam salvaguardados, ao passo que os subalternos eram colocados em uma posição de constante inferioridade. Suas demandas sociais eram paulatinamente silenciadas. Assim, as discussões empreendidas no Congresso Nacional, serviam para reforçar os interesses das elites, pois afastavam ainda mais as camadas populares do debate político, o que comprometia um processo de resistência pela via eleitoral, uma vez que,

O idealismo político descuidado e sem reservas só se encontra, se não exclusivamente pelo menos predominantemente, entre as camadas que, em virtude de sua carência de propriedades, estão completamente fora dos círculos interessados na manutenção da ordem econômica de uma determinada sociedade (WBER, 1982, p.61).

Foi sob essa conjuntura que em 1970, ano das eleições municipais, Pedro de Tôta se tornou vereador na cidade. Naquela época Mirambaia contava com uma população estimada em 25.158 (vinte e cinco mil e cento e cinquenta e oito)

habitantes⁴⁰. Assim, pelas regras da legislação federal, os vereadores não deveriam fazer jus a qualquer remuneração para exercer o cargo. O não recebimento de subsídio para o exercício do mandato não representava empecilho para o vereador eleito, afinal era do comércio que provinha seu capital econômico e a entrada na vida pública, através daquele cargo, proporcionar-lhe-ia o conhecimento sobre o campo político, fazendo valer o investimento.

1.2.1. Estratégias de poder

As eleições municipais de 1970 trouxeram ao poder político três representantes da família Oliveira em instâncias do poder local: no Executivo e no Legislativo. Pedro de Tôta e seu Primo Oliveira ocuparam assentos na Câmara Municipal e seu tio José Pedro o cargo de vice-prefeito naquele pleito. A cidade, até aquele momento, encontrava-se polarizada politicamente, sendo suas lideranças políticas concentradas em torno dos FONSECAS, cujo maior nome era o deputado estadual Afonso Fonseca, filho do coronel Silas Fonseca Basco, e dos SABIÁs, cujo principal líder era Carlos Sabiá de Araújo Costa, o senhor Sabiá. Ao se eleger vereador pela ARENA 2, Pedro de Tôta tivera o apoio do grupo Sabiá. No entanto, sua eleição simbolizou o embrião de um grupo político que se consolidaria no poder municipal por décadas, substituído no imaginário popular os antigos grupos hegemônicos da política local.

Apoiados pelo senhor Sabiá, o prefeito e o vice eleitos foram Elias Fonseca Neto e José Pedro Cardoso. Neto, como era conhecido na cidade o prefeito eleito pela ARENA 2, era um dissidente do grupo dos FONSECA, pois nas eleições 1966 fora eleito vice-prefeito da cidade ao lado de José Neves Fonseca, filho do patriarca da família Fonseca, o Cel. Silas Fonseca Basco, padrinho de Pedro de Tôta, de quem se originou o grupo político dos FONSECAS. Seu vice, José Pedro Cardoso, era irmão da mãe de nosso personagem e assumia naquela época, um papel de liderança junto à família Oliveira.

Segundo o próprio Pedro de Tôta,

40. IBGE, Censo 1970. Disponível in: <http://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?view=detalhes&id=769>.

O chefe era seu [Sabiá], era quem comandava o grupo, e [José Pedro] era a pessoa que a gente ouvia muito (...) [Neto] era mais os [Fonseca], foi vice-prefeito de [José Neves] era para ele tirar dois anos e [José Neves] tirar dois, mas só deixaram ele tirar um ano, [era um acordo] entre os [Fonseca] e [Neto].⁴¹

Acordos políticos travados entre famílias em disputa pelo poder eram comuns naquele contexto histórico. Assim a dissidências entre os Velosos e FONSECAS proporcionaram a junção entre dissidentes daquela prole com a família Oliveira, fazendo do líder familiar vice-prefeito naquele pleito eleitoral.

Naquelas eleições, a família Oliveira conseguiu assentar na Câmara Municipal dois vereadores, Pedro Francisco de Oliveira, o Pedro de Tôta, eleito com uma quantidade expressiva de votos, e Gonzaga Fonseca de Oliveira, o Oliveirinha, eleito com 484 votos, números de votos considerados elevados para uma eleição que contou com 5.653 votantes. A candidatura dos dois indivíduos, primos em primeiro grau, significou um conflito travado dentro da própria família, que considerava o espaço geográfico da cidade um território pequeno para a disputa dos dois ao cargo de vereador.

Segundo Pedro de Tôta,

[Oliveirinha] não queria que eu fosse candidato, porque ia atrapalhar os votos dele. Aí eles fizeram corpo mole no partido do seu [Sabiá], eu fui até o seu [Sabiá] e disse a ele: “seu [Sabiá], se o senhor não me der a vaga de vereador eu vou ser candidato do outro lado, mas eu vou ser candidato”. Aí seu [Sabiá] disse: “a vaga sua tem, pode ficar aí que a sua vaga tem”.⁴²

41. Entrevista concedida a Francisco de Assis Severo Lima. Aurora-CE, 06 de fev. 2017, após parecer consubstanciado favorável do Centro de Ciência da Saúde da Universidade Federal da Paraíba, conforme nº 1.915.610. Devido os riscos de constrangimentos o verdadeiro nome do entrevistado foi preservado e substituído por um pseudônimo, a fim de manter o sentido da narrativa.

42. Idem.

A disputa entre os dois primos se deu através da divisão da cidade em zonas de influência familiar. Pedro de Tôta ficou impedido, pela família, de fazer sua campanha em algumas localidades da cidade: “Fui proibido de pedir voto em três sítios, na [Várzea dos Rochas], que era região de [Oliveirinha], nas [Baixa Grande] e no [Arcanjo]. Eu não podia pedir votos nesses cantos, porque disseram que eu ia derrotar [Oliveirinha]”⁴³ Para fazer frente a tal impedimento, o político desenvolveu estratégias para se aproximar dos eleitores.

Um elemento social presente naquela conjuntura era a pobreza. A cidade encontrava-se assolada por uma forte seca que afetou a região nos anos de 1970. O jornal carioca *Correio da Manhã* trazia em reportagem do dia 14 de abril de 1970 a seguinte manchete: “Não é só no Ceará, é no Nordeste”.⁴⁴ A reportagem apresentava o déficit hídrico pelo qual o estado do Ceará e a região Nordeste passavam. A fome se tornou companheira de alguns sertanejos naquele ano.

Dados da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) confirmam que “a seca de 1970 atingiu uma população ativa de 500 mil pessoas, alcançando outros dois milhões de indivíduos. O fenômeno climático afetou oito Estados, correspondendo a um total de 605 municípios, o que equivale a 62% da área do Polígono das Secas” (SUDENE, 1979, p. 44)

O fenômeno da seca e a realidade trazida por ela afetavam em especial aos mais carentes em sentido financeiro, aos vulneráveis sociais que habitavam em especial a zona rural e necessitavam das chuvas para produzir alimentos que garantiam sua subsistência. Sem as chuvas, esses indivíduos ficavam à mercê da inanição. Envolto numa estrutura de opressão, desenvolveram táticas de sobrevivência. Muitos se desprenderam da terra onde se constituíram enquanto ser social e se aventuraram rumo à cidade. Um romance publicado em 1978, de autoria de Hermenegildo de Sá Cavalcante e ambientado na cidade de Mirambai, deixa transparecer que essa região fora palco das desventuras proporcionadas pelas secas:

43. Idem.

44. *Correio da Manhã* – Rio de Janeiro, 14 de abril de 1970. Disponível in: http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=089842_08&pagfis=4903&url=http://memoria.bn.br/docreader . Acesso em 16/02/2017

Os homens vêm de muito longe, por isso parecem tão cansados. E a madrugada é quem os acolhe. Ruas novas, desconhecidas; entram na praça, primeiro os vultos mais altos dos chefes de família, homens: os que têm mais, mesmo não tendo nada. Depois as mulheres, cabelos lisos e negros, bocas emudecidas pela fome, as mãos que cansaço imobiliza. Por último, fechando as muitas procissões, vêm as crianças, magras como se mortas há quatro dias, tivesse de repente renascido ao enxergar as primeiras casas da rua final desta cidade: [Mirambaia]. (CAVALCANTE, 1978, p. 7)

Foi nessa conjuntura de pobreza e sofrimento que Pedro de Tôta se lançou como candidato a vereador e construiu sua campanha ao cargo público. Percebendo o ambiente que se inseria, estabeleceu laços de gratidão com aqueles que seriam seus eleitores: “botei até um café para atender o povo e quem tomou conta desse café foi [Francisco Félix]. Botei até o nome café [mata a fome]. Lá você tomava café, merendava era tudo de graça, ninguém pagava”⁴⁵. O alimento em tempos de escassez serviu como moeda de troca e construiu laços afetivos entre o político e o eleitor: “Nesse tempo eu tinha muito, banquei essa eleição de cabo a rabo, naquele tempo matavam boi para comer. Eu dei os bois de [Traíras], de [Mirambaia] e [Marizeiro]”⁴⁶.

Em meio à seca, a fome atingia parte da população mirambaiense. O período eleitoral se apresentava como um período de esperanças, uma vez que, ao menos durante esse período, os vulneráveis podiam contar com o apoio daqueles que galgavam um cargo público. Os políticos aproveitavam-se dessa situação de vulnerabilidade para conquistar a gratidão do eleitor.

Esta relação de generosidade e reciprocidade como elementos práticos constitutivos do campo político já foi assinalado por Bourdieu:

Em outros termos, no princípio da ação generosa, do dom inicial de uma série de trocas, não existe a intenção consciente (calculista ou não) de um indivíduo isolado, mas essa disposição do *habitus* que é a generosidade, e que tende, sem intenção explícita e expressa, à conservação ou ao aumento do capital simbólico. (BOURDIEU, 1996, p. 9)

45. Idem.

46. Idem.

O sofrimento proporcionado pela escassez de alimentos esteve presente no cenário cearense por décadas a ponto de se tornar um elemento da paisagem dessa região. O reconhecimento da benevolência na atitude do político proporcionou a construção de laços afetivos entre aqueles que vivenciaram tal contexto e o político que se aparentava como um benfeitor, criando um elo entre o indivíduo que praticava o ato e aqueles que o recebiam. Laços tão fortes que se consolidam e se perpetuam no tempo, construindo uma relação baseada em gratidão, sempre suscetível de ser resgatada. No caso em questão, o resgate se deu nas urnas. No início dos anos de 1971, Pedro de Tôta adentrou a Câmara Municipal para exercer voluntariamente o cargo de vereador, eleito com 632 (seiscentos e trinta e dois) votos.

Ao entrar na vida pública, Pedro de Tôta não estava interessado apenas em capital monetário, afinal os troféus que movem sujeitos a galgarem novas perspectivas são múltiplos. A entrada no campo político, mesmo a partir do exercício de um cargo regulamentado pela legislação federal como sendo voluntário, o fez buscar novos troféus próprios deste campo, para construir um capital político que o ajudaria a se manter nas fronteiras do campo político.

Para o nosso personagem, o exercício da vereança significou o abre-alas para vida pública, o início de uma trajetória que o faria líder político regional. Assim, o capital monetário era elemento secundário em seu projeto que se constituiria na média duração, afinal o campo político se constitui a partir das relações construídas entre indivíduos que se relacionam no universo da política. As relações desenvolvidas pelos sujeitos políticos caminham a partir de elementos próprios da vida política, existindo relações, propriedades, capital e ações que são próprios deste universo, enquanto os sujeitos políticos que se pretendem profissionais se movem pelo campo a partir da necessidade de conquistá-los. Isso porque no interior do campo político existem práticas, comportamentos, saberes, símbolos, relações, *habitus* que são próprios de quem o integra na condição de um “profissional”, conforme assinalou Pierre Bourdieu:

Mais profundamente, o que é importante é o aprendizado de todos esses saberes e de todas essas habilidades que lhe possibilitam comportar-se normalmente, isto é, politicamente, em um campo político, que lhe abrem a possibilidade de participar no que habitualmente se chama de “a política

politiqueira”. Essa percepção do jogo político é o que faz com que se possa negociar um compromisso, que se silencie a respeito de algo que habitualmente se diria, que se saiba proteger discretamente os amigos, que se saiba falar aos jornalistas... (BOURDIEU, 2011, p. 200)

Desta forma, a remuneração de um político vai além de seus proventos mensais. Entrar na política através do cargo de vereador possibilitou a Pedro de Tôta construir um conhecimento acerca do campo político a estabelecer novas relações sociais, pois o funcionamento de um campo só faz sentido para aqueles que se movem dentro dele em busca de seus troféus, dispostos a agirem conforme suas regras e paradigmas.

1.2.2. 1972: um novo nome na disputa política local

Ao adentrar a Câmara Municipal como vereador, Pedro de Tôta começou a construir uma rede de sociabilidades, a fim de aumentar seu capital político, entendido como “uma espécie de capital de reputação, um capital simbólico ligado a maneira de ser conhecido” (BOURDIEU, 2001, p. 204). Desta forma, para se manterem inseridos neste campo, os políticos necessitam construir simbolicamente seu nome. Assim, em sessão solene da Câmara Municipal no dia 24 de março de 1971, nosso personagem deu um passo significativo na concretização desse processo. A mesa diretora para aquele pleito fizera de Pedro Francisco de Oliveira (Pedro de Tôta) presidente da Câmara, seguido por Gonzaga Fonseca de Oliveira⁴⁷, o Oliveirinha, como vice.

A expressiva votação nas urnas e o papel de destaque que assumiu ante os vereadores levaram Pedro de Tôta a querer alçar novos voos. Durante o exercício do cargo começou a tecer estratégia para ampliação do seu nome político. Durante sua atuação no Legislativo entre os anos 1971 e 1972 apresentou um projeto de lei e cinco solicitações ao prefeito visando a construção de obras para infraestrutura da cidade.

O projeto de lei apresentado pelo vereador foi protocolado em 9 de junho de 1971 e versava sobre a abertura de crédito especial para a construção de uma bueira na

47. Vereador eleito no pleito de 1970 com 484 votos, pelo ARENA.

Vila de Marizeiro. Segundo suas argumentações, a obra era de extrema necessidade, pois “durante o período invernos, inunda muitas casas, e forma uma lagoa, criando insetos nocivos, prejudicial à saúde pública e trazendo um perigo a saúde dos habitantes daquele logradouro⁴⁸”(sic). As solicitações por ele apresentadas ao chefe do Executivo versaram sobre o aterro no Morro de Zé Estrela, no Sítio Rincão, a construção de um reservatório de água no Sítio Vermelho, a construção de um açude público no Sítio Cajueiro, o calçamento em paralelepípedo das Ruas Pedro Cardozo e Rua Cel. Zeca Veloso e construção de um poço no [Bairro Jardins].

No curto tempo que ocupou a cadeira de vereador, Pedro de Tôta buscou se aproximar do eleitor e construir seu capital político, pois necessitava de nova chancela dos mirambaienses, uma vez que a mesma lei que instituía um mandato tampão de dois anos previa novas eleições municipais para novembro de 1972, e os planos de nosso personagem era concorrer naquele novo pleito, mas, dessa vez, galgando o cargo Executivo. Queria ser o prefeito do município: “o que me fez ser candidato a prefeito é que eu fui o vereador mais votado desse município até hoje... eu achei que o pessoal tinha algum interesse por mim, porque eu tive votos em todas as urnas”⁴⁹. No entanto, para conseguir tal proeza, necessitava do apoio de outros agentes, de indivíduos que como ele estavam inseridos no campo político.

Para disputar um novo pleito, Pedro de Tôta teve que tecer alianças a partir da rede de sociabilidades que construiu na Câmara de Vereadores. Essa rede se formou, a princípio, tendo como estratégia a união de grupos familiares. Para tanto, contou com o apoio de nomes como José Pedro Cardoso⁵⁰, seu tio materno, Jerônimo Veloso de Andrade⁵¹, e Joaquim José Cardoso⁵², o Joaquim do Conde. Tais apoios foram fundamentais para que Pedro de Tôta conseguisse notoriedade, dentro do próprio

48. Texto extraído do Projeto de lei nº02, de 09 de junho de 1971. Arquivo da Câmara Municipal de Mirambai/CE

49. Entrevista concedida a Francisco de Assis Severo Lima em 06 de fev. 2017.

50. Líder político local e uma espécie de orientador da família Oliveira, José Pedro Cardoso foi um rico latifundiário e dono de engenho. No pleito eleitoral de 1970 foi eleito vice-prefeito ao lado de Elias Fonseca Neto pelo ARENA 2. Juntos obtiveram o total de 2970 votos.

51. Líder político local e uma espécie de orientador da família Veloso. Participou da política local até os idos de 1976, quando se tornou vice-prefeito, de forma indireta articulando alianças em apoios aos familiares.

52. Líder político no distrito de Marizeiro, pertencente à comarca de Mirambai/CE.

partido, a ARENA, pois, para se lançar como candidato a prefeito nas eleições de 1972, necessitava de uma sublegenda.

Conforme a Lei nº 5.453, de 14 de junho de 1968, os partidos políticos poderiam instituir até três sublegendas nas eleições para governador e prefeitos. Numa época em que o bipartidarismo estava instituído por força da ditadura, tal estratégia servia como tática, por parte do governo federal, de garantir o apoio das elites locais ao regime, ao mesmo tempo que permitia a manutenção das rivalidades locais por meio da possibilidade da disputa de poder dentro do próprio partido. Assim, cada sublegenda seria qualificada pela denominação do partido seguida dos números de 1 a 3, na ordem decrescente dos votos com que foram instituídas na convenção, havendo sorteio em caso de empate.

Isto posto, nas convenções dos partidos seriam realizadas a escolha de até três nomes que sairiam candidatos a governadores⁵³ ou a prefeitos de acordo com as seguintes regras: a) as convenções deveriam ser realizadas sob a presidência respectivamente, de Juiz do Tribunal Regional Eleitoral, do Juiz Eleitoral da Zona ou de representante indicado pela Justiça Eleitoral; b) presença de mais da metade dos convencionais; c) número mínimo de 10% dos convencionais para aquelas indicações; d) votação secreta e uninominal. Seriam candidatos do partido em sublegendas os 3 nomes mais votados, desde que tivessem obtido, cada qual deles, o mínimo de 20% dos votos dos convencionais.

Foram essas as regras pelas quais Pedro de Tôta teve que passar para se tornar candidato a prefeito em 1972. Os planos de alçar voos maiores dependiam da vontade prévia de um grupo de pessoas. Daí a necessidade da formação das alianças ainda como vereador. Sua vitória era incerta, mas a certeza de ser o candidato a prefeito pela ARENA estava em sua mente: “Eu não sei se ganho, eu sei que vou ser candidato, eu

53. A partir de 1966 as eleições para governadores se realizaram de forma indireta. Somente em 1982 foram restabelecidas as eleições diretas para tal cargo, ainda dentro da ditadura.

preciso de 20% dos votos do partido e o partido tem 19 membros e eu tenho quatro votos, eu posso ter cinco, mas seguro tenho quatro [...] fui candidato aqui com 20%”.⁵⁴

Aprovado pelos companheiros de partido, Pedro de Tôta foi lançado como candidato a prefeito pelo Arena 2, tendo como vice o então vereador José Djacir Veloso. Porém o grupo não estava completo. O atual prefeito da época, que fora por ele apoiado nas eleições de 1970, havia se retirado do grupo e voltado a atuar politicamente junto aos seus rivais. Segundo Pedro de Tôta,

Eu pensei que [Neto] me apoiava devido o que eu fiz por ele. Eu acertava com o eleitor e dizia: “se você não votar em [Neto], não vote em mim, não. Eu ‘tô resolvendo essas coisas sua, mas se você não votar em [Neto], não vote em mim”.⁵⁵

Nas eleições de 1972, Elias Fonseca Neto voltou a atuar ao lado dos Fonseca apoiando para prefeito Cícero Bezerra Cardoso, e João Cândido da Silva para vice, pela ARENA 1. Pedro de Tôta e José Djacir Veloso foram lançados prefeito e vice, respectivamente, pela Arena 2, pelo grupo do senhor Sabiá.

1.2.3. O Código Eleitoral e conduta moral: da legislação federal à prática cotidiana

As eleições do pleito de 1972 foram regulamentadas pelo Código Eleitoral de 1965. Conforme tal ordenamento jurídico, estavam aptos a votar os indivíduos alfabetizados e maiores de 18 anos. O contingente de mirambaienses que se enquadravam nesse perfil, segundo a ata geral de apuração das eleições de 1972, era de 8.065 pessoas. Porém, de acordo com o censo demográfico realizado pelo IBGE dois anos antes das eleições, havia no município apenas 5.369 pessoas que se enquadravam

54. Entrevista concedida a Francisco de Assis Severo Lima. Aurora-CE, 06 de fev. 2017, após parecer consubstanciado favorável do Centro de Ciência da Saúde da Universidade Federal da Paraíba, conforme nº 1.915.610. Devido os riscos de constrangimentos o verdadeiro nome do entrevistado foi preservado e substituído por um pseudônimo, a fim de manter o sentido da narrativa.

55. Idem.

nas regras da legislação eleitoral, ou seja, que sabiam ler e escrever e estavam acima da faixa etária dos 18 anos. Essa estatística contraditava inclusive a ata geral da apuração das eleições de 1970, ano de realização do censo demográfico. Naquele pleito, segundo aquela fonte, estavam aptos a votarem 7.621 pessoas, mas só compareceram às suas seções de votações um total de 5.653 eleitores. Se tomarmos como referência as atas gerais de apurações, o número de eleitores mirambaienses cresceu 5,5% entre os anos de 1970 a 1972. Mas se tomamos como referência o censo demográfico de 1970, percebemos que houve um acréscimo de 33,42% no número de eleitores aptos a votarem entre os mesmos anos analisados.

As análises dos dados referentes às eleições deixam transparecer manipulações quanto ao contingente eleitoral e ao mesmo tempo deixam implícitos questionamentos acerca da lisura do processo eleitoral que, travestido de democrático, escondia o monopólio do poder político e a dominação imposta ao eleitorado pelas elites e pela ditadura através de um jogo de escolha de cartas restritas para o acesso ao poder. O cotidiano das disputas eleitorais vivenciado por Pedro de Tôta apresenta elementos reveladores desse processo.

Conforme o código eleitoral de 1965, o eleitor poderia votar, ainda que deixasse de exibir no ato da votação o seu título, desde que fosse inscrito na seção e seu nome constasse na respectiva pasta onde ficava depositada a folha individual de votação. Nesse caso, a prova de ter votado seria feita mediante certidão que obteria posteriormente, no juízo competente. Mas, na prática, existiam fraudes, como votar duas vezes, valendo-se da informalidade do contato entre alguns eleitores e a confiança de alguns mesários, como assinalou o próprio Pedro de Tôta: “Naquele tempo dava direito a votar nos dois cantos. Eu chegava com meu título aqui, nessa sessão e dizia: eu sou acostumado a votar aqui”⁵⁶. A “brecha” contida na lei dava margem à fraude na votação. Dessa forma, o eleitor passou a ser um instrumento para a manutenção da ilusão democrática, uma vez que a disputa pela administração pública municipal se dava no âmbito do prestígio e articulação, pois aqueles que concentrassem em torno de si a

56. Entrevista concedida a Francisco de Assis Severo Lima em 06 de fev. 2017.

maior rede de sociabilidade no âmbito dos poderes do Estado e da União se consolidariam no poder.

Segundo Pedro de Tôta,

O cabra pegava a fila, chegava lá perguntavam: “cadê o título?”. “O título, eu perdi”. Eles mandavam dizer que tinha perdido. Aí achavam a folha, o cabra votava. O cabra votava: “tá aqui tanto”. O cabra votava na praça mandava votar do lado de cá do rio, tinha urna aqui e tinha no CSU [Centro Social Urbano], tinha urna por todo canto, desencontrava a pessoa. O eleitor votou desse jeito, era tanto que a urna era votar 200 pessoas, votava 250, 300.⁵⁷

Fraudar eleições foi uma prática constante da política brasileira. A dita democracia, que nascera com a implantação da República, já viera maculada pelas distorções do autoritarismo e dos mecanismos de controle empreendidos pelas elites locais e regionais que estiveram assentadas no poder nos diferentes períodos da política nacional.

Conforme Victor Nunes Leal, em texto de 1943:

Duas falsificações mais importantes dominavam as eleições da Primeira República: o bico de pena e a degola ou depuração. A primeira era praticada pelas mesas eleitorais, com funções de junta apuradora: inventavam-se nomes, eram ressuscitados os mortos, e os ausentes compareciam; na feitura das atas a pena todo-poderosa dos mesários realizava milagres portentosos. A segunda metamorfose era obra das Câmaras Legislativas no reconhecimento de poderes: murros dos que escapavam das ordálias preliminares tinham seus diplomas cassados na aprovação final. (LEAL, 2012, p. 214).

Assim, de acordo com a fonte e com revisões bibliográficas, é possível observar que as fraudes eleitorais eram um componente das eleições brasileiras desde os primórdios da República. Desta forma, pode-se inferir que, apesar de existir a falsa sensação de que era o povo que elegia seus representantes, neste caso, no âmbito

57. Idem

municipal, a vontade popular pouco valia, pois as elites locais construía as regras do jogo político, através de alianças com as elites regionais e com o poder Judiciário. Travava-se uma disputa que, em muitos casos, fazia campeão aquele que congregasse em torno de si a maior quantidade de apoios para burlar ilicitamente a legislação vigente sem dar margem a questionamentos.

No dia 15 novembro de 1972 aconteceram as eleições municipais da cidade de Mirambai. O pleito contou com 2090 abstenções e 5975 votantes. Os eleitos foram Cícero Vilar Cardoso e João Cândido da Silva, juntos, prefeito e vice, respectivamente ficaram com 3201 dos votos válidos. A Pedro Francisco de Oliveira e José Djacir Veloso coube a segunda posição de uma disputa travada entre duas chapas, ARENA 1 e ARENA 2, ficando os derrotados com 2625 dos votos válidos, uma diferença de 576 entre os vitoriosos e os perdedores.

Pedro de Tôta saiu derrotado daquelas eleições, mas adquiriu novas experiências acerca do jogo político. Deixou o local da apuração dos votos, que, na época, era a Associação Beneficente Mirambaiense– ABM, com uma certeza: seria candidato na próxima eleição. Para isso tratou de articular o apoio das elites políticas regionais.

1.3. Alianças regionais

Na década de 1970, a política partidária na região do Cariri estava centralizada em torno de dois grupos políticos, formados a partir de núcleos familiares: o grupo dos Vilar, que contava com a liderança dos irmãos Hidalgo Vilar e Hiago Vilar, e o grupo Monte, liderado pelo médico Pedro Cesar Monte Belo. Atuando ambos na Aliança Renovadora Nacional – ARENA, esses grupos políticos eram, na época, os mais expressivos e influentes na política estadual entre os líderes regionais.

A família Vilar passou a exercer influência na política regional a partir de 1954, quando Hidalgo Vilar foi eleito deputado estadual pela União Democrática Nacional – UDN.

Em entrevista ao jornal *O Povo*, de 25 de outubro de 2010, Hidalgo Vilar relembrou sua trajetória política no seguinte tom,

A vida pública, no meu caso, foi um acaso. Eu era tenente e meu irmão [Hiago Vilar] também. Servíamos em Recife. A campanha era a de 1954. Meu pai foi vereador, presidente da Câmara de [Jurema do Padre]. O candidato à época era meu padrinho de batismo, primo do meu pai, José Geraldo da Cruz. A campanha vinha decorrendo normalmente. Mas em maio daquele ano, plena campanha, meu pai teve um infarto. Foi fulminante, ele morreu. Daí, o Zé Geraldo, que era o prefeito, estava em Recife e foi à minha procura e do [Hiago]. “Perdi a minha campanha, meu compadre, que era o maior chefe político de lá, acaba de morrer e eu não tenho mais pra onde sair. Talvez tenha até que desistir”. Eu e [Hiago Vilar] conversamos e dissemos um para o outro, “vamos honrar o compromisso do pai”. Um pede seis meses de licença, o outro pede seis, completa toda a campanha. Éramos nós assumindo o compromisso que ele não pôde cumprir porque havia falecido. [Hiago Vilar] me antecedeu, fez os seis meses dele, deu impulso bom à campanha. Em seguida entrei, também dei mais impulso, o resultado é que a vitória foi maravilhosa. Como éramos irmãos gêmeos, viramos “Os [Vilar]”, “Os meninos”, “Os tenentes” que ganharam a eleição. Aí começou o nome a entrar na onda da especulação.⁵⁸

O poder político do grupo Vilar se consolidou no Ceará em 1974 quando Hidalgo Vilar foi nomeado pelo então presidente da República, Ernesto Geisel, governador do Estado: “Na escolha para governador, veio o Petrônio Portela (político piauiense) sondar quais seriam os melhores candidatos para levar ao presidente Geisel. Era 1974. Fui escolhido. A comunicação foi por telefone.”⁵⁹O oficial do Exército brasileiro exerceu a função de governador do estado do Ceará entre os anos de 1974 a 1978, quando renunciou ao cargo para disputar uma cadeira na Câmara dos Deputados Federais.

Os rivais políticos do grupo Vilar, mesmo que assentados no mesmo partido, eram os Monte. A atuação política dessa prole remonta ao ano de 1933, quando, apoiado pelo Padre Arauto, figura religiosa e líder político da cidade de Jurema do Padre, o médico Monte Belo foi eleito um dos deputados constituintes naquela ocasião. Desde então a família assentou-se na política partidária. Com o passar dos anos, o poder foi legado de pai para filho, cabendo ao também médico Pedro Cesar Monte Belo

58. *O Povo online*, Fortaleza-CE, 25 jan. 2010. Disponível in: <https://www20.opovo.com.br/app/opovo/paginasazuis/2010/10/25/noticiasjornalpaginasazuis.2056286/o-poderoso-adauto.shtml>

59. Idem.

assumir os compromissos políticos do pai, iniciando suas atividades na política local como prefeito de Jurema do Padre em 1967.

Para conquistar os apoios necessários para sua efetiva participação na política partidária, Pedro de Tôta necessitava se inserir em um desses grupos políticos que atuavam na microrregião do Cariri cearense e possuíam prestígio e ligações com a política estadual e nacional: “Ele procurou doutor [Pedro Cesar] em 1973. O outro lado era [Vilar], era doutor [Afonso]que apoiava [Hidalgo]. Nós fomos procurar doutor [Pedro Cesar]que era oposição a eles.”⁶⁰

A união política entre Pedro Cesar Monte Belo e Pedro de Tôta teve início nas eleições de 1974, quando foram eleitos os representantes do poder legislativo estadual e federal. Doutor Pedro Cesar, como era conhecido, disputava uma vaga na Câmara Federal. Necessitando de apoios políticos, recrutou cabos eleitorais nas diversas cidades que compunham a região do Cariri, dentre elas Mirambaiá: “Disseram lá em casa que ele ‘tava querendo falar comigo’. Ele é o governador. Eu perdi a eleição aqui por 237 votos, numa cidade de oito mil eleitores.”⁶¹ Para ser exato, a derrota de Pedro de Tôta se deu por 585 votos em um universo de 5975 votantes, porém sua expressão na política local foi sentida, fazendo-o despontar como líder político local e cabo eleitoral nas eleições de 1974: “Fomos na casa de doutor [Pedro Cesar]de noite, conversamos e doutor [Pedro Cesar]disse: ‘[Pedro], é porque [Gerson Alcântara] quer conversar com você para você formar no grupo dele’.”⁶² Gerson Alcântara havia sido nomeado governador do Ceará pelo General Médici em 1970, no auge da Ditadura civil militar, iniciando o chamado “ciclo dos coronéis”⁶³ na política cearense. Ao estabelecer relações sociais com esses políticos, nosso personagem passou a se alinhar a um grupo coeso com influências efetivas nas instituições do poder central.

60. Entrevista concedida a Francisco de Assis Severo Lima em 06 de fev. 2017.

61. Idem.

62. Idem.

63. Segundo Josênio Parente (CITADA POR BARBALHO 2002), o Ceará viveu no século XX quatro “ciclos de elite”. As oligarquias no início do século, os grupos dominantes reunidos em torno da Liga Eleitoral Católica (LEC) nos anos 1930, os coronéis nos anos 1970 e os jovens empresários mudancistas PARENTE, 2002 *apud* BARBALHO, 2007, p.29)

A intenção de Pedro Cesar Monte Belo era receber de Pedro de Tôta o apoio necessário para se eleger deputado federal, conquistando, por seu intermédio, alguns votos na cidade de Mirambaia. Proposta esta que, a princípio, foi recusada por Pedro: “doutor [Pedro Cesar], eu estou sem condições de fazer eleição, estou sem dinheiro e devendo muito”⁶⁴. Segundo o próprio Pedro, o médico não aceitou a recusa e contra argumentou: “ele disse: ‘se eu arranjar uma pessoa para resolver seus negócios para você votar para deputado estado estadual?’”⁶⁵. A causa das dívidas apresentadas pelo político foi a campanha empreendida por ele ao cargo de prefeito nas eleições de 1972, pois a campanha eleitoral o havia enfraquecido economicamente. Aquela proposta soava como uma chance de recuperar parte dos bens materiais que havia perdido na disputa eleitoral. Seria dentro de uma nova campanha que ele recuperaria o que havia investido na campanha anterior. Para tanto, deveria negociar seu voto e apoio. Fazendo essa transação, comprometia também os votos de parte do eleitorado mirambaiense, composto por indivíduos que, apesar de não estarem diretamente envolvidos no acordo, eram indiretamente arrolados nesta trama, pois seriam eles quem deveriam assegurar os votos aos políticos que o cabo eleitoral se comprometia em eleger.

O candidato apresentado por Pedro Cesar Monte Belo a Pedro de Tôta para este lhe assegurar uma boa votação em Mirambaia era Carlos Cavalcante, filho de um rico empresário do ramo alimentício de nome Gilvan Cavalcante Lopes. Como um bom jogador do jogo político, Pedro de Tôta sabia que necessitava do apoio do grupo político do qual fazia parte Pedro Cesar Monte Belo, porém sabia que naquela ocasião seu apoio também era fundamental para aquela gente. Assim impôs algumas condições. Ao ficar frente a frente com o empresário, disparou: “eu só posso trabalhar se o senhor me der condições. Eu, com as contas que eu tenho, eu não posso, porque é cobrança demais todo dia lá em casa.”⁶⁶ Pedro de Tôta havia contraído muitas dívidas junto a bancos e particulares e aquela não era a primeira vez que ele atravessava crises financeiras em sua vida particular. A experiência o ajudava a desenvolver técnicas para sair de situações como esta que estava a passar. O apoio político a Carlos Cavalcante foi

64. Entrevista concedida a Francisco de Assis Severo Lima em 06 de fev. 2017.

65. Idem.

66. Idem.

fechado em troca de pagamento de suas dívidas. Gilvan Cavalcante, pai do candidato a deputado estadual, se comprometeu a pagar e limpar seu nome deixando-o com o compromisso de fazer a campanha de seu filho no município de Mirambaia: “Se o senhor mandar uma pessoa resolver, o senhor resolve por menos.”⁶⁷Essa era uma velha tática desenvolvida por Pedro de Tôta para resolver questões desse tipo: “Você vai pagar uma conta de um cara que não pode pagar.”⁶⁸Assim o credor se via impelido ou a aceitar uma contraproposta ou a perder o montante total da dívida, uma vez que o devedor estava impossibilitado de honrar seu compromisso: “fiz isso para muita gente, pagar com a metade, com menos da metade.”⁶⁹No entanto, o empresário preferiu não se envolver de forma direta nas negociações. Solicitou o valor das dívidas e repassou o dinheiro ao político: “seu [Cavalcante] me deu o dinheiro e paguei todas as contas.”⁷⁰

Ao iniciar a campanha eleitoral, Pedro fez novas exigências:

“Para nós trabalhar, o senhor sabe, tem que ter condição. Eu tenho que andar na casa do povo para qualificar, transferir os títulos, dar registro, eu tenho que dar casamento, eu tenho que dar almoço ao povo, eu tenho que mandar buscar o eleitor para qualificar, trazer, levar e eu ‘tô sem condição’”⁷¹.

A campanha eleitoral se consubstanciava a partir da prestação de favores, benefícios mínimos deveriam ser concedidos à população que deveria retribuir a “benevolência” dos políticos com o voto.

Em Mirambaia, Pedro de Tôta enfrentaria um grande adversário na corrida eleitoral para eleger Carlos Cavalcante, pois o município contava com um nome da terra entre os candidatos: o médico Afonso Fonseca, líder político do grupo dos Fonseca e aliado regional de Hidalgo Vilar. Ele buscava nas eleições de 1974 o terceiro mandato legislativo no poder estadual. Neste contexto, a prestação de serviços ligados à saúde era uma das moedas de trocas nas eleições locais e regionais. Doutor Afonso, como

67. Idem.

68. Idem.

69. Idem.

70. Idem.

71. Idem.

ficou conhecido o político mirambaiense, era um dos poucos médicos que atendiam na cidade, possuindo um prestígio enorme ante a população.

Pedro de Tôta sabia que um dos fatores que proporcionava o poder político dos FONSECAS advinha em parte dos serviços de saúde prestados pelo médico ao povo. Porém, o monopólio do grupo na prestação de serviços de saúde estava próximo de acabar, pois Geraldo Oliveira, irmão de Pedro, estava cursando Medicina desde o ano de 1972. A princípio, havia sido aprovado no vestibular da Universidade Federal da Paraíba, campus de João Pessoa, mas conseguiu transferir o curso para a Universidade Federal do Ceará, em Fortaleza.

Geraldo Oliveira nasceu no dia 30 de novembro de 1942, foi 11º filho de Teotônio e Francisca. Assim como o irmão Pedro, ingressou nos trabalhos agrícolas ainda moço: “eu fui vendedor de joia no Paraná, Mato Grosso, São Paulo, fui tangedor de burros, fui vaqueiro, trabalhei em engenho, trabalhei em fornalha, ‘cambitei’ cana, broquei, fiquei na roça e nessa luta até os vinte e sete anos.”⁷² Apenas em 1969, já adulto, foi que se enveredou pelo mundo da escolarização. O jovem que até aquela época não possuía sequer o ensino primário, concluiu em dois anos essa etapa e ainda o ginásio e o científico, ficando habilitado para prestar o vestibular. Geraldo pulou etapas da vida escolar amparado pelo artigo 91 do decreto lei nº 4.244 de 09 de abril de 1942, que estabelecia:

Aos maiores de 18 (dezoito) anos será permitida a obtenção de certificado de licença ginásial, mediante a prestação de exames de madureza referentes ao 1º ciclo do curso secundário, após estudos realizados sem observância do regime escolar exigido por este Decreto-lei. Nas mesmas condições permitir-se-á a obtenção do certificado de licença colegial - clássica ou científica - aos maiores de 20 (vinte) anos, portadores do certificado de licença ginásial ou de diploma equivalente. (BRASIL, Lei nº 4.244 de 09.04. 1942)

Assim, após dois anos, havia concluído o ensino básico e estava cursando Medicina. Nas eleições de 1974 ele tinha uma função: trabalhar ao lado do irmão

72. [Oliveira, G] *Tribuna Livre*, 15.07.2011. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=1uGc7h_qo2g.

prestando serviços de saúde à população, consultando e assistindo como médico os adversários dos FONSECAS. Por conseguinte, ele começou a exercer um papel importante para o desenvolvimento do grupo OLIVEIRA e da carreira política de PEDRO DE TÔTA.

Contando com o apoio de PEDRO CESAR MONTE BELO, PEDRO DE TÔTA passou a utilizar os atendimentos na área da saúde como mecanismo de conquista de votos: “doutor [PEDRO CESAR] me deu o hospital São [MATEUS] para eu receitar, internar, operar fazer tudo no mundo, quem eu levasse ele operava e internava.”⁷³

A campanha deveria ser feita em todo o município, afinal AFONSO FONSECA era uma liderança popular muito mais expressiva que CARLOS CAVALCANTE na cidade. A fim de garantir que o cabo eleitoral percorresse toda a extensão territorial mirambaiense, GILVAN CAVALCANTE munuiu PEDRO DE TÔTA e seu grupo, que na época era composto por seu tio JOSÉ PEDRO CARDOSO, JOAQUIM DO CONDE e SEVERINO, com automóveis: “ele me deu três carros, três jipe. Mandou comprar para eu fazer a campanha.”⁷⁴ Os três automóveis não foram suficientes, pois para que o nome do candidato fosse bradado pelos quatro pontos cardinais da cidade era necessário mais um: “Ficou compadre [SEVERINO] fora. Eu disse a ele que era outro cabo eleitoral forte que eu tinha, aí ele comprou uma [Caminhonete] Rural e eu trouxe para compadre [SEVERINO].”⁷⁵ Munido com as ferramentas do fazer político, na época PEDRO DE TÔTA promoveu o candidato a deputado pensando em possibilidades futuras: “eu joguei duro... qualifiquei gente que só a molesta, transferimos de [Minas do Norte], de [Grotas]... De todo canto eu transferi gente, que era para me preparar para a eleição de prefeito”⁷⁶.

No início do mês de novembro, faltando quinze dias para as eleições, a casa de GILVAN CAVALCANTE, localizada na cidade de Jurema do Padre, foi palco de uma reunião com os cabos eleitorais da região. O empresário queria saber como tinha se desenvolvido a campanha do filho. Cada líder eleitoral deveria se pronunciar. PEDRO DE TÔTA foi o primeiro e apresentou que Mirambaia deveria dar ao deputado estadual mil votos, ao passo que o federal deveria ficar com mais da metade dos votos válidos. O

73. Entrevista concedida a FRANCISCO DE ASSIS SEVERO LIMA em 10 de jan. 2017.

74. Idem.

75. Idem.

76. Idem.

empresário estremeceu-se e inquiriu os motivos pelo quais o seu filho não seguiria o caminho do correligionário político: “[Carlos] não tem porque ‘tá concorrendo com um deputado da terra, médico - que era [Afonso], com vinte anos de medicina, deputado estadual, do partido do governo””, respondeu Pedro de Tôta para o empresário. Esse, por sua vez não aceitou tais explicações e tratou de apresentar uma contraofensiva para assegurar mais votos: “Ele me deu mais dinheiro, aí ele disse: ‘[Pedro], se [Carlos] tirar mil e quinhentos votos na [Mirambaia] os quatro carros é seu’.”⁷⁷ Pedro retornou a Mirambaia disposto a retomar a campanha e foi logo compartilhando com o grupo a novidade: “vamos trabalhar. Se [Carlos] tirar mil e quinhentos votos os carros é de vocês, o senhor fica com seu carro [José Pedro], [Joaquim do Conde] fica com o dele, compadre [Severino] fica com o dele e eu fico com o meu”.⁷⁸

As eleições ocorreram no dia 15 de novembro de 1974 e trouxeram os seguintes resultados na cidade de Mirambaia: Afonso Fonseca ficou com 3.285 votos, Carlos Cavalcante 1.513 votos, ambos foram eleitos para deputado estadual naquele pleito. Já o candidato a deputado federal apoiado no município pelo grupo Oliveira, Pedro Cesar Monte Belo, ficou 3.291 votos.

Aquele foi um ano decisivo para os planos políticos de Pedro de Tôta. Aquele pleito lhe fortaleceu, fez novas alianças, estabeleceu novas relações e se consolidou enquanto líder político. Estava se preparando para a disputa de 1976.

77. Idem.

78. Idem.

– CAPÍTULO II –

ALIANÇAS E RUPTURAS: ESTRATÉGIAS DE PODER NO COTIDIANO DA POLÍTICA LOCAL EM MIRAMBAIA

Neste capítulo será analisado o percurso de acesso ao campo político, problematizando as alianças eleitorais entre os políticos profissionais e seus pares bem como estes e os eleitores. Ao longo do capítulo serão explorados aspectos da cultura política brasileira, notadamente as práticas clientelistas e o patrimonialismo, a fim de compreender a construção do capital político para o acesso ao poder, seu usufruto e monopólio, compreendendo tal construção a partir dos seus elementos simbólicos, situando as vivências dos sujeitos históricos dentro de uma sociedade patriarcal, onde o líder políticos por vezes assume o papel de protetor, no imaginário de agentes social e economicamente vulneráveis. Um dos objetivos do capítulo é buscar desnaturalizar tal perspectiva e compreender a vulnerabilidade socioeconômica como um elemento construído historicamente, desmistificando a figura do político líder protetor a partir de uma sequência narrativa que insira o leitor dentro das engrenagens de construção de tal visão de mundo.

2.1. Economia simbólica em tempos de disputa eleitoral: propostas e ações de uma campanha eleitoral

O dia 16 de novembro de 1976 foi um dia marcante para Pedro de Tôta, afinal fora o dia da concretização dos seus planos políticos. Na tarde daquela terça-feira recebera uma notícia que esperava por mais de meia década: “pode mandar ajeitar o

terno que você está com a eleição ganha”⁷⁹. Foram essas, segundo o próprio Pedro de Tôta as palavras do juiz responsável pela apuração dos votos, um dia após o encerramento da votação.

As eleições que fizeram de Pedro de Tôta prefeito de Mirambaia ocorreram no dia 15 de novembro de 1976. No entanto sua vitória só se consolidaria dois dias depois, uma vez que a apuração se dava em processo manual, contando os votos um a um, urna por urna de votação, trabalho empreendido pela junta de apuração e supervisionado pelo juiz eleitoral.

Naquele pleito disputaram as eleições municipais Pedro Francisco de Oliveira, candidato a prefeito com Jerônimo Veloso de Andrade como vice, contra Elias Fonseca Neto e Gerson Fonseca Veloso. Era a segunda vez que Neto e Pedro de Tôta disputavam o cargo de prefeito municipal. No entanto, o primeiro já havia saboreado o gosto da vitória, enquanto o segundo, apenas havia provado o dissabor da derrota. Assim, ambos eram políticos já experientes em disputas eleitorais. No início da década eram aliados e agora disputavam o mesmo troféu.

Neto contou com o apoio do grupo dos FONSECAS, afinal rompera com o senhor Sabiá quatro anos antes para apoiar o atual prefeito da época, Cícero Vilar Cardoso. O agropecuarista disputava agora uma campanha contra o grupo que lhe apoiou em sua primeira empreitada ao Executivo municipal e contra um ex-correligionário eleito prefeito em 1970, agora o seu principal opositor.

Pedro havia se armado bem para aquelas eleições. Seu vice era um dos maiores líderes da família Veloso, da qual pertencia o seu opositor. Com isso o grupo dos Fonseca já não estava coeso. Foi justamente essa divisão um dos fatores que promoveram a eleição de Neto e José Pedro Cardoso em 1970. No âmbito externo sua campanha estava alinhada ao grupo Monte, que possuía influências na política estadual e nacional, tendo Pedro Cesar Monte Belo como deputado federal e Carlos Cavalcante no legislativo estadual, este último, de quem Pedro de Tôta fora cabo eleitoral em Mirambaia nas eleições de 1974. As alianças se concretizaram também no Poder

⁷⁹. Entrevista concedida a Francisco de Assis Severo Lima em 10 de jan. 2017.

Judiciário. Naquele ano de 1976, o filho do senhor Sabiá, seu chefe político local, havia sido nomeado presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará. Mário Sabiá de Araújo Costa ocupava o cargo de Desembargador e, segundo o próprio Pedro: “ele tinha interesse na eleição.”⁸⁰ As alianças estavam completas e tudo convergia para uma vitória esplendorosa.

Com apoios arquitetados nos Legislativos federal e estadual e contando com o interesse do Judiciário nas eleições municipais, Pedro de Tôta realizou sua campanha eleitoral que foi marcada por disputas que não se limitaram apenas ao âmbito eleitoral, mas também ameaças, brigas, intrigas e confusões tomaram conta do microuniverso regional.

O grupo político formado pela família Fonseca e liderado pelo então deputado estadual Afonso Fonseca governou a cidade por mais de duas décadas. Entre 1952 até aquele pleito haviam ficado fora do poder político apenas no curto período de tempo de 1970 a 1972, logo retomando sua hegemonia na política local. A eleição que consolidou a vitória de Pedro de Tôta e marcou o fim da hegemonia dos FONSECAS se desenvolveu em tons agressivos com os eleitores sendo vigiados, tratados como fregueses e punidos por sua opinião e escolha eleitoral e com os líderes políticos se enfrentando muitas vezes com revólveres.

Segundo o candidato vencedor naquelas eleições;

Eu passei a campanha com dois revolve direto na cintura. Com os bolso meio de bala, para eles poderem me respeitar. Se eu não fizesse isso eu num tinha ninguém por eu. A polícia era deles, o coletor era dele, tudo era dele. Eu não tinha nada.⁸¹

O universo social no qual esses personagens estavam imersos era rodeado de discursos e práticas violentas. Naquele contexto, as disputas pelo poder se desenvolviam muitas vezes através de confrontos pelo qual se mediam o nível de coragem do opositor.

80. Entrevista concedida a Francisco de Assis Severo Lima em 10 de jan. 2017.

81. Idem

Rodeados por grupos de homens que faziam sua guarda, os líderes políticos se enfrentavam nos palanques e nas ruas da pequena cidade com acusações e ameaças muitas vezes desferidas cara a cara. “Algumas pessoas andavam mais eu. A família minha não queria que eu andasse só. Ti [Francisco] era contra eu andar só. Meus irmãos. Mas, muitas vezes eu ‘tava num canto que eu tinha que ir só.”⁸² Assim como Pedro de Tôta, seu principal opositor também não andava desacompanhado. O próprio Pedro, em um comício realizado às vésperas da eleição, denunciava a atitude do político: “tem um lote de cabra sem-vergonha que anda mais ele aqui, dizendo que é bandido. É oito ou é dez! Mas qualquer um deles só ver um tiro num canto só se a corda for amarrada e se acorda for forte.”⁸³ A valentia nesse contexto se apresentava como uma característica que enaltecia aos homens, um valor e uma honra intrínseca à masculinidade. Ao desmerecer seus opositores em palanque, Pedro chamava a atenção do público para si, apresentando-se como homem de honra, um valente capaz de governar a cidade, um oponente mais viril que seus opositores. No mesmo tom, acusava-os de “cabra sem-vergonha de pêa. Não tem um cabra desse que brigue, que eu conheço tudim. Quem é que eu não conheço aqui?”⁸⁴

Os comícios, eventos realizados em período de campanha eleitoral, espaços geralmente utilizados para se apresentar propostas de governo e convencer o eleitor de suas intenções e planos futuros, eram usados como momento no qual os candidatos achincalhavam a imagem do oponente e os desmereciam em relação a si próprio. Assim, tanto o grupo Fonseca como o do senhor Sabiá utilizavam esses espaços para fazerem a desconstrução do adversário. No palanque dos Fonseca: “diziam que a Polícia Federal tinha ido atrás de [Pedro], porque [Pedro] vendia ouro sem nota fiscal. Diziam que ele não pagava imposto e que a polícia federal vinha tomar o ouro dele.”⁸⁵ As acusações apresentadas contra Pedro de Tôta eram variadas e diziam respeito tanto à sua vida pública quanto à sua vida particular: “Doutor [Afonso] fez uns cinco ou seis comícios

82. Idem

83. Idem.

84. Idem.

85. Entrevista concedida a Francisco de Assis Severo Lima em 21 de mar. 2017.

esculhambando demais. Doutor botava que eu roubava, que eu vendia dinheiro falso, eu estuprava eu fazia tudo que não prestasse no mundo.”⁸⁶

Nos palanques de Pedro de Tôta o tom não era diferente. “Eu fretei na Bahia um trio elétrico grande, monstro, aí eu fiz um comício aqui em frente à praça.”⁸⁷ Naquele pleito, a disputa pelo Executivo municipal se dava entre Elias Fonseca Neto e Pedro de Tôta, porém a figura principal atacada no palanque do aspirante a prefeito era Afonso Fonseca: “Eu levantei a vida de doutor [Afonso]. Tudo que ele fez de desmantelado na [Mirambaia] eu levantei.”⁸⁸ Naquele evento o principal assunto foi a vida do médico e deputado estadual. No alto do trio elétrico com o microfone empunhado, Pedro de Tôta teria disparado:

Neste local que estamos aqui, que hoje funciona o palanque foi espancado o vereador [Tarcisio Madureira], um cidadão de bem, pelo bandido Zé [Félix], a mandado do bandido [Afonso Fonseca] que se diz médico, mas aquilo não é um médico é um bandido.⁸⁹

O discurso de Pedro de Tôta se propagava pelas ruas do Centro da cidade. Era um domingo à noite, a missa acabava de terminar. Ao saírem da igreja, o povo aglomerava-se para ouvir o discurso de Pedro de Tôta no comício, que acusava o médico de utilizar-se da profissão para obter favores sexuais.: “[Afonso Fonseca] é um homem que não tem respeito. A mulher que vai no consultório dele, se for mulher vem rapariga, se for uma moça vem uma puta.”⁹⁰ Além da honra, o discurso do político atacava a principal arma de seus adversários: os serviços médicos prestados pelo Dr. Afonso, um elemento que garantia o prestígio dos Fonseca ante a população mirambaiense. Ao fazer aquela denúncia em palanque, Pedro desmerecia seu rival e conclamava seus eleitores a não confiar em seu adversário. Utilizando-se de um elemento cultural bastante valorizado naquela microesfera, a virgindade das mulheres

86. Idem

87. Idem.

88. Idem.

89. Idem.

90. Idem.

solteiras e fidelidade das casadas, o político atacava a imagem de seu oponente e construía ao mesmo tempo elementos que o afastava do eleitor, afinal um discurso proferido em palanque possuía o peso da verdade para muitos daqueles que assistiam atento àquele evento.

A campanha eleitoral de 1976 em Mirambaia transcorreu neste nível, com os líderes políticos utilizando-se dos palanques para exporem suas desavenças. Ao povo, pouco foi apresentado de propostas de governo, ou debatido a política local.

A política exercida desta forma terminava por reduzir as grandes questões políticas em pequenas picuinhas, fazendo parecer àqueles que não são os profissionais da política que tudo que é político é mesquinho. Para Antônio Gramsci, “a grande política compreende as questões ligadas à fundação de novos Estados, à luta pela defesa, pela conservação de determinadas estruturas orgânicas econômico-sociais” (GRAMSCI, 2016, p. 21). Já na esfera regional, as disputas políticas se concretizavam dentro de uma rivalidade forjada pela legislação do governo militar, com as elites se digladiando pelo poder, mesmo convergidos em único partido, defendendo ideias únicas de governo e organização social. Assim, nesses espaços, principalmente nos debates públicos, predominavam as práticas e discursos característicos da “pequena política”, uma vez que a esse âmbito, segundo o mesmo autor, compreendem “as questões parciais e cotidianas, que se apresentam no interior de uma estrutura já estabelecida em decorrência de lutas pela predominância entre as diversas funções de uma mesma classe política”(GRAMSCI, 2016, p.21-22). A linguagem mesquinha utilizada em campanhas eleitorais como esta, na qual disputava-se meramente a gestão do aparato administrativo de acordo com a ordem planejada, estabelecida e garantida pela ditadura, fazia parte da “pequena política”, que, por sua vez, sustentava a “grande política” exercida por estrategistas de elite, e que passava incólume do debate público com a população. Constrói-se um senso comum segundo o qual este horizonte estreito sobre a política é a própria natureza da política.

Porém, é possível observar que neste recorte temporal analisado a discussão própria da “grande política” também estava em cena no território brasileiro, mesmo que enfraquecido pelas repressões advindas das estruturas de controle empreendidas pelas instituições erguidas para esse fim e oficializadas pelo poder do Estado autoritário. Segundo, Jean Rodrigues Sales,

Por volta de 1972, a luta armada dos grupos revolucionários contra a ditadura militar estava praticamente extinta. O aparelho repressivo do Estado conseguiu localizar, prender, matar e banir do país a maior parte dos militantes. O assassinato de Carlos Lamarca, então pertencente ao Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), em setembro de 1971, no interior da Bahia, pode representar simbolicamente a derrota do projeto político da esquerda revolucionária, ainda que ações armadas continuassem a acontecer até 1973.(SALES, 2005, p.10)

À base de repressões legalizadas, a ditadura civil militar instituiu a violência e retomou o comando, afastando paulatinamente da cena política as discussões acerca da grande política, hegemonizando assim a visão unitária de Estado, retirando dos debates políticos elementos contraditórios à ordem vigente. Afinal, “é grande política tentar excluir a grande política do âmbito interno da vida estatal e reduzir tudo à pequena política” (GRAMSCI, 2016, p. 22).

Desta forma, pode-se pensar que a hegemonia da “pequena política” foi sendo construída através da violência física e simbólica exercida através dos instrumentos de repressão ditatorial ao mesmo tempo em que relegava às disputas consentidas locais e regionais a aparência de normalidade eleitoral, em busca de algum tipo de legitimidade popular, ainda que absolutamente controlada e artificial. Os discursos e práticas eleitorais presentes no cotidiano dos líderes políticos e dos eleitores mirambaienses se inserem no da violência simbólica, uma violência velada que excluía do debate político novas concepções de sociedades e governos, assim como o próprio público e o debate sobre sua *pólis*. Desta forma, os eleitores ficavam imersos num ambiente de representação unilateral acerca da vida pública e da concepção de Estado, cujo campo político ficava restrito aos “profissionais da política”, àqueles que se dispunham a jogar e a sofrer as consequências do jogo político, do *habitus*, assentado, entre outros elementos, através da violência e da agressão física e verbal recíproca entre os candidatos.⁹¹

91. A compreensão dos fatos narrados nesta perspectiva se deve às reflexões desenvolvidas por Pierre Bourdieu sobre as ideias de violência simbólica, profissionais da política, campo político e *habitus*.

Segundo Carlos Nelson Coutinho,

A hegemonia da pequena política baseia-se precisamente no consenso passivo. Esse tipo de consenso não se expressa pela auto-organização, pela participação ativas das massas por meio de partidos e outros organismos da sociedade civil, mas simplesmente pela aceitação resignada do existente como algo ‘natural’. Mais precisamente, da transformação das ideias e dos valores das classes dominantes em senso comum de grandes massas, inclusive das classes subalternas. Hegemonia da pequena política existe, portanto, quando se torna senso comum a ideia de que a política não passa da disputa pelo poder entre suas diferentes elites, que convergem a aceitação do existente como algo ‘natural’. (COUTINHO, 2010, p.31).

Pensada assim, a política local passa a fazer parte da estratégia da “grande política” como um elemento simbólico para a naturalização do afastamento das classes subalternas à vida pública e da reflexão de concepções distintas de Estado, levando os indivíduos, que estão fora do campo político, a desacreditarem na vida pública, naturalizando a velha máxima, segundo a qual “os políticos são todos iguais”, fazendo com que o eleitor escolha entre elementos das elites em disputa, sem se remeter ou sequer ter acesso aos conteúdos das propostas da “grande política”, uma vez que, como apresentadas na narrativa em curso, suas propostas não apresentam conteúdo algum.

Assim, nas eleições de 1976 o eleitor mirambaiense foi levado a votar por motivos desconectados das raízes mais profundas das questões que afligiam a cidade e a nação. As questões fundamentais dos problemas sociais e políticos pelos quais o país passava não vieram à tona nos debates públicos. Coube ao eleitor escolher entre os líderes em disputas por motivos de ordem pessoal. Amizade, prestações de favores, concessão de empregos públicos e compra de voto foram alguns dos elementos que levaram o eleitor a escolher entre Neto ou Pedro de Tôta, cujas ofertas eleitorais, ao fim, não divergiam muito, restringindo-se a pequenas questões de gestão da municipalidade no interior de uma ordem social, política e econômica maior, a qual não ofereciam alternativa ou qualquer risco.

Os argumentos dos eleitores para justificarem suas escolhas são variados, porém giram em torno dos elementos expostos acima. Desta forma, por exemplo, é possível compreender depoimentos como este: “Eu e [Maricota] ‘votemo’ foi com [Neto], que era o candidato de doutor [Afonso], uma que eu gostava muito de compadre [César Augusto]. Era muito amigo de [César Augusto].”⁹²Naquelas eleições o senhor Geraldo Siqueira, agricultor, e sua filha Moricota, professora, foram eleitores de Elias Fonseca Neto.No entanto suas escolhas não se deram de forma distinta. Para ela, dois fatores moldaram sua escolha: “a gente era amigo da família, muito amigo do irmão dele [César Augusto Leite] e por causa do [Lívio], que era dos [Fonseca] e que tinha me dado um contrato. Por gratidão eu ia votar, por amizade.”⁹³

Os eleitores que votaram em Pedro de Tôta tiveram suas vontades orientadas também por favores e gratidão. O político de apenas 40 anos de idade contava com a experiência de duas campanhas eleitorais. Sua vivência deu-lhe as informações necessárias de como deveria ser feita aquela campanha. Derrotar o grupo opositor não seria uma tarefa fácil. Afinal, assentados na máquina pública há décadas, seus concorrentes tinham um meio seguro de prestar favores e conceder benefícios que lhes garantiam a gratidão do povo mirambaiense. No entanto, o apoio concedido por Pedro Cesar Monte Belo deu a Pedro de Tôta condições de fazer frente aos seus rivais através das mesmas estratégias. Em ambientes como o de Mirambaia da década de 1970, dentre as práticas de dom e contradom relacionados à política (BOURDIEU, 1996), a facilitação do acesso à saúde era um elemento fundamental para a construção de laços de gratidão envolvendo pleitos eleitorais. Utilizando-se da proximidade com o médico, Pedro de Tôta passou a aproximar-se daqueles que necessitavam dos serviços na área de saúde para construir laços de gratidão com vistas a incidir sobre a vontade do eleitor e que seriam acionados no período eleitoral. Esta aliança lhe proporcionou o acesso a hospitais e serviços médicos. “Doutor [Pedro Cesar] me deu o Hospital São [Mateus] para eu levar para internar, recitar e operar. Fazer todo o serviço lá.”⁹⁴Essa estratégia foi crucial para aproximar o político dos eleitores, conforme o próprio Pedro de Tôta

92. Entrevista concedida a Francisco de Assis Severo Lima. Aurora-CE em 21 de mar. 2017.

93. Idem

94. Entrevista concedida a Francisco de Assis Severo Lima em 10 de jan. 2017.

avaliou: “Eu fiz duzentas e cinquenta e poucas cirurgias para chegar ao poder. Doutor [Pedro Cesar] fez. Ele e os médicos lá [na Jurema]. O povo vivia à míngua, morrendo à míngua aqui.”⁹⁵

A aproximação entre o político e povo se constituiu de forma mais solidificada se esta for construída em momentos muito delicados, como em casos de iminência de morte de um familiar. A população mirambaiense vivia naquela época à mercê da própria sorte, confiando na fé e nas ervas medicinais para tratarem de suas doenças, pois naquele contexto os indivíduos pobres não tinham acesso direto à saúde pública. Os políticos funcionavam como os mediadores entre o convalescente e o atendimento médico. Socorrido na hora da aflição, esses indivíduos passavam a ser eternamente gratos ao seu benfeitor, aquele que salvou sua vida com intervenção médica.

Mediado por Joaquim do Conde, chefe político local, Pedro de Tôta contou com o voto de dona Raimunda Alencar, a Mundinha do Marizeiro⁹⁶, para o se fazer prefeito da cidade em 1977. O voto que Mundinha depositou na urna naquela segunda-feira, 15 de novembro de 1976, com o “x” marcado no quadrado que antecedia o nome de Pedro, foi fruto de um sentimento de gratidão que se formou em seu imaginário a partir dos favores que a ela foram concedidos: “Eu me operei cinco vez. Foi doutor [Geraldo] que me operou. Levou eu lá [para a Jurema do Padre] e me operou.”⁹⁷ Geraldo Oliveira, irmão do nosso protagonista, ainda cursava Medicina na capital cearense, porém assumiu naquelas eleições um papel importante na condução da vitória política de Pedro de Tôta, pois caberia a ele atender aos eleitores do irmão com os serviços médicos, fazendo frente ao oponente Afonso Fonseca.

A gratidão da eleitora ao político vai além da mediação do acesso aos serviços médicos. O depoimento de dona Raimunda evidencia tal relação:

Meu marido era nervoso! Doente. Passava muita coisa difícil: doença, precisão. Eu com sete filho, sem ter meio nenhum, ele nem tinha com o que puder trabalhar, nem eu tinha como puder trabalhar e ele chegou com meu

95. Idem.

96. Marizeiro é um distrito da cidade de Mirambai-CE, distante 24 quilômetros da sede do município.

97. Entrevista concedida a Francisco de Assis Severo Lima em 21 de fev. 2017.

marido amarrado, levou e aposentou. Foi ele que deu o pão de cada dia pros meu filho⁹⁸.

O político passou a estar presente no cotidiano de seus eleitores, uma vez que, para esse sentimento de gratidão e benevolência se consolidar no imaginário do indivíduo, se faz necessário um trabalho contínuo para que possa resultar na construção de uma relação afetuosa, onde o eleitor sinta-se protegido pelo político e o político possua a certeza de poder contar com o seu voto na época determinada. Ao estabelecer tais relações, Pedro de Tôta estava a aumentar seu “capital simbólico” através de uma “economia de bens simbólicos”, construindo com seus eleitores uma relação de dom e contradom. Para Bourdieu,

O dom expressa-se na linguagem da obrigação: obrigatório, ele obriga, produz pessoas obrigadas, “cria, como se costuma dizer, obrigações”; institui uma dominação legítima. Porque, entre outros motivos, ele institui o tempo, ao constituir o intervalo que separa o dom e o contradom (ou o assassinato e a vingança) como expectativa coletiva do contradom ou do reconhecimento, ou, de forma mais clara, como dominação reconhecida e legítima, como submissão aceita ou querida. (BOURDIEU, 1996, p. 13)

“Até hoje eu digo. Ele andou aqui esse ano (2017), eu disse: ‘olhe compadre: enquanto eu existir e você existir como político, eu voto em você. Pode enrolar até um sabugo, que eu voto em você, porque eu sei a dificuldade’.”⁹⁹ É possível observar que o sentimento de gratidão, contido na memória e nas atitudes da eleitora se constituiu na curta e se consolidou na média duração “sob a forma de paixão, de amor, de submissão, de respeito por uma dívida que não pode ser paga e, como se costuma dizer, é eterna”(BOURDIEU, 1996, p. 13).

No entanto, é possível compreender que, dentro da estrutura política e social montada na cidade de Mirambai, as ações de Pedro de Tôta, como candidato, fizeram parte de um processo que culminou por atender as demandas das camadas populares. O

98. Idem

99. Idem.

político em questão soube reconhecer as aflições sociais pelas quais o eleitor mirambaiense passava e partir de então passou a criar estratégias para saná-las, porém tal atitude foi direcionada para a conquista do seu capital político. É certo, também, que o *contra dom* não possui o caráter de obrigar as vontades pessoais dos sujeitos envolvidos nesse processo, no entanto ao se verem protegidos pelo político em questão, os eleitores mais vulnerabilizados passaram a enxergá-lo como um aliado, uma voz que, através do poder político pudesse atender suas demandas sociais.

Assim, naquelas eleições Pedro de Tôta contou com o voto daqueles mais necessitados. Do agricultor, dos homens e mulheres pobres que reconheciam no político, que já trabalhava na cidade há quatro anos angariando votos a partir da construção de laços de afetividade e prestação de favores, um benfeitor capaz de atender as necessidades imediatas daqueles que necessitavam do tipo de assistência que o candidato oferecia.

2.1.1. O preço da “democracia”

A campanha que o elegeu prefeito da cidade foi financiada com recursos advindos de empréstimos dos amigos, do Banco Mirabel e dos parentes, em especial do seu tio José Pedro Cardoso. O desejo de se tornar o chefe do Executivo municipal fez Pedro de Tôta apostar alto naquela empreitada. Afinal, sua campanha àquele cargo havia sido iniciada quatro anos atrás, quando sofrera a derrota para Cícero Bezerra Cardoso, e havia se intensificado nos últimos dois anos após as eleições de deputados e senadores. Pedro de Tôta sabia que a concorrência eleitoral não era um empreendimento barato.

Parte do dinheiro que utilizou para bancar os favores prestados aos seus eleitores vieram de empréstimos contraídos junto ao Banco Mirabel. Na época, a cidade de Mirambaia não contava com agência daquele banco em suas delimitações territoriais, e o político mantinha então uma conta junto à agência da cidade de Minas do Norte, cidade que ficava a aproximadamente 62 quilômetros ao norte de Mirambaia. Na época

o gerente daquela agência concedeu crédito facilitado a ele: “O gerente do Banco Mirabel de Minas do Norte me deu melhoramento, me deu empréstimo.”¹⁰⁰ Com o dinheiro no bolso, Pedro realizou uma campanha eleitoral corpo a corpo, aproximando-se do eleitor, conhecendo e resolvendo as dificuldades que o dinheiro solucionava. O carro que havia conseguido de “presente” nas eleições anteriores encurtava o tempo do percurso que fazia diariamente adentrando a zona rural da cidade. Durante a campanha, Pedro de Tôta, Joaquim do Conde, Jerônimo Veloso, José Pedro Cardoso e Severino percorreram o município em toda sua extensão, e quando o combustível que mantinha acessa sua chance de vitória acabava, Pedro sabia a quem recorrer: Setembrino Milagre, o gerente do Banco Mirabel. “Ele foi amigo.”¹⁰¹ Durante a campanha, Pedro nunca procurou o amigo para receber uma resposta negativa. Conforme o político recorda,

Me emprestou 643 mil. Ele me emprestou um papagaio¹⁰² de 45 mil contos. Ele me emprestou um de 130. Me emprestou um de 350, sem pagar nenhum. Um doido! Aí o dinheiro acabou e aí eu disse: “rapaz eu ‘tava precisando do dinheiro”. Ele disse: “traga dez amigos seu que eu lhe empresto 450 mil”. Eu levei dez amigos meu. Eu avalizando, tanto fazia eu avalizar quanto não, eu não tinha nada. Aí eu levei e recebi 450 mil.¹⁰³

A soma total dos empréstimos angariados junto ao Banco Mirabel totalizou Cr\$ 1.618.000,00 (um milhão seiscentos e dezoito) mil cruzeiros. Para se dimensionar o montante, na época, com esse valor daria para comprar o equivalente a 25 Volkswagens Passat, eleito o carro do ano em 1975 pela revista Auto Esporte, que naquele período custava em torno dos Cr\$ 63.000,00 (sessenta e três) mil cruzeiros.

No entanto, sua vitória ainda não era dada como certa. Faltando poucos dias para a eleição, o medo de sofrer uma segunda derrota se abateu sobre sua mente. Para garantir sua posse como prefeito em 1977, Pedro de Tôta precisava ultrapassar seus adversários que empreendiam sua campanha assentados no poder. Recorreu novamente

100 . Entrevista concedida a Francisco de Assis Severo Lima em 10 de jan. 2017.

101. Entrevista concedida a Francisco de Assis Severo Lima em 10 de jan. 2017.

102. Empréstimo, geralmente pessoal e junto à instituição financeira, feito para cobrir outras dívidas.

103. Entrevista concedida a Francisco de Assis Severo Lima em 10 de jan. 2017.

a seu amigo: “A coisa ‘tá difícil, rapaz. O dinheiro tá pouco e eu tenho medo dos meus adversários, que ele não estão gastando, ele gastarem sábado e domingo e eu perder a eleição depois de tudo que eu fiz.”¹⁰⁴ O amigo bancário não titubeou. Conhecedor da legislação financeira do país e da burocracia interna da instituição, deu-lhe uma resposta positiva acerca de seu pedido, porém apresentou uma pequena condição: necessitava de garantias para concessão de novos empréstimos. Aquela exigência ecoou nos ouvidos e se perpetuou na memória do político: “arranje uma propriedade boa, que eu lhe arranjo quatrocentos e noventa e nove mil.”¹⁰⁵ Aquele dinheiro garantiria sua vitória, no entanto Pedro não dispunha de bens tão valiosos para arriscar. O político necessitava de alguém com bens que pudesse lhe garantir aquela operação bancária e que confiasse nele o suficiente para enfrentar aquele risco, afinal aquela seria uma manobra perigosa, pois caso perdesse as eleições não teria condições de saldar suas dívidas.

No seu grupo político e em seu ciclo familiar, encontrava-se o agropecuarista José Pedro Cardoso, irmão de sua mãe que sempre estivera ao seu lado. O fazendeiro, produtor de rapaduras e criador de animais era um dos homens mais ricos da cidade, detentor de bens móveis e imóveis e nutria por Pedro laços afetivos. Queria muito ver o sobrinho na política: “Ele queria que eu fosse prefeito mais do que eu.”¹⁰⁶ Valendo-se dessa proximidade Pedro acionou o tio:

Tio [José] [...] O gerente me empresta um dinheiro, mas ele queria uma garantia: uma propriedade. O senhor quer me arranjar uma dessas propriedades sua pra eu botar lá no banco? Eu pago a conta. Né pro senhor pagar, não.¹⁰⁷

A proposta foi recebida sem espanto. O tio, na ânsia de ver o sobrinho ocupando o cargo de prefeito da cidade, não hesitou:

104. Idem

105. Idem.

106. Idem.

107. Idem.

No outro dia de manhã ele chegou aqui. A melhor propriedade que ele tinha, ele trouxe. A melhor! Chega doeu dentro quando ele mostrou a propriedade. A propriedade dava mil e duzentas ‘caiga’ de rapadura, dava três mil arroba de algodão, dava quatrocentas ou quinhentas sacas de arroz, quatrocentas ou quintas sacas de ‘mie’, duzentas sacas de feijão. Criava umas duzentas ovelhas, uns duzentos bodes, uns cem porco. E aí eu digo: “meu Deus! Se eu perder essa eleição, tio [José] vai perder essa propriedade, meu padim Ciço!” Aí quis mandar ele trocar a propriedade, mas eu tive medo de ele dizer: “[Pedro] tá com a eleição perdida, eu não vou botar terra minha, não”.¹⁰⁸

De posse da documentação necessária, Pedro e o tio rumaram em direção a Minas do Norte. Objetivam levantar o dinheiro necessário para investir nos últimos dias de campanha. A chegada ao banco já estava sendo esperada pelo gerente, que, sem demora, atendeu aos dois. Concedeu-lhes um crédito da opção melhoramentos, cuja finalidade seria o de investimentos na propriedade agrícola. No entanto, o próprio Setembrino, segundo o político, foi quem alertou o fazendeiro acerca daquela operação:

“Esse dinheiro né melhoramento, é só como garantia, num é pro senhor comprar uma vaca, nem fazer um açude, nem brocar nem fazer nada. O senhor não vai fazer nada! Eu ‘tô emprestando esse dinheiro a [Pedro] é só pra ter uma formalidade e nem vai fiscal lá na sua casa nunca.”¹⁰⁹

Assim, conforme haviam combinado os dois políticos e o agente financeiro, o montante foi direcionado à campanha eleitoral. Quatrocentos e noventa e nove mil cruzeiros, uma soma alta para aquele período, quase meio milhão, o suficiente para adquirir, retomando o exemplo exposto acima, quase oito veículos de alto padrão para época. Para facilitar o escoamento daquela soma, Pedro de Tôta fez uma exigência: “eu quero ele trocado de dez, vinte, cinquenta, cem e duzentos, que era aquelas nota azul... [gesto de correção] a verde. No sábado, quando eu cheguei, lá ‘tava cinco saco de dinheiro.”¹¹⁰ Naqueles tempos, conforme rememora uma eleitora daquele pleito, “a

108. Idem.

109. Idem.

110. Idem

compra de voto era diferente. Era por chinelo, era por roupa, era por favores.”¹¹¹ Porém Pedro de Tôta jogou com uma arma que diferia das de seus opositores: “o dinheiro eu toquei todo fogo”¹¹² meu amigo! Eu queria era ganhar a eleição, mas sobrou quase duzentos mil contos. Eu não tive a quem dar esse dinheiro, não.”¹¹³ Os últimos dias de campanha foi de trabalho intenso para o grupo que almejava o poder, “eu endoideci para ganhar a eleição.”¹¹⁴ A votação ocorreu na segunda-feira dia 15 de novembro, no entanto, na sexta-feira Pedro de Tôta já estava certo de sua vitória, seu trabalho tinha sido feito e estava concluído antes do final de semana: “no sábado não apareceu o freguês, não. Todo mundo já tinha recebido. [A quem] eu já tinha dado uma vez, dava duas.”¹¹⁵

No fim do dia começou a apuração. Naquela época os eleitores eram compelidos a exporem suas opiniões partidárias, uma vez que eram constantemente vigiados pelos cabos eleitorais, que levavam e traziam informações para os chefes políticos. Estes, por sua vez, estavam sempre apostos para desferir represália àqueles a quem por ventura haviam prestados favores e desobedecessem ao ultimato na hora das eleições. “O cabra votava e vinha correndo me dizer: ‘seu [Pedro] eu votei no senhor. Votei no par de baixo’.”¹¹⁶

Os dias de apuração foram angustiantes para Pedro de Tôta que, apesar de ter certeza de sua vitória nas urnas, temia uma manobra dos seus adversários que pudesse trazer sua derrota pela via da manipulação do resultado. “Eu ia subindo pro lado da estação, o juiz entrou na casa de doutor [Afonso]. O que vinha apurar a eleição. Eu disse: ‘tô ‘fodido’ de novo, meu Deus? Perdi a eleição!’”¹¹⁷ Tal medo fez Pedro acionar sua rede de contatos e apoios:

111. Entrevista concedida a Francisco de Assis Severo Lima em 21 de mar. 2017.

112. No contexto a expressão “toquei todo fogo” assume o sentido de usar o dinheiro para fins de compra de votos.

113. Entrevista concedida a Francisco de Assis Severo Lima em 10 de jan. 2017.

114. Idem.

115. Idem.

116. Idem.

117. Idem.

Peguei um jipe que eu tinha aqui e corri para [a Jurema do Padre]. Nesse tempo, [da Jurema] falava com Fortaleza, mais de nenhuma cidade dessa falava. Fui para [a Jurema], liguei com a casa de doutor [Mário] e falei: “Doutor [Mário], a eleição ‘tá perdida, o juiz ‘tá na casa de doutor [Afonso]”. Ele disse: “ele pode ir para a casa de quem for que apura direito. Ele é um homem direito.”¹¹⁸

As palavras do desembargador, garantindo a lisura da apuração, fez com que Pedro retornasse à sua cidade, distante cerca de cento e vinte quilômetros de Jurema do Padre, mais confiante para o segundo dia de apuração. Pela manhã, ciente da vitória, seguiu para o local de apuração. O evento se estendeu até às sete da noite, quando veio o veredicto final: Pedro de Tôta e Jerônimo Veloso foram eleitos prefeito e vice-prefeito da cidade, respectivamente. Juntos obtiveram 4.909 votos contra 2.771 de seus opositores. Com cerca de 64% dos votos válidos, sua vitória se consolidou conforme já esperava. Naquele pleito foram 57 votos nulos, 258 votos brancos e uma abstenção de 1.633 eleitores. Não demorou para que os fogos de artifícios fossem disparados, iluminando o céu da pequena cidade, aos gritos de vivas “Pedro de Tôta!”, “Parabéns, prefeito!”. Alguns de seus adversários, já tinham se retirado do local antes mesmo da tarde cair, “deu ‘caganeira’ em gente! Só ficou doutor [Afonso] e [Cícero Bezerra], o resto foram embora todos.”¹¹⁹

Eram meados de novembro. Restava ainda dois meses para 1977 se iniciar e com ele um novo exercício de prefeito, posto que seria ocupado por Pedro Francisco de Oliveira. O filho de Tôta e dona Francisca, que já havia exercido a profissão de agricultor e comerciante se consolidava em outro ramo, o da política, ocupando o posto mais alto daquele município. Seu plano se concretizou naquele momento. Restava agora aguardar os setenta e seis dias que faltavam para a tão sonhada posse, marcada para o dia 31 de janeiro de 1977.

118. Entrevista concedida a Francisco de Assis Severo Lima em 06 de fev. 2017.

119. Idem

2.2. “Nessa prefeitura aqui, só quem manda sou eu!”

O mês de janeiro de 1977 finalizou com uma grande festa na pequena cidade de Mirambaia. À tarde daquela segunda-feira, 31, foi marcada por um evento que entrou para a história do nosso protagonista. Próximo a completar 41 anos de vida, Pedro de Tôta recebera antecipado seu presente de aniversário: às 14 horas daquela tarde fora oficialmente empossado prefeito da cidade. O termo de posse, assentado no livro oficial, registrou aquela data que significaria a glória para alguns e o desgosto de muitos. Afinal, aquele momento significaria o nascimento da hegemonia de uma nova prole na política local, substituindo um grupo que, por mais de vinte anos, dominou o poder político na cidade.

A oficialização de poder que fez de Pedro Francisco de Oliveira chefe do Executivo local foi lavrada nos seguintes termos:

Aos trinta e um dias do mês de janeiro do ano de 1977, pelas quatorze 14 horas, perante a Câmara Municipal, prestou compromisso de defender e manter a Constituição do Brasil, deste Estado, observar as suas leis e desempenhar com probidade as funções que lhe foram conferidas e tomar posse do cargo de prefeito municipal de [Mirambaia], o senhor [Pedro Francisco de Oliveira], para o qual foi eleito pela vontade popular, na eleição de 14 de novembro de 1976, em substituição do senhor [Cícero Bezerra Cardoso].¹²⁰

O termo finalizava com as assinaturas do agora prefeito, seu vice e dos nove vereadores eleitos para aquele pleito. Começava oficialmente o governo de Pedro de Tôta, derrotando o último Fonseca na política partidária local, pois seu antecessor, Cícero Bezerra, era genro do Cel. Silas Fonseca. Nascia com Pedro, a hegemonia de uma nova prole, a família Oliveira.

Os trabalhos do novo prefeito começaram oficialmente na terça-feira, dia 1º de fevereiro daquele ano. Naquela manhã, a cidade amanheceu em polvorosa, a prefeitura possuía um novo prefeito. Alguns eleitores que haviam votado em Pedro de Tôta

120. Texto extraído do livro de posse dos prefeitos, disponível no arquivo da Prefeitura Municipal.

esperavam ser recompensados com um cargo público. Um emprego na prefeitura era um sonho que muitos mirambaiense almejavam naquele contexto de escassez financeira, onde predominava os serviços na agricultura. Desta forma, tornar-se servidor público era exemplo de distinção social. Por outro lado, aqueles eleitores que haviam votado no candidato derrotado e que possuíam vínculos de trabalho com o poder público municipal olhavam para o futuro com pesar, pois sabiam que seriam retaliados com a demissão do cargo. Esta era a prática corrente por décadas no serviço público brasileiro¹²¹ a cada eleição. O impacto era substancial em municípios pequenos do interior, como Mirambaia, que não tinham dinamismo econômico e ofertas de emprego no setor privado. Desta forma, “a anemia financeira das municipalidades aumenta a sua dependência em relação aos governos estaduais e, conseqüentemente, favorece a submissão política dos chefes locais” (LEAL, 2012, p. 167). Assim criava-se um ciclo de dependência, dos políticos locais para como o governador do Estado e dos trabalhadores para com os chefes políticos locais.

De fato, o medo de muitos trabalhadores de ficarem desempregados se consumou. Durante os primeiros meses de exercício do novo prefeito, a frase que mais se ouviu ecoar nos corredores do prédio da prefeitura municipal era a seguinte: “dá baixa nessa carteira aqui, menino!”¹²²

Após uma semana de governo, tomando pé da situação, Pedro de Tôta estava disposto a reorganizar a casa ao seu modo. Naquela primeira semana, o prefeito já havia ouvido súplicas de todos os lados para preservar o emprego de alguns servidores. Muitos deles haviam recorrido ao próprio doutor Afonso Fonseca, na esperança de que sua influência política como deputado estadual pudesse salvaguardá-los, livrando-os do famigerado “corte” como costumavam chamar a temida demissão. No entanto, o

121. A obrigatoriedade de concurso público para o exercício do serviço público foi instituído após a promulgação da Constituição Federal de 1988. O inciso II, do Art. 37 contém o seguinte texto: “a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração”(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998). No entanto ainda é comum a contratação de servidores públicos por meios não expressos na legislação em vigor. Desta forma, a troca do voto por postos de trabalho no serviço público continua sendo uma prática corriqueira da política nacional.

122. Entrevista concedida a Francisco de Assis Severo Lima em 10 de fev. 2017.

prefeito não estava disposto a fazer concessões acerca desta pauta: “Nessa prefeitura aqui, só quem manda sou eu! Aqui né vereador, nem é chefe político. Aqui só tem eu que mando. Só tem eu!”¹²³ Eram essas as palavras proferidas pelo prefeito quanto questionado acerca da exoneração e contratação de novos servidores. Quanto àqueles que recorreram ao seu rival para se manterem ativos na folha de pagamento, a resposta desferida era a seguinte: “quem vier aqui e disser que doutor [Afonso] manda aqui, se for empregado eu boto ele pra fora.”¹²⁴

No dia 7 de fevereiro de 1977 viria o ultimato. Naquele dia foi editada e publicada a portaria 05/77, de autoria do prefeito municipal. O documento trazia em suas linhas o seguinte teor:

Todos os funcionários contratados e ou nomeados da Prefeitura Municipal de [Mirambaia], portadores de carteiras profissionais, apresentam-se ao Diretor de Administração Municipal, no prazo de dez (10) dias, para a devida conferência com os assentamentos existentes e ‘a posterior’ adotar as medidas que se fizerem necessárias.¹²⁵

Tal medida tinha por objetivo o reconhecimento dos funcionários que, em exercício na Prefeitura, mantinham relações pessoais ou políticas com antigos administradores da cidade. A retaliação não demorou a recair sobre eles. Por meio da portaria 019/77, editada aos 4 de março daquele mesmo ano, foi publicado o nome de trinta servidores que haviam sofrido o temido “corte”, perdendo seus empregos e dando margem para que o prefeito contratasse aqueles que o haviam apoiado nas eleições do ano anterior.

Ao demitir os aliados do Dr. Afonso, Pedro de Tôta despertou a ira do político, que contra-atacou com a mesma moeda. Utilizando-se de seu prestígio junto ao governo do Ceará, solicitou por meio de ofício, datado de 16 de março de 1977 e endereçado ao

123. Idem.

124. Idem.

125. Texto transcrito do Livro de Registro de Portarias da Prefeitura Municipal de [Mirambaia] – 1977-1982, disponível nos arquivos da Prefeitura Municipal.

governador Hidalgo Vilar, autorização para que o secretário de Educação rescindisse os contratos de trabalho de alguns correligionários políticos do prefeito, que exerciam cargos públicos junto às escolas estaduais da cidade. O governador acatou o seu pedido e demitiu por meio do Diário Oficial as pessoas indicadas naquele e em mais dois ofícios posteriormente emitidos— um enviado ao próprio Secretário de Educação, datado 14 de abril de 1977, e outro novamente ao governador, datado de 15 de junho de 1977. No total o político pediu a demissão de 11 servidores do estado. Entre os demitidos encontrava-se a professora Maricota Siqueira, que nas eleições de 1976 havia votado no candidato a prefeito apoiado pelo médico e deputado estadual. A professora foi pega de surpresa, a notificação de sua demissão chegou no mês junho, de forma inesperada, conforme ela mesma relata:

Todo mundo dizia assim: “Eita! Disse que vai vim um corte. Quem não votou nele vai ter um corte”. Porque sempre teve esse pessoal cheleléu, não sabe? E dentro da escola ficam dando essas indiretas, mas eu nem me toquei, porque eu tinha votado, né? Aí foi um dia quando eu cheguei de férias, isso em julho de 77, recebemos a rescisão em julho quando nós fomos receber o pagamento.¹²⁶

É possível observar que naquele cenário político local existia uma forte evidência das relações clientelistas consolidadas entre os cidadãos e os governantes na região. Desta forma, os civis se viam compelidos a buscarem para a si proteção de um chefe político. A pequena cidade, polarizada em torno de dois grupos políticos, apresentava pouca opção de refúgio, uma vez que os líderes políticos utilizavam-se do controle do aparato administrativo do estado e dos municípios, direta ou indiretamente, para atacarem aqueles que se declaravam ou aparentavam serem seus adversários políticos. Vulnerável à vontade dos governantes, a população não tinha a quem mais recorrer, de forma que via-se compelida a aderir à ideologia política vigente, enredando-se à lógica clientelista como uma forma de usufruir das garantias prometidas pelo Estado.

126. Entrevista concedida a Francisco de Assis Severo Lima em 21 de mar. 2017.

Segundo José Murilo de Carvalho (1998), apesar de haver certa imprecisão e inconsistência no uso do conceito de clientelismo, é evidente que, de modo geral, o clientelismo indica um tipo de relação entre atores políticos que envolvem concessão de benefícios públicos na forma de empregos, benefícios fiscais ou isenções em troca de apoio político, sobretudo na forma de voto. O autor complementa seu raciocínio evidenciando que

Qualquer noção de clientelismo implica troca entre atores de poder desigual. No caso do clientelismo político, tanto no de representação como no de controle, ou burocrático, [...], o Estado é a parte mais poderosa. É ele quem distribui benefícios públicos em troca de votos ou de qualquer outro tipo de apoio de que necessite. (CARVALHO, 1997, p. 240)

Nesta relação de forças desiguais, tomando como exemplo espacial a pequena Mirambai, as forças inferiores, advindas das relações de poder, encontravam-se do lado dos cidadãos excluídos do campo político. Atores que, apesar de cancelarem a entrada dos políticos naquele universo, viam-se à mercê de suas vontades que, moldadas pelo desejo de vingança dos derrotados e gratidão dos vencedores, eram punidos ou recompensados pelas suas escolhas eleitorais. Foram esses os motivos que levaram à demissão dos funcionários do estado que prestavam serviços na cidade e foram retaliados pelo deputado estadual. “Eles estavam com raiva porque achavam que nós aqui em casa não tinha votado neles. Tinha votado era com [Pedro de Tôta].”¹²⁷

Quanto aos funcionários municipais, o motivo que os levaram a perderem seus empregos também não era diferente: “Eu botei duzentas e quarenta e duas pessoas de uma vez pra fora. De uma vez só! Botei com a portaria. Botei do dia primeiro de janeiro a trinta e um dezembro de setenta e seis. Quem ele botou, eu botei pra fora”¹²⁸

Utilizando-se da máquina pública para atender aos objetivos de ordem pessoal, os chefes locais, assentados no poder, transferiam para a instância pública os aspectos de seus universos privados, instituindo o personalismo na política local. Esse aspecto da

127. Idem.

128. Entrevista concedida a Francisco de Assis Severo Lima em 10 de jan. 2017.

cultura política brasileira foi evidenciado no clássico estudo de Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, de 1936, quando ele entendeu que o peso da herança da família tradicional patriarcal gerava vínculos pessoais de lealdade e sentimentos, acarretando a frouxidão e a falta de organização social além da incapacidade de separar o público do privado. Assim os homens públicos eram moldados nos círculos domésticos em que os laços sentimentais familiares são transplantados para o Estado (HOLANDA, 1983, p. 103-104). Tais elementos da história nacional também foram percebidos por Victor Nunes Leal. Analisando a sociedade brasileira de meados do século XX e pensando a estrutura política organizada de modo articulado entre municípios, estados e União, este autor apresenta que “a situação oposicionista, no âmbito municipal, é tão desconfortável que a regra é ficar na oposição somente quem não pode ficar com o governo” (LEAL, 2012, p. 67). Apesar de a frase estar se referindo às alianças entre governos locais e estaduais, este tipo de situação pode ser verificada na narrativa em curso. Neste caso, esta frase poderia ser relida a partir das relações da política partidária municipal tendo como figura central o trabalhador e o chefe político local, o que fazia deste último um proeminente líder, cujo poder se assentava nas bases de forças desiguais.

2.2.1. Entre desenvolvimento e práticas clientelistas: o governo de Pedro de Tôta alinhado ao “ciclo dos coronéis”

O governo que se assentou no município cearense sob a liderança administrativa de Pedro de Tôta não diferia da realidade vivenciada no estado do Ceará. As bases do poder político que sustentavam o então governador Hidalgo Vilar também estavam alicerçadas em relações clientelistas, tendo o empreguismo como um forte caráter mantenedor das suas alianças políticas. Conforme relata Maria Auxiliadora Lemenhe,

as ações políticas dos [Vilar] se configuram como patrimonialistas têm sua reprodução política alimentada pelo controle clientelístico exercido sobre pequenos produtores e população urbana interiorana, [...] ausência política e econômica sobre proprietários-latifundiários e seus representantes nas municipalidades. (LEMENHE, 1996, p. 229).

Desta forma, as práticas clientelistas, características das ações políticas de Pedro de Tôta, estavam também assentadas na esfera do poder estadual. No entanto, mesmo com as práticas de dominação alinhada ao governo estadual, naquele momento Pedro de Tôta encontrava-se em posição contrária à do governador, uma vez que seu grupo político mantinha alianças coesas com o principal oponente dos Vilar no Cariri, o médico Pedro Cesar Monte Belo. Monte e Vilar, apesar de estarem filiados ao partido político do poder central, o ARENA, faziam suas campanhas eleitorais em sublegendas opostas. Ademais, os Vilar na cidade de Mirambaiá apoiavam o grupo político dos Fonseca, opositores ferrenhos de Pedro de Tôta.

No entanto, o prefeito sabia que para conduzir aquela gestão necessitava selar novas alianças. O apoio político do chefe maior do estado do Ceará seria imprescindível para o seu mandato. Por sua vez, o governador também necessitava, dentro aquela estrutura de poder, do apoio das lideranças locais, pois apesar de o seu cargo ter dependido da nomeação do presidente militar, o grupo Vilar elegia por votos e alianças os deputados e senadores que compunham a rede de poder político e economia simbólica que lhes assegurava o prestígio para o exercício do controle do estado.

A aliança entre Pedro de Tôta e Hidalgo Vilar não demorou a acontecer e foi selada naquele mesmo ano. Era quarta-feira, 4 de agosto de 1977, quando a cidade parou para receber o governador, o coronel Hidalgo Vilar, para inaugurar, junto com o prefeito, o sistema de eletrificação do Distrito de Marizeiro.

Por meio de decreto municipal, o prefeito instituiu feriado na cidade e autorizou a retirada de Cr\$ 32.000,00 (trinta e dois mil cruzeiros) dos cofres públicos para realizar as festividades de recepção ao governador. Tal montante equivaleria a quase vinte e nove salários mínimos, que, na época, conforme o Decreto nº 79.610 de 1977, era de Cr\$ 1.106,40 (um mil cento e seis cruzeiros e quarenta centavos). Naquele único dia de festa foi consumido o que vinte e nove trabalhadores recebiam pela venda de sua força de trabalho durante um mês. Um montante considerado elevado para os padrões financeiros da pequena cidade. O evento, porém, marcaria o alinhamento do governo municipal ao projeto de poder vigente na instância estadual.

O Ceará, durante o chamado “Ciclo dos Coronéis”, momento da atuação política de Hidalgo Vilar, vivenciou um período de desenvolvimento urbano e social. Hidalgo

Vilar foi o terceiro “coronel” a governar o Estado do Ceará, que já havia sido controlado politicamente por Luiz Tavares (1963-1966) e Gerson Alcântara (1971-1975).

Apesar de o termo “coronel” estar intimamente ligado ao domínio econômico e social instituído pelos grandes latifundiários aos habitantes das zonas rurais para constituição do chamado curral eleitoral e instituição do voto de cabresto desde o Império, a atuação política dos coronéis cearenses, neste período, divergia parcialmente de tais representações, uma vez que, segundo Alexandre Barbalho (2007), será a partir da atuação desses políticos que o Ceará vivenciará um momento inovador em sua economia e sociedade que conduzirá a transição de “um Nordeste eminentemente agrário para uma região com população cada vez mais urbana e economia voltada, principalmente, para a indústria e o serviço” (BARBALHO, 2007, p.4).

Durante o governo de Luiz Tavares, foi instituído no Ceará o programa de eletrificação da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF), e no governo de Hidalgo Vilar foi ampliada a malha ferroviária do estado e a interiorização do Banco Estadual do Ceará (BEC), elementos que proporcionaram o desenvolvimento econômico da região. No entanto, ainda é possível observar, neste cenário, práticas políticas advindas do clientelismo como o empreguismo e o patrimonialismo, a utilização dos bens públicos em benefício particular, conforme apresentadas anteriormente nesta análise. Retomando novamente as colocações de Barbalho (2007), é possível observar que,

Se, de um lado, persistem as práticas clientelistas e autoritárias (que não são exclusivas do coronelismo, mas características do autoritarismo da sociedade brasileira), de outro, novos elementos e valores, afinados com o ideário da modernização, são agregados por estes políticos: burocratização do poder público, planejamento governamental, desenvolvimento econômico por meio da industrialização etc. (BARBALHO, 2007, p.4).

Assim, era essa velha política clientelista que aproximava Pedro de Tôta do governador a fim de proporcionar a implementação de medidas modernizadoras da infraestrutura do município. A característica modernizante do governo estadual o atraía, pois necessitava trazer para a longínqua Mirambaia, os elementos da modernidade que almejava para seu governo.

Desta forma, a visita do governador à Mirambaia significou não apenas uma aliança política entre o governo do prefeito e o governo do estado, mas também o realinhamento do município à política desenvolvimentista assumidas pelos governadores-coronéis e pelo próprio prefeito. A eletrificação do Distrito de Marizeiro em agosto de 1977 implicou uma mudança importante, vista como a chegada do progresso e desenvolvimento àquela localidade. Para o governador, era mais um evento de promoção de uma gestão voltada para a modernização do estado. Eventos como este faziam parte da agenda pública do governador. Ao relembra-los nas páginas da revista da Federação das Indústrias do Estado do Ceará – FIEC, em 2016, o ex-governador Hidalgo Vilar os retratou assim:

Via as lágrimas descendo. Ia inaugurar a energia em uma cidade, em um distrito pequeno. Marcada a hora, a gente ia para o palanque, todos os moradores da comunidade iam ver a solenidade. Eu subia no palanque e começavam os discursos. Já tinha uma pessoa indicada para apagar a luz. Quando apagava, todo mundo tomava um susto. Eu ia lá, ligava, e todo mundo: “o homem deu a luz”(risos). Isso aí a gente não esquece. Mandava puxar para todas as casas, sem ninguém pagar nada.¹²⁹

Certamente em Marizeiro a reação da população não foi diferente. Aqueles sertanejos esperavam há décadas pela chegada da eletricidade na região. Conforme Átila de Menezes Lima (2015), desde 1956 o projeto de eletrificação de toda a região do Cariri, encontrava-se em tramitação na Assembleia Nacional. E a pequena Marizeiro teria um papel fundamental, pois abrigaria uma linha de transmissão de energia elétrica orçada em Cr\$ 55.000.000,00 (cinquenta e cinco) milhões, tornando-se a porta de entrada da energia elétrica no Cariri. Segundo autor do projeto, o então deputado Virgílio Távora,

[...] no sistema será: o tronco de Paulo Afonso-[Marizeiro] terá que ser de 220.000 volts, ao invés de 132.000, e de Ingazeiras a Senador Pompeu (equação técnica a ser resolvida pela CHESF que é paga para isso) sê-lo-á em voltagem que ela julgar conveniente, desde que tenhamos a potência de

129. *Revista FIEC*, ano IX, n.103, mar. 2016, p. XX.

60.000 Kw para Senador Pompeu”. (CORREIO DO CEARÁ, n.13.748, 12/10/56, p.6; NOBRE, 1981, p.166*apud* LIMA, 2015, p. 142).

O projeto desenhado em 1956 se concretizou com algumas alterações, pois na execução da obra coube à cidade de Graça abrigar a linha de transmissão. Até então, a população de Marizeiro teve que esperar por vinte e um anos até a chegada da luz elétrica.

Na noite de 04 de agosto de 1977, momento de festa pela inauguração da obra, Pedro de Tôta e Hidalgo Vilar selaram uma aliança política, alinhando o governo municipal às ações do governo do estado. Esta aliança proporcionou ao governo de Pedro de Tôta a instituição de elementos da modernidade no município, advindos com obras de infraestrutura em parceria com o governo estadual, tais como: construção de estradas, barragens, calçamento, construção de escolas e eletrificação de bairros urbanos e parte da zona rural. No entanto, conforme apresentado nesta narrativa, foi notório, em seu governo, a permanência de elementos tradicionais ressignificados no contexto urbano e utilizados para a sua manutenção no poder.

2.3. Representações sobre Pedro de Tôta na política Mirambaiense

O quadro geral que se pintou da cidade de Mirambaia neste período, sobretudo através dos jornais, foi a ideia de que a cidade vivia um momento ímpar de sua história, um período esplendoroso de modernização e desenvolvimento, impulsionado pelas “mãos” do prefeito Pedro de Tôta.

A análise de reportagens de jornais sobre o município no período estudado permite-nos perceber a construção de um discurso que retratava o político em questão como o responsável pela arrancada desenvolvimentista do município. E tal desenvolvimento se concretizava através das obras de infraestruturas que a cidade recebia.

Próximo a finalizar sua gestão em meados de 1981, o jornal pernambucano *Correio de Recife* apresentou em suas páginas um balanço da administração de Pedro de Tôta até aquele momento. Conforme o jornal,

O município de [Mirambaia] desponta para grande e merecido destino. O esforço de sua atual administração tem sido guiado no sentido de dotar cidade e zona rural dos instrumentos essenciais a uma arrancada desenvolvimentista capaz de colocar aquele município entre os mais progressistas da região. O prefeito [Pedro Oliveira], consciente desta determinação, vem proporcionando à sua terra, através de implantação de diversas obras, o ritmo de desenvolvimento necessário à consecução de importantes objetivos. (*Correio do Recife*, Recife-PE, s/d, 1981)¹³⁰

A reportagem acima apresenta termos imperativos presentes no imaginário da nação daquele período, como progresso e desenvolvimento, termos presentes na propaganda oficial da ditadura, especialmente ao longo da década de 1970¹³¹. O pequeno município também compartilhava de tais ideias, pois seria merecedor de um futuro promissor. Futuro este que seria instituído pelos esforços do atual gestor. A reportagem prossegue na mesma linha de pensamento, apresentando que,

No setor da educação, um dos mais carentes de benéficos, o prefeito [Oliveira] tem atuado muito bem. Um prédio escolar foi construído no Sítio [Morro Triste]. Em ampla área do município a ação do prefeito se fez sentir com a construção de várias unidades escolares. Em fase de construção se encontram 12 unidades de ensino do 1º Grau, sendo 10 na zona rural e 2 na cidade. Milhares de metros quadrados de calçamentos foram construídos na sede. (*Correio do Recife*, Recife-PE, s/d, 1981)

A infraestrutura da cidade, apresentada na matéria do jornal, representava a modernização que chegava ao município e funcionava como um elemento de distinção daquela nova gestão que procurava impor na sociedade novos estilos de vida e aspirações de futuro, fazendo de Pedro de Tôta o titular desta nova ordem. A reportagem finaliza como seguinte tópico: “Mina de urânio: um marco para a economia de [Mirambaia]”:

130. O texto acima exposto foi transcrito a partir de uma reportagem disponível em uma rede social de um dos correligionários do político em questão, no formato imagem, estando sua datação exata inelegível. As tentativas de localização do arquivo original foram fracassadas. No entanto, através de outras reportagens que serão apresentadas nas próximas páginas desta narrativa, pode-se concluir que o impresso fora veiculado por volta de julho 1981.

131. É importante ressaltar que neste contexto histórico o Brasil vivenciava uma fase ufanista de sua política e economia fomentada pela propaganda oficial do regime ditatorial. Essa temática será abordada de forma específica no capítulo seguinte.

Estudos, sondagens e pesquisas têm sido feitos e continuam os técnicos no seu trabalho intenso, afim de detectar uma provável mina de urânio, no município de [Mirambaia]. Comprovados os bons resultados deste trabalho [Mirambaia] estará lavrando um tento gigantesco em favor da economia ingressando no ciclo da exploração de um dos mais ambicionados minérios da atualidade. (*Correio do Recife*, Recife-PE, s/d, 1981)

Observado a reportagem em sua íntegra, é possível detectar que são explorados elementos do presente e do futuro. O presente desenvolvimentista vangloria as ações daquele que o teria proporcionado, Pedro de Tôta. Já o futuro promissor desperta a esperança de dias melhores para economia local. Com isso cria-se no imaginário da população novas *experiências* e *expectativas*¹³², fazendo do líder em questão uma figura admirada e promissora, capaz de trazer para a longínqua Mirambaia o tão esperado progresso modernizante, afastando do poder seus antigos rivais.

A partir destas e outras reportagens que serão analisadas ao longo deste tópico, podemos constatar a tentativa de construção de representações acerca do personagem e do período político ora analisado, possibilitando assim, um diálogo com o historiador francês Roger Chartier, para quem

as representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. (...) As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros:

132. “Espaço de experiência” e “horizonte de expectativas” são duas categorias históricas desenvolvidas por Reinhart Koselleck (2006). Segundo esse autor, “a experiência é o passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados. Na experiência se fundem tanto a elaboração racional quanto as formas inconscientes de comportamento, que não estão mais, que não precisam estar mais presentes no conhecimento. Além disso, na experiência de cada um, transmitida por gerações e instituições, sempre está contida e é preservada uma experiência alheia. Neste sentido, também a história é desde sempre concebida como conhecimento de experiências alheias. [...] Algo semelhante se pode dizer da expectativa: também ela é ao mesmo tempo ligada à pessoa e ao interpessoal, também a experiência se realiza no hoje, é futuro presente, voltado para o ainda não, para o não experimentado, para o que apenas pode ser previsto. Esperança e medo, desejo e vontade, inquietude, mas também análise racional, a visão receptiva ou a curiosidade fazem parte da expectativa e a constituem.” (KOSELLECK, 2006, p. 310).

produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. (CHARTIER, 2002, p.17)

Nesta perspectiva, a imagem pública de Pedro de Tôta, enquanto prefeito, foi sendo construída de forma meticulosa, em espaço de poder que extrapolaram a território Mirambaiense. A partir dessas ações, o nome do político foi propagado a outros espaços, construindo sua imagem social e proporcionando o aumento de seu capital político.

Pedro de Tôta ganhou as páginas daquele impresso motivado por uma premiação que recebeu naquele ano. Fora escolhido pelo mesmo jornal, *Correio de Recife*, como o “prefeito expoente nacional”, devendo fazer jus ao troféu Conde da Boa Vista, uma honra que, segundo o impresso, advinha de “pesquisa de opinião pública feita em cada estado do Nordeste”. Tal título foi recebido com uma solenidade que parou literalmente a cidade, pois dois dias antes do evento o prefeito decretou feriado municipal para recebê-lo.

No dia marcado, a cidade recebeu a comitiva formada por membros da Câmara Municipal de Olinda, Pernambuco, e do jornal *Correio do Recife*. Conforme este periódico,

A festa para a entrega deste título, por sinal honroso e cobiçado, o troféu Conde da Boa Vista, oferecido pelo jornal e pela Câmara Municipal de Olinda, Pernambuco, teve lugar no dia 12 de agosto de 1981, na cidade de [Mirambaia], para onde se deslocara dirigentes daquele órgão, autoridades, amigos do prefeito e convidados de diferentes municípios do Ceará. (*Correio do Recife*, Recife-PE, s/d, 1981)

Aquele evento celebrava uma conquista para aumento da economia simbólica de Pedro de Tôta. Prefeito destaque 1980/81, seu nome estava sendo atestado em novos espaços de poder, tanto geográfico quanto cultural. Afinal, foi de Recife e Olinda que partiu a homenagem, cidades de outro estado que não o Ceará de Mirambaia. A capital pernambucana era considerada o espaço da modernidade e centro da vida intelectual e cultural do Nordeste na época. A homenagem também partia da Câmara Municipal da

histórica Olinda e da mídia impressa, espaço dos letrados, dos intelectuais, enfim “especialistas” em política que atestariam a dignidade da escolha. Eram as elites pensantes da metrópole moderna que homenageavam o prefeito de Mirambaiá naquele dia. O Troféu Conde de Boa Vista, segundo o jornal, era uma homenagem aos melhores prefeitos oferecida por ele e pela Câmara de Olinda. À população coube apenas saudar a autoridade e aquela foi de fato uma noite de saudações. A programação do evento publicada na referida reportagem informa-nos que Pedro de Tôta recebera homenagens dos vereadores mirambaienses, do padre e dos funcionários públicos.

O Troféu Conde da Boa Vista não representava apenas um material físico das conquistas políticas do prefeito, mas sim um elemento simbólico de sua atuação no campo político. Na festa, entre os convidados, estavam políticos, empresários e eleitores. Foi uma noite de homenagens para Pedro de Tôta. Aquele evento foi apresentado no jornal e divulgado entre os cidadãos de Mirambaiá como uma honra para a cidade, uma honra conquistada pessoalmente por seu administrador.

O evento, a reportagem e o troféu são compreendidos aqui como elementos simbólicos aliados para o aumento do capital político de Pedro de Tôta, como estratégia de permanência no campo político, um projeto de futuro e táticas de manutenção do poder dentro de uma ótica da conquista dos troféus próprios deste campo. Desta forma, as representações de si em espaços que ultrapassem as fronteiras do poder local podem ser compreendidas novamente a partir das discussões propostas por Pierre Bourdieu (2011). Para este sociólogo, o agente político precisa estar em constante evidência, pois necessita da chancela exterior para permanecer no jogo. Daí a necessidade de se colocar os políticos em evidência, nos holofotes, pois a construção da imagem do político também é construtora de seu capital simbólico. Assim,

Há, no campo político, lutas simbólicas nas quais os adversários dispõem de armas desiguais, de capitais desiguais, de poderes simbólicos desiguais. O poder político é peculiar no sentido de se parecer com o capital literário: trata-se de um capital de reputação, ligado à notoriedade, ao fato de ser conhecido e reconhecido, *notável*. (BOURDIEU, 2001, p. 204)

Nessa ótica, Pedro Tôta recebia reconhecimento e notoriedade por agentes considerados abalizados, aumentando o potencial de seu capital simbólico e político.

O capital político angariado por Pedro de Tôta ao longo de sua gestão como prefeito o fez notável naquele pequeno município, fazendo-o despontar como líder político de um grupo com potencial para além dos limites municipais.

A experiência deu ao político em questão o conhecimento necessário para compreender que a sua permanência na política dependia de prestígios e reputação. Elementos oriundos de suas relações sociais, pois o campo político se constitui a partir das relações construídas entre indivíduos que se relacionam no universo da política. As relações desenvolvidas pelos sujeitos políticos caminham a partir de elementos próprios da vida política. Assim, existem formas de relações, propriedades, capital e ações que são próprias deste universo e os sujeitos políticos se movem pelo campo a partir da necessidade de conquistá-las. Esses elementos, apesar de estarem presentes no mundo exterior, assumem conotações próprias para os sujeitos que se movem por este campo, fazendo deste um microcosmo dotado de autonomia. Desta forma, as representações e simbologias que um determinado objeto ou ação possui no mundo global poderão assumir outras, até mesmo divergentes, no campo político, e tais características só farão sentido para aqueles indivíduos que conhecem suas regras e se movem por dentro dele.

Diante do exposto, as frases articuladas na reportagem e a simbologia do troféu assumiram relevância importante para aumentar o capital político de Pedro de Tôta. Um capital imaterial responsável por fazer deste ator um detentor de uma economia simbólica importante para aqueles que atuavam neste pequeno mundo social: o campo político.

O município de Mirambai e seu prefeito foram objetos de muitas reportagens de jornais de abrangência local e regional. Em 15 de abril de 1982, uma reportagem do jornal *O Povo*, o segundo maior jornal em circulação no Ceará, apresentava um bom inverno na cidade, conforme a reportagem:

O inverno neste município pode ser considerado bom, pois desde o dia 20 de dezembro vem chovendo regularmente. Segundo o agente da

REFESA¹³³, [Cezar Ferraz], até o final da primeira quinzena de março choveu 617 milímetros na sede municipal contra 190 no mesmo período ano passado. O [Rio do Mar] está com bom volume d'água, o mesmo acontece com os pequenos riachos: [Genipa], [Ribeira], [Borda Nova] e [Padre]. As oito barragens construídas pela Gescap no [Rio do Mar], também estão reservando boa quantidade de água. Os açudes de [Mirambaia] recebem água, mas apenas o localizado no [Sítio Piranhas] arrombou. (*O Povo*, Fortaleza-CE, 15 abr.1982, p. 15)

Dados da FUNCEME¹³⁴ mostraram que naquele ano foram registrados em Miramabaia 793 mm de precipitação chuvosa para um esperado de 937,1 mm. O déficit de 15,4 mm do percentual chuvoso foi amenizado pelas obras de reservatórios hídricos empreendidos pela gestão municipal, elemento sutilmente explorado pela reportagem acima.

No dia 4 de maio de 1982, o jornal *O Povo* anunciava:

Foi liberado pelo Banco Central a carta perante para a instalação do Banco Mirabel, em [Mirambaia], uma das mais valiosas reivindicações dos comerciantes, criadores e agricultores da região. A cidade vem se desenvolvendo em ritmo considerado grande e está a necessitar de um estabelecimento bancário, com as linhas de crédito que pode oferecer o Banco Mirabel. O benefício foi conseguido pelo deputado Pedro Cesar Monte Belo. (*O Povo*, Fortaleza-CE, 4 maio 1982, p. 33)

A notícia anunciava a chegada do banco como um exemplo da modernidade e um benefício proporcionado pelo deputado Pedro Cesar Monte Belo, aliado de Pedro de Tôta na região. Aquele lembrete no jornal, publicado sete meses antes eleições gerais de 1982 era uma forma de mostrar aos eleitores que o deputado trabalhava pela cidade.

No dia 20 de maio foi anunciada naquele mesmo jornal a construção de mais sete barragens visando perenizar o Rio do Mar em sua passagem pela cidade. Sob a manchete “Andreazza promete mais seis barragens”, o jornal *O Povo* (Fortaleza-CE, 21

133. Rede Ferroviária Federal. Conforme o site da empresa a Refesa é uma empresa familiar, fundada em 1993 e idealizada para atuar, basicamente, no mercado ferroviário. <http://www.refesa.com.br/>

134. Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos.

maio 1982, p. 13) apresentava o bom relacionamento do prefeito com o então ministro do Interior do Brasil, Mário Andreazza, e também buscava construir a ideia de que a cidade estava protegida contra os efeitos da seca, que na época assolava o interior do Ceará.

2.3.1. Espaço de tensão: a cidade além dos jornais

Ao analisarmos o espaço de atuação desses atores, além das reportagens dos jornais, verificaremos que as tensões sociais contraditavam muitas de tais representações. A ideia desenvolvimentista de presente perfeito apresentada nos discursos jornalísticos tentava apagar as contradições sociais presente no cotidiano da cidade.

Observando o *Livro de Registros de Portarias* da Prefeitura, bem como as reportagens do jornal acima citado, é possível verificar que o município passava por um período delicado em sua economia e sociedade.

Na reportagem do jornal *O Povo* sobre o bom inverno na cidade, veiculada no dia 15 de abril de 1982, é possível observar as seguintes informações acerca dos preços de alguns gêneros alimentícios na cidade:

Embora se garanta que nos próximos dias a tendência é diminuir os preços do arroz, farinha e feijão, os atuais preços dos gêneros de primeira necessidade são estes: arroz, Cr\$ 100; Milho, Cr\$ 40; farinha, Cr\$ 60; Açúcar, Cr\$ 60; Carne bovina Cr\$ 300; Suína Cr\$ 220; Caprina, Cr\$ 220. (*O Povo*, Fortaleza-CE, 15 abr.1982, p. 15)

Conforme mostrado acima, o preço dos gêneros alimentícios de primeira necessidade estava elevado para os padrões da época, ficando insustentável para os agricultores e mesmo funcionários da prefeitura suportarem os gastos com alimentos durante o mês.

Para combater o aumento nos preços de alguns gêneros alimentícios, desde o segundo ano de sua gestão, o prefeito Pedro de Tôta vinha tentando controlar, por meio de portarias editadas entre 1979 e 1981, o preço de alguns desses gêneros, como por exemplo, a carne. A seguir, para se dimensionar a realidade econômica vivenciada pelos

mirambaienses neste período, são apresentados, por meio da tabela (1) abaixo, a compilação das variações dos valores destes produtos:

Tabela 1 – Preço dos gêneros alimentícios de primeira necessidade – Carnes – em [Mirambaia]-CE – 1978 - 1982

Ano	Gênero alimentício/ Preço em Cr\$						
	Bovino	Ovino e caprino	Suíno	Toucinho Fresco	Toucinho Salgado	Vísceras	Fígado
1978	40,00	28,00	28,00	28,00	20,00	24,00	24,00
1979	60,00	40,00	40,00	40,00	32,00	40,00	40,00
1979	90,00	60,00	60,00	60,00	60,00	60,00	60,00
1980	140,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
1980	180,00	130,00	130,00	130,00	130,00	130,00	130,00
1980	162,00	130,00	130,00	130,00	130,00	130,00	130,00
1981	200,00	150,00	150,00	150,00	150,00	150,00	150,00
1981	250,00	180,00	180,00	180,00	150,00	180,00	180,00
1982	300,00	220,00	220,00	220,00	190,00	190,00	220,00
Variação em %	650,00	685,71	685,71	685,71	850,0	666,60	816,60

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir de informações contidas no Livro de Registro de Portarias de [Mirambaia], 1977-1983.

Analisando os dados acima expostos, é possível verificar que entre os anos de 1978 e 1982 ocorreu uma elevada variação nos preços destas carnes, entre 650 e 850%, em 5 anos. Conforme apresentadas na portaria, as justificativas para edição do documento de regulamentação comercial variaram bastante ao longo de suas nove edições. A primeira delas, publicada em 14 de outubro de 1978, se dava em tentativa de equiparar o preço da carne comercializada no município ao preço destes produtos nos municípios vizinhos.

A elevação nos preços dos gêneros alimentícios de primeira necessidade e a corrosão dos salários não era um problema de microeconomia, ou seja, não estava

concentrada no mercado local de Mirambai, afinal aquela crise era uma realidade brasileira de âmbito nacional. Conforme Dércio Garcia Munhoz,

Ao ingressar na década de 80, o Brasil já havia acumulado uma das mais longas experiências de instabilidade monetária registradas na economia mundial do pós-guerra; e, diante das elevadas taxas de inflação vindas como herança dos anos 70, não seria ilusório esperar que a partir daí o país pudesse vir a reencontrar o caminho da estabilidade. Mas não foi o que ocorreu, pois em realidade os preços dispararam, a despeito das medidas de contenção implantadas ainda em 1980 (prefixação da taxa de câmbio e da correção monetária, e introdução de um redutor sobre as taxas de juros), chegando ainda em 1981 e 1982 ao patamar de 100%. (MUNHOZ, 1997, p. 64)

Mesmo estando diante de um problema econômico de proporções macro, o prefeito continuou a apresentar-lhes medidas de contenção na esfera micro, tentando, sobretudo, punir os comerciantes que majorassem, sem a devida autorização, o preço da carne. Por meio de portaria, editada em 10 de julho de 1979, ficava estabelecido que a partir daquela data, seria terminantemente proibida a majoração do preço da carne sem a prévia autorização da autoridade competente, ficando os desobedientes sujeitos a pagarem multa de até dois salários mínimos e serem suspensos de suas funções entre quinze a vinte dias. Ao que parece, a lei não foi acatada pelos comerciantes que passaram a burlar a ordem vigente.

Eles continuaram a infringir a lei, inclusive maculando a precisão do instrumento de peso. Ao editar a terceira portaria regulamentando o preço dos produtos, em outubro de 1979, o prefeito determinava também uma revisão nas balanças dos estabelecimentos comerciais a fim de averiguar sua exatidão.

O ano de 1980 foi o mais conturbado neste aspecto econômico da cidade, sendo editadas quatro portarias que versavam sobre o preço das carnes. Três destas portarias foram publicadas no decorrer do mês de novembro, entre os dias dez e vinte, denotando as dificuldades de tornarem efetivas as medidas da prefeitura para controlar a situação.

Os preços da carne continuaram a aumentar. A mais enérgica portaria foi editada em novembro de 1981, ficando estabelecida a nomeação de um fiscal responsável por vistoriar diariamente os estabelecimentos comerciais e aplicar as punições já citadas, além de cassar definitivamente os direitos daqueles que infligissem a ordem de não aumentar os preços do produto.

No entanto, em fevereiro de 1982, a tabela de preços foi novamente reajustada pelo Executivo municipal, elevando o preço das carnes bovina, caprina e suína. A população reagiu de forma enérgica ao aumento do custo de vida. Dados do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI) confirmam que no início do mês de outubro o comércio local fora saqueado por cerca de 200 famintos que levaram todo estoque de carnes do Mercado Municipal. Segundo o documento, o prefeito teria autorizado a distribuições de alimentos entre os flagelados e informado: “o maior problema que a cidade enfrenta é a falta de água, pois milhares de flagelados estão andando de um lado para o outro em busca de água.”¹³⁵ Meses depois aconteceu outro saque, desta vez cerca de 300 pessoas buscando alimentos invadiram a cidade e saquearam mercearias e armazéns. O jornal *O Povo* do dia 15 de dezembro de 1982 trazia em sua capa a seguinte manchete: “[Mirambaia] é invadida outra vez”. Segundo a reportagem,

Pela quarta vez, em menos de dois meses, flagelados invadiram e saquearam a cidade de [Mirambaia], na Zona Fisiográfica do [Sertão do Mar] e [Alto Quixabas], distante 526 km de Fortaleza, pela BR-116 eram 10 horas de ontem quando, inesperadamente, cerca de 300 homens, reclamando comida e trabalho, chegaram aquela sede Municipal rumaram diretamente ao mercado de carne, somente não levando todo o suprimento existente por que os trabalhadores esconderam grande parte do que dispunham para as vendas do dia. Em seguida, dirigiram-se às mercearias do centro, cujos comerciantes cerraram as portas temendo o saque. Os saqueadores conheceram a maior frustração quando, a força bruta, alcançaram o interior do armazém da Cooperativa Agrícola mista e ali encontrar, apenas, veneno para formiga (formicida) e rolos de arame farpado. Insatisfeitos, evoluíram suas ações para procura de estabelecimentos comerciais diversos, nada obtendo novamente de positivo nas incursões realizadas. [Vindos de], localidades afastadas da zona urbana entre oito e dezoito quilômetros. Dispersaram-se depois que o presidente da cooperativa visada e o Prefeito destinaram-lhes ajuda. Recorde-se que, sábado último idêntica ocorrência foi constatada, representada por tentativa de saque. Na ocasião, o vice-prefeito liberou 496 vales para aquisição de carne bovina no atendimento aos sertanejos. (*O Povo*, Fortaleza-CE, 15 dez.1982, p. 8)

135. Dados extraído do Centro Ecumênico de Documentação e Informação. Fatos destacados na imprensa. Disponível in: http://www.koinonia.org.br/protestantes/uploads/novidades/Aconteceu-Fatos-Destacados-na-Imprensa_206.pdf

A carestia associada à falta de chuvas trouxe a fome aos pequenos municípios do Semiárido do Brasil. Em Mirambaia, vivenciando elevado estágio de miséria, a população enxergou nos saques uma alternativa de sobrevivência. Os trabalhadores, unidos em grupos de 200 a 300 pessoas, passaram a protestar regularmente entre os meses de outubro a dezembro de 1982. Segundo a reportagem, nesse ínterim, foram realizadas quatro ações deste tipo. Movimentos como aqueles atestavam a competência do Estado para a manutenção dos privilégios por meio da propriedade, pois é perceptível que em meio à crise hídrica e econômica uma minoria conseguia retirar para si vantagens financeiras e prestígio social. Levados à condição de subalternos, sem acesso à terra ou emprego, os agricultores mirambaienses foram tragados pela fome. A alternativa política para gerir a crise social que se abateu sobre o município veio por meio do trabalho. Durante aquele período, de escassez de chuvas e alimentos provenientes da agricultura, a cidade recebia através de recursos federais obras de infraestrutura como a construção de barragens e açudes, a mão-de-obra utilizada em tais construções provinha dos flagelados, que, através do prefeito seriam inscritos para trabalhar.

As obras construídas pelo poder público em momentos como aqueles possuíam dois vieses. O primeiro tinha claro objetivo de controlar os flagelados que eram vistos como uma ameaça à manutenção da ordem. O medo de que os saques evoluíssem para um movimento social de maiores proporções levavam os agentes do Estado a desenvolverem ações paliativas que trouxessem aos trabalhadores rurais a sensação de estarem protegidos pelo poder público. A reportagem abaixo confirma tal argumento:

A invasão de [Mirambaia] por cerca de 200 homens Famintos deve ser tomada como sintomas do agravamento da situação socioeconômica na zona sul do Estado. Eram realmente, homens Famintos e não, como costumam insinuar os corifeus oficiais, pessoas a serviço de correntes interessadas em tocar fogo no circo. Um dos manifestantes, se como tal podemos chamá-los, foi internado em um hospital da cidade, por desnutrição, informa o correspondente deste jornal. Quer isso dizer que em [Mirambaia], como em outros municípios onde o programa dos bolsões da seca, ou assemelhados, ainda não chegou, a fome reduz milhares de pessoas a um gritante estado de necessidade. (*O Povo*, Fortaleza-CE, 6 dez.1982, p. 4).

Assim, os bolsões da seca, construindo novos postos de trabalho nos municípios afetados pela crise, deveriam se apresentar como uma alternativa de controle daquela

situação. Foi aí onde se apresentou o segundo viés das obras construídas pela Sudene, pois elas eram geralmente realizadas em propriedades privadas. Feitas pelos trabalhadores em momentos de escassez e miséria, tais obras atendiam aos interesses particulares, ao passo que o homem do campo tinha suas necessidades imediatas atendidas através do trabalho. Seu “suor” servia para criar melhorias de infraestrutura na propriedade privada das elites locais. Essa tática de dominação política foi explicitada na reportagem transcrita abaixo:

Estiveram na última semana em visita a várias obras construídas pela Gescap, neste município, os técnicos [Pedro Saburá], coordenador Estadual do órgão, em Fortaleza, José Magalhães, do escritório da Sudene, [Darly Vilar], da secretaria da Agricultura, [Alisson Garcia], do Gescap local e mais o Prefeito [Pedro Oliveira], o supervisor da 8ª região sediada em Juazeiro, [Antônio Furtado] e o Coronel [Juvenal Oliveira]. Foram visitadas 7 barragens construídas no [Rio do Mar] entre a sede e o Distrito de [Marizeiro], somando-se 21 km de Rio perenizado. A maior das barragens visitadas foi a localizada no [Sítio Riacho], próximo à sede do Distrito de [Marizeiro], na propriedade do Senhor [Joaquim do Conde] construída por 100 trabalhadores alistados na emergência, durante os últimos 120 dias. A referida barragem represa água numa distância de 6 Km. (*O Povo*, Fortaleza-CE, 17 fev. 1982, p. 32).

Através da construção de obras públicas, porém em propriedades privadas, como a de [Joaquim do Conde]¹³⁶, o governo criava condições de colocar alimentos na mesa do trabalhador, uma vez que a remuneração do seu trabalho lhe apresentava tal possibilidade. No entanto, apesar de serem construídas com as verbas públicas, tais obras não atendiam todas as necessidades da coletividade.

Aquela realidade de crise econômica e alta dos preços vivenciada pelos mirambaienses não diferia da realidade social das demais cidades brasileiras espalhadas pelo território nacional. No entanto, a crise hídrica somada à escassez de trabalho formal piorava o quadro das cidades nordestinas do semiárido, como Mirambaia.

136. Como já apresentado anteriormente nesta narrativa, Joaquim do Conde era um chefe político local aliado do prefeito e figura importante para o grupo político dos Oliveiras.

Naquele momento, o Brasil colhia os frutos da estratégia de crescimento econômico desenvolvido pela ditadura civil militar conhecida como “Milagre Econômico”. Entre os anos de 1968 a 1973, o país alcançou taxas médias de crescimentos muito elevadas, aumentando significativamente seu PIB e reduzindo a inflação. A tabela 2, apresentada abaixo, sintetiza tal informação:

Tabela 2 –Brasil: Indicadores Macroeconômicos Selecionados - 1968-1973

Indicadores Selecionados	1968	1969	1970	1971	1972	1973
Taxa de crescimento do PIB (%)	9,8	9,5	10,4	11,3	11,9	14,0
Inflação (IGP – %)	25,5	19,3	19,3	19,5	15,7	15,6
Taxa de crescimento das exportações em US\$ (%)	13,7	22,9	18,5	6,0	37,4	55,3
Taxa de crescimento das importações em US\$ (%)	28,7	7,4	25,8	29,5	30,3	46,3
Saldo da Balança Comercial (em US\$ milhões)	26	318	232	-344	-241	7
Saldo em Conta Corrente (em US\$ milhões)	-582	-364	-839	-1630	-1688	-2085
Dívida Externa Líquida/Exportação de Bens	2,0	1,7	1,8	2,3	1,8	1,4
Saldo do Balanço de Pagamentos (em US\$ milhões)	97	531	534	537	2.538	2.380

Fonte: Apêndice Estatístico em Giambiagi et alii (2005)*apud* VELOSO, VILLELA, GIANBIAGI, 2008, p. 224.

Como se pode observar na tabela 2, a realidade econômica brasileira se desenvolveu em ritmos acelerados no período exposto, dando margem à euforia econômica comparada a um milagre. Tal crescimento se concretizou a partir de algumas ações empreendidas pelo então Ministro da Fazenda Antônio Delfim Neto, nomeado pelo presidente Costa e Silva em 1967. Em seu trabalho à frente da pasta, Delfim Neto criou e implantou o I Plano Nacional de Desenvolvimento (1972-1974), cuja principal função seria o de controlar a inflação e promover o crescimento do país.

Lançado em 1971 para biênio 1972-74, o plano, publicado no Diário Oficial da União em 17 de novembro de 1971, apresentava, conforme transcritos abaixo, os três “grandes objetivos nacionais do desenvolvimento brasileiro”:

Primeiro – colocar o Brasil, no espaço de uma geração, na categoria das nações desenvolvidas.

Segundo – duplicar, até 1980, a renda per capita do Brasil (em comparação com 1969), devendo verificar-se, para isso, crescimento anual do Produto Interno Bruto equivalente ao dos últimos três anos.

Terceiro – elevar a economia, em 1974, às dimensões resultantes de um crescimento anual do Produto Interno Bruto entre 8 e 10% (na forma do Quadro I), mediante: 1) aumento da taxa de expansão do emprego até 3,2%, em 1974, com uma taxa média 3,1%, no período de 1970/1974; 2) redução da taxa de inflação permitindo alcançar-se relativa estabilidade dos preços, ou seja, taxa de inflação da ordem de 10% ao ano, até o final do mandato do atual governo; 3) política econômica internacional que acelere o desenvolvimento do país, sem prejuízo do controle progressivo da inflação. (BRASIL, lei nº 5.727 de 04.11. 1971)

Os três objetivos anunciados pelo governo federal e implantados no primeiro ano de execução do plano proporcionaram um rápido desenvolvimento econômico no Brasil. No entanto, tal desenvolvimento ficou restrito a alguns setores da população. Assim, “a prosperidade da economia brasileira encobria a exclusão econômica e social da maior parte da população, que não se beneficiara do ‘milagre econômico’” (DOLHNIKOFF; CAMPOS, 2001, p. 335). Desta forma, os setores pobres estiveram excluídos das bonanças proporcionadas pelo momento da economia nacional.

Conforme nos apontam Henrique Serra Padrós e Amanda Simões Fernandes,

A economia da ditadura passou a ser pautada pelo crescimento industrial de bens de consumo duráveis, impondo um específico padrão de concentração de renda. Os setores com maior poder aquisitivo foram privilegiados por essa nova estratégia financeira. Passaram a ter elevação de salários, a fim de se constituírem em um forte mercado interno de consumo desses produtos. Para tal, era necessário desconsiderar as parcelas mais carentes da população, incapazes de se adequarem às novas necessidades econômicas de consumo. Além disso, a ditadura garantiu aos investidores estrangeiros uma mão-de-obra barata e controlada. Para os trabalhadores, o “milagre” significou sofrer a intensificação da exploração econômica e o controle e repressão dos sindicatos. (PADRÓS e FERNANDES, 2009, p. 46-47)

Excluídos das bonanças da euforia econômica em um primeiro momento, os setores pobres da população sofreriam as consequências dos desmandos econômicos logo após 1974, quando as bases fragilizadas dos mecanismos pelo qual o governo executou suas metas começaram a ruir. Conforme nos apresenta Dary Pretto Neto,

A aceleração econômica na fase do milagre econômico ocorreu devido aos investimentos pesados do Estado e a maior presença estrangeira. Essa participação deu-se sob a forma de capital; investimentos diretos de grupos transnacionais; empréstimos e financiamentos junto a organismos internacionais e a bancos estrangeiros; tecnologia para um padrão moderno de industrialização; importação de bens de capital; mercados para a colocação de suas exportações, além de um grau maior ou menor de dependência política e cultural, científica e tecnológica. (PRETTO NETO, 2003, p. 16)

Como apresentado acima, é possível concluir que o milagre econômico se sustentou no endividamento externo e dependência à economia estrangeira. Desta forma, a euforia gerada por ele não demorou a se transformar em desalento, uma vez que as medidas econômicas adotadas pelo governo durante o biênio de execução do plano geraram uma rápida expansão da dívida externa e aprofundaram dos problemas sociais presentes na sociedade brasileira, como a concentração da renda e a inflação.

O aumento no custo de vida sentidos pelos mirambaienses entre o fim da década de 1970 e início da década de 1980 simboliza um efeito desse momento da economia do país, pois em meio à crise vivida pela economia brasileira os comerciantes se viam compelidos a repassarem os aumentos de custos com energia, taxas de juros e desvalorização da moeda ao consumidor através do aumento dos preços dos produtos.

Foi em meio à crise econômica pela qual o país passava em 1982, que foi encerrada a atuação de Pedro de Tôta no cargo de prefeito municipal da cidade de Mirambai. No entanto, é possível verificar que a imagem pública do prefeito – construída ao longo de sua gestão através dos instrumentos por ele e seu grupo desenvolvidos, como prestação de favores, práticas clientelistas e carisma, meios aliados da economia simbólica do dom e contradom, bem como a construção de representações através da mídia regional, investimentos de infraestrutura, tentativas de implementar medidas que procurassem minorar os efeitos sobre a carestia de vida local, assim como a capacidade de negociação com flagelados da seca em meio aos saques – saiu inabalada deste processo, a ponto de eleger o seu substituto à cadeira de prefeito. O seu primo e amigo, foi feito prefeito da cidade em novembro de 1982, em disputa contra seu principal opositor, o médico Afonso Fonseca. Aquela vitória significou a consolidação do grupo Oliveira nas disputas das eleições municipais. O primo de Pedro

obteve naquele pleito um total de 5.135 votos, enquanto Afonso Fonseca ficou com 3.975 votos.

Uma nova elite se consolidava no poder e a figura de Pedro de Tôta assumia um papel de liderança. A hegemonia dos Oliveira na política se concretizava à medida que a família Fonseca perdia a liderança da política local. A derrota do líder mais expressivo daquela prole significou a consolidação de uma nova hegemonia familiar no domínio político da cidade. Pedro de Tôta construiu sua imagem e arquitetou a partir de sua inserção no campo político um projeto político que derrotaria a prole rival. Quanto ao doutor Afonso, o então líder dos Fonseca, Pedro professava: “Nunca mais ele faz um prefeito na [Mirambaia]. Ele só faz se for de barro.”¹³⁷ O tempo provou que Pedro de Tôta acertaria na previsão. De fato, os Fonseca não retornaram ao poder até o presente (2018). Uma rápida olhada nos nomes dos prefeitos da cidade de Mirambaia após os anos de 1976 comprova a hegemonia da família Oliveira no executivo municipal. Após o mandato de Pedro de Tôta a cidade contabiliza até o presente, nove mandatos eletivos, sendo o último ainda em curso. Dentre os prefeitos eleitos na cidade ao longo destas quatro décadas, apenas um não carregava em seu sobrenome a herança imaterial da família Oliveira, conforme demonstro a seguir: o primo de Pedro (01/07/1982 a31/12/1988), o próprio Pedro (01/01/1989 a31/12/1992), o único não parente de Pedro (01/01/1993 a31/12/1996), cunhada de Pedro (01/01/1997 a31/12/2000), outro primo de Pedro (01/01/2001 a31/12/2004; 01/01/2005 a31/12/2008), um sobrinho de Pedro (01/01/2009 a31/12/2012; 01/01/2013 a31/12/2016) e o filho de Pedro (mandato em curso iniciado em 01/01/2017).

Feito o acompanhamento da trajetória política de Pedro de Tôta e sua imersão no campo político de Mirambaia, a ponto de constituir uma nova linhagem política em torno de sua família, no próximo capítulo trataremos de discutir aspectos que tornam possível pensar a articulação entre esses elementos da escala local/regional com a escola nacional, situando os atores sociais e suas vivências dentro de campo de tensão, na perspectiva de descortinar a lógica social contida nas ações políticas, sociais e culturais do espaço analisado. Pretende-se neste último capítulo, portanto, situar tais aspectos

137. Entrevista concedida a Francisco de Assis Severo Lima. Aurora-CE, 10 de jan. 2017.

micros em um contexto macro, explicitando as ações sociais dos atores históricos a partir da percepção histórica nacional, deixando claro para o leitor que os pequenos espaços sociais estão interligados por percepções, práticas e representações construídas no curso da história em dinâmicas sociais múltiplas, estando, inclusive, a presente narrativa envolta neste mesmo processo.

– CAPÍTULO III –

O MUNICÍPIO DE MIRAMBAIA E O REGIME MILITAR DE 1964: “MEIOS INDISPENSÁVEIS À OBRA DE RECONSTRUÇÃO ECONÔMICA, FINANCEIRA, POLÍTICA E MORAL DO BRASIL”

A análise contida nesta última parte da presente dissertação tem por cerne explicitar ao leitor que a problematização do vivido serve para desmistificar as relações sociais, mostrando que as práticas naturalizadas no transcurso do tempo se constituem no dia-a-dia, a partir de dados concretos presentes no universo social.

Nesta perspectiva, a compreensão da história a partir de contextos e fatos locais e regionais se constitui em elemento elucidativo para a percepção e compreensão da realidade atuante no presente em âmbitos mais gerais, como em escala nacional. Assim, uma narrativa histórica que traz como cenário o espaço regional não pode compreender os fatos locais como fenômenos sociais isolados ou desconectados do processo histórico nacional. Sua análise deve pressupor uma compreensão mais global da realidade, pois “a História Regional não deverá mais ser, se for consequente com a proposta de abordagem intentada, isolada, de suas articulações reais, ou mero reflexo das articulações mais amplas, como aparece comumente na historiografia” (SILVEIRA, 2009, p. 237), uma vez que, no curso da história, as ações humanas se interagem, se complementam e se contradizem em múltiplas dimensões. Desta forma, o espaço regional da cidade de Mirambaia estava circundado por elementos culturais globais e locais que vivenciaram constantemente interações, complementações e contradições. Desta maneira, os homens e mulheres que atuaram nestes espaços estiveram imersos neste universo cultural interativo.

O rememorar das vivências neste espaço desvendam elementos da identidade de um povo e parte de uma estrutura social formadora o Brasil. Desta forma fica evidente que os espaços micros são componentes da realidade social na esfera macro, sendo as práticas socioculturais nele percebidos um importante elemento para elucidar questões maiores da política e da sociedade nacional. Portanto analisar a história nesta

perspectiva traz à tona uma infinidade de peculiaridades, características e contextos que não se deixam perceber através da análise homogênea, pois é na heterogeneidade que é possível perceber as disputas de representações e construções de práticas que formam a cultura de um povo, de um grupo e de uma região. A análise atenta das peculiaridades culturais, das lutas de representações e das construções de novas práticas possibilita ao historiador uma observação mais apurada da realidade, da percepção dos conflitos, da dinamicidade do passado e da lógica contida no presente. Afinal, como coloca Chartier,

As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são seus, e o seu domínio. Ocupar-se dos conflitos de classificações ou de delimitações não é, portanto, afastar-se do social (...), muito pelo contrário, consiste em localizar os pontos de afrontamento tanto mais decisivos quanto menos imediatamente materiais. (CHARTIER, 2002, p. 17)

Desta maneira, os grupos sociais dominantes, para continuarem dominando, utilizam-se dos diversos mecanismos de poder para construir visões de mundo, disputando o consenso de suas práticas, apoderando-se de aspectos sociais presentes no universo social para os moldarem segundo as suas necessidades de futuro, visando usufruírem das regalias que a dominação proporciona, sendo o controle do aparato estatal um meio seguro da gestão das vontades e necessidades alheias, aliadas sutis da disputa pela hegemonia. Tão sutil que, se não observada com afinco, dirime-se a ponto de disfarçar-se de naturalidade imposta pelo tempo.

3.1. A política dos privilégios: velhas práticas micro-estruturantes do Brasil

Analisando a história do Brasil através dos seus diferentes períodos políticos é possível chegar à conclusão de que as elites assentadas no poder criaram mecanismos para monopolizarem o campo político e estabelecerem uma cultura de privilégios sociais e econômicos. Tal característica esteve presente do embrião da formação do território hoje nacional aos dias atuais, ainda que sucessivamente reconfigurada ao longo dos séculos. É possível afirmar que no Brasil colonial o grau de confiança entre os súditos e o rei estabeleceu as hierarquizações de poder característicos da formação

histórica brasileira, e tais relações se tornaram mais densas com o passar dos tempos. No período imperial, através da concentração da propriedade e usufruindo dos privilégios advindos de suas relações com a nobreza, uma pequena elite rural monopolizou o poder nas Vilas conseguindo, inclusive, transplantar tal modelo para a era republicana.

A monarquia hereditária, derrubada em 1889, não levou consigo a cultura dos privilégios que alimentou durante a sua existência. O poder político que recebeu a roupagem da democracia na era republicana continuou reservado às elites. A terra, que nos municípios brasileiros se constituía em fonte de sobrevivência, haja vista a grande dimensão que a agricultura de subsistência assumia no universo rural, continuou reservada às grandes famílias. Assim, a estrutura de opressão montada no período colonial não sofreu grandes transformações ao longo da história política do país até o presente.

A análise do recorte espacial em foco demonstra que a dominação imposta aos subalternos se efetivou de forma sutil a ponto de se consolidar em suas práticas culturais. Os privilégios concedidos pelo Estado a um grupo de brasileiros dividiram a sociedade entre possuidores e despossuídos, privilegiados e desprivilegiados, porém assentou sobre aqueles o dom da benevolência, estratégia para a contenção de conflitos e manutenção da ordem, ao passo que se tornava em um importante instrumento para dirimir as divergências no campo das mentalidades. Segundo Maria Sylvia de Carvalho Franco,

[...] as relações entre senhor e dependente aparecem como inclinação de vontades no mesmo sentido, como harmonia, e não como imposição da vontade do mais forte sobre a do mais fraco, como luta. Em consequência, as tensões inerentes a essas relações estão profundamente ocultas, havendo escassas possibilidades de emergirem à consciência dos dominados (FRANCO, 1997, p.95).

Diante do exposto, é possível compreender que o usufruto da terra se tornou um dos mecanismos de acesso ao poder político no espaço territorial que delimita esta pesquisa, e ao mesmo tempo se consubstanciou em um elemento de manutenção da ordem social vigente, na medida em que proporcionou os laços de dependência entre possuidores e despossuídos, enredando os dominados em uma lógica de dominação

social, econômica e política. É possível verificar isso através de Mirambaia, porque, mesmo após oitenta e um anos da Proclamação da República, em 1970, ano de início do recorte temporal deste trabalho, a terra e o poder político continuavam reservados a um pequeno grupo social que os monopolizavam e os potencializavam a fim de os constituírem um elemento importante para a manutenção do poder.

Em 1970, conforme dados colhidos pelo Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), a cidade de Mirambaia possuía uma extensão territorial de aproximadamente 88.583,6 hectares. Desta extensão, 84.286 hectares pertenciam à zona rural, loteadas em 2.246 propriedades distribuídas, quanto à exploração, da seguinte forma:

Tabela 3 – Regime de exploração das propriedades rurais de [Mirambaia-CE] em 1970

Proprietário		Arrendatário		Parceiro		Ocupante	
Estabelecimentos	Área (HA)	Est.	Área (HA)	Est.	Área (HA)	Est.	Área (HA)
1.629	69.805	107	4.251	176	5.417	334	4.813

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir de informações contidas no Censo Demográfico – IBGE de 1970

Quanto à extensão territorial das propriedades é possível observar a seguinte informação:

Tabela 4 – Extensão das propriedades rurais de [Mirambaia-CE] em 1970

Área em Hectares					
Menos de 01 a menos de 2		2 a menos de 100		100 a menos de 2000	
Estabelecimentos	Área (HA)	Est.	Área (HA)	Est.	Área (HA)
112	142	1.991	46.186	142	32.967

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir de informações contidas no Censo Demográfico – IBGE de 1970.

As tabelas acima trazem à luz as seguintes estatísticas: 0,16% do território rural do município estava reservado às pequenas propriedades, que, por sua extensão, pouco podiam garantir às atividades agrícolas que promovessem o sustento daqueles que as exploravam. Assim, esse contingente rural necessitava estabelecer relações com os médios ou grandes proprietários para garantir a safra necessária ao sustento da família. 54,39% da área rural do município estavam reservados aos produtores medianos, grupo que, graças às dimensões do território cultivado, poderiam, além de utilizar a terra para plantação, destinar parte de seus hectares à criação de animais como suínos, caprinos e bovinos. 39,11% das terras estavam reservadas a uma pequena elite formada por apenas 6,3% das propriedades. A ela estava reservado quase um quarto do território rural do município. Era essa a elite rural que controlava, conforme apresentamos anteriormente, a política local. Através de alianças políticas travada entre as famílias, os representantes das proles mais ricas se revezaram no poder Executivo e assentavam-se no Legislativo.

Como apresentado anteriormente, o município, por muitos anos, fora governado pelos representantes da família Fonseca, grandes proprietários de terras e consequentemente de boas safras agrícolas anuais. Essa prole atuava na situação da política estadual, tendo representante na Assembleia Legislativa e utilizaram-se destes elementos e da prestação de serviços ligados à saúde para se consolidarem no poder por décadas.

A substituição desta prole pela família Oliveira nas eleições de 1976 também foi possibilitada por esses mesmos mecanismos de poder. A família Oliveira, sobretudo o próprio Pedro de Tôta, não era grande proprietária de terras. A família não constituía um núcleo dos ricos tradicionais do município, mas possuía algum prestígio no município. Pedro de Tôta valeu-se de seu prestígio pessoal, muito advindo de seu prestígio familiar vinculada à pequenas e médias propriedades rurais em sua empreitada. Foi da terra, conforme já explicitada no capítulo anterior, que proveio parte das verbas para custear sua campanha vitoriosa. Foi da zona rural que veio a maior parte dos votos que o fizeram prefeito. Mas também, e sobretudo, foi a aliança entre Oliveira e Veloso, grandes famílias agrícolas, que possibilitou a substituição dos Fonseca no poder local.

Essa estrutura agrária, na qual a concentração de terras se constitui em um fator gerador de opressão e manutenção dos privilégios das elites agrárias, foi descrita por Victor Nunes Leal, ainda em 1948, em seu célebre trabalho *Coronelismo, Enxada e*

Voto. No livro, o autor apresenta “a situação de dependência da gente que trabalha no campo” (LEAL, 2012, p. 56), pois através da concentração da propriedade privada são criadas situações de dominação, haja vista que a terra, nos pequenos municípios se constituía em um elemento fundamental para a subsistência do trabalhador. Privados do acesso à terra, ou usufruindo de território insuficiente para as suas necessidades, os trabalhadores passavam a explorar outras propriedades em regime de parceria, arrendamento ou ocupação. Em todas as situações, a relação que construía era uma relação de dependência entre o despossuído e os donos da terra, relação esta que era acionada em períodos de campanhas eleitorais. Desta forma “não há, pois, que estranhar o voto de cabresto” (LEAL, 2012, p. 56).

Assim, conforme o censo agropecuário de 1970, 15.317 hectares das terras rurais de Mirambaia eram explorados a partir do arrendamento ou ocupação, distribuídos da seguinte forma: 4.421 hectares estavam arrendados por quantia fixa; 5.472 hectares estavam arrendados por quota-parte de produção; e 5.424 estavam ocupadas por posseiros. Quanto ao quadro de ocupação laboral dos agricultores mirambaienses neste período, é possível analisar os seguintes dados:

Tabela 5 – Ocupação laboral dos trabalhadores rurais de [Mirambaia-CE] em 1970

Pessoal ocupado, distribuído por categoria e sexo de 14 anos e mais, segundo o censo agropecuário 1970							
Empregados em trabalho permanente		Empregados em trabalho temporário		Parceiros		Outra condição	
Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
244	9	1285	20	329	18	785	51

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir de informações contidas no Censo Demográfico – IBGE de 1970.

A somatória total do número do pessoal ocupado nas propriedades rurais do município perfaz um total de 2.723, sendo 2.643 homens e 98 mulheres. Naquele momento, segundo o censo demográfico, vivia na zona rural um total de 9.543 pessoas entre homens e mulheres que se enquadravam no perfil etário analisado, o que significa que apenas 28,52% da população rural daquele município encontravam-se exercendo uma atividade laboral que lhes garantia uma remuneração mensal mínima. Esse quadro fazia da zona rural um lugar de pobreza extremada que se agravava em períodos de

escassez de chuvas, quando os agricultores ficavam impossibilitados de proverem sua subsistência. Desta forma, o político se tornava o benfeitor de um elevado contingente de miseráveis que tinham suas necessidades imediatas solucionadas, mesmo que no curto período de tempo.

Nesse quadro de pobreza, as campanhas eleitorais exploravam a miséria dos trabalhadores rurais a fim de barganharem seus votos. Desta forma era comum os comícios acontecerem seguidos de banquetes oferecidos aos apoiadores e potenciais eleitores. Essa estratégia de conquista de votos era generalizada e comum em muitas partes do Brasil, usada pelos mais diversos grupos políticos ao longo de décadas. Como já foi demonstrado no primeiro capítulo, tanto seus opositores, tradicionais governantes do município, quanto o próprio Pedro de Tôta, valeram-se deste tipo de ação, conforme rememora um eleitor do candidato rival derrotado nas eleições de 1976:

Naquele tempo matavam boi, faziam aquelas ‘festona’ e os ‘beradeiros’ vinham dos Sítios com muita fome, pouco comiam carne, ‘nera? Quando chegavam aí se jogavam a comer carne demais. Só era vinagre que botavam na comida. Eu sei que quando era já de noite que iam deixar, [...] no [Arcanjo], naquele meio de mundo, quando chegavam lá os ‘caba’ iam sapateando na merda. ‘Cagavam’ dentro do caminhão.¹³⁸

Através deste relato, é possível verificarmos o estágio de miséria pelo qual passava o eleitor mirambaiense naquelas eleições. Em meio a esta conjuntura, os grupos políticos passavam a se utilizar das fragilidades do eleitor para angariarem votos, fazendo da troca de favores e dos postos de trabalho no funcionalismo público uma moeda de troca eleitoral. Esta era uma prática generalizada da maior parte dos candidatos a eleições no Brasil neste período.

Esse enredo garantia, naquele contexto, a ordem vigente no cenário político local. Neste caso, era da pobreza vivenciada pelos trabalhadores do campo que as elites locais extraíam os votos necessários para se manterem no monopólio da política

138. Entrevista concedida a Francisco de Assis Severo Lima em 21 de fev. 2017.

partidária. Eram dos laços de dependência construídos na burocracia municipal que o capital político desses grupos aumentava e se potencializava nas campanhas futuras, transformando o poder público municipal em um espaço de domínio oligárquico, onde os interesses pessoais aniquilavam os interesses sociais, fazendo perpetuarem-se no aparato administrativo os elementos das relações clientelistas, relações essas que se consolidaram nas práticas política brasileira no tempo da longa duração e se mostraram explícitas através das práticas de um estado patrimonialista. Para Raymundo Faoro (1997, v.2, p. 422), em seu clássico *Os donos do poder*, publicado pela primeira vez em 1958, isso se evidencia quando ocorre uma mistura entre os bens e funções públicas e os bens e as funções privadas; o Estado se confunde com o indivíduo que o “veste” de modo personalista e ligado aos humores, favores e caprichos dos políticos e de seus familiares; na ocasião em que os favores extraordinários, a “mão benevolente do governo”, o empreguismo crônico etc. são usados pelos grupos dominantes na política para socorrer e beneficiar a seus amigos e parentes, e, assim, “o governo será o reflexo do patrimônio pessoal”. Essa estrutura foi o terreno fértil para o desenvolvimento das práticas clientelistas, uma vez que as ações dos agentes políticos envolvidos nesta ordem impediam a distribuição democrática dos recursos disponíveis para a garantia da segurança no acesso a cidadania. A fome e a pobreza eram enfrentadas com paliativos usados como moeda de troca por votos.

Diante do exposto, podemos verificar que as ações políticas desenvolvidas por Pedro de Tôta, ao reproduzir os mecanismos generalizados pelo conjunto dos “profissionais da política” na pequena cidade de Mirambaiá, no Ceará e em todo o Brasil na segunda metade do século XX, constituíram-se em um exemplo do modelo político vigente no país praticado desde longas datas. Modelo este que se mantinha inabalado há séculos de história, sobrevivendo com singelas transformações desde o período colonial, uma vez que a terra ainda era um privilégio de uma minoria e um fator de exclusão e enriquecimento. A política continuava reservada a uma elite, que, em sua maioria, provinha do monopólio das estruturas agrárias, acostumadas a tratar a administração pública como uma extensão do seu patrimônio pessoal.

Mesmo vivendo sob a égide republicana¹³⁹, em Mirambai a “*Res publica*” pertenceu durante séculos a um pequeno grupo que se revezava no poder utilizando-se dos mecanismos próprios do patrimonialismo e do clientelismo, explorando a vulnerabilidade social para garantir a chancela que a aparente “democracia” exigia para o aceso ao poder. E qualquer um que pretendesse adentrar ao campo político dentro das regras vigentes, de modo geral, aprendia a manipular esses elementos, reproduzindo essas práticas há décadas vigentes, mesmo quando tentava se apresentar como alternativa ou um *outsider*. Uma “democracia” que legalmente fora pensada para manter a ordem e a sensação de estabilidade das garantias eleitorais, pois naquele contexto espacial e histórico, conforme já demonstrado anteriormente nesta narrativa, havia eleições regulares para vereadores e prefeitos, deputados e senadores. Tal elemento pretendia construir, em plena ditadura, representações positivas sobre aquele período.

3.2. A sutileza da dominação: estratégias de poder do Regime Militar

A construção de tais representações exigiu por parte do governo militar, a elaboração de estratégias sutis de dominação que se consolidaram no imaginário popular como elementos valorativos de democracia. Nesta ótica, o bipartidarismo, as sublegendas, o comércio eleitoral, a dependência do eleitor às facções locais se consubstanciaram em elementos para a manutenção da ordem defendida pelo governo militar ao passo que proporcionava a sustentação da estrutura política local e seu alinhamento à ordem nacional vigente.

3.2.1. O bipartidarismo

O bipartidarismo contribuiu aos poucos por afastar a grande política do cenário nacional, uma vez que converteu diferentes ideologias políticas em apenas duas

139. Pra piorar, essa República era, na época, uma ditadura, que servia exatamente para manter essa ordem excludente através de uma modernização conservadora.

agregações, além de colocar na clandestinidade e marginalizar os partidos políticos que ousaram questionar o modelo capitalista de organização do Estado.

A instituição de um modelo bipartidário instalado no Brasil após o golpe militar de 1964 foi gestado a partir das diretrizes legislativas apresentadas pelo Ato Institucional N. 2 – AI-2. Na prática, tal mecanismo apresentava-se como um elemento estratégico de homogeneização da resistência partidária, conduzindo paulatinamente à quebra da resistência por meios políticos, uma vez que promovia a descrença da sociedade na política institucional e em seus partidos como forma máxima da representação democrática. Ao anular as discussões próprias da grande política, o modelo bipartidário privou do acesso ao poder os partidos porta-vozes das classes subalternas, construindo mecanismos para garantir o poder às elites que já dominavam a cena política, individualizando uma luta coletiva e enfraquecendo um movimento que já vinha se desenvolvendo no país após 1950. Nessa ótica, segundo Marcelo Badaró Mattos (2016),

A classe trabalhadora no Brasil viveu diversos ciclos de lutas, desde as primeiras décadas do século XX. A cada momento de crescimento das mobilizações, entretanto, seguiu-se uma onda repressiva de maior ou menor intensidade. Até então, nenhuma conjuntura de ascensão das lutas havia sido tão amplas e tido tanto impacto social tão expressivo quanto a que se iniciou ao fim dos anos 1950. Por isso mesmo, a vaga repressiva desencadeada a partir de 1964 foi tão intensa. (MATTOS, 2016, p.28)

Dito isto, o bipartidarismo pode ser compreendido como uma ação estratégica a fim de anular as demandas políticas das classes subalternas, universalizando as demandas próprias das elites assentadas no controle do Estado, buscando homogeneizar diferentes visões políticas através das imposições previstas na lei, pois o artigo 18 do AI-2 extinguiu os partidos políticos até então existentes e cancelavam os seus respectivos registros.

O afastamento dos partidos compromissados com as demandas das classes subalternas do cenário oficial da política nacional proporcionou o silenciamento das reivindicações destes grupos, como se não estivessem mais em pauta no contexto social da época. Ao passo que ao controlar a oposição, o regime então vigente desenvolvia meios de manutenção desta ordem forjada, procurando construir o consenso da

estabilidade política e social, principalmente no espaço territorial dos pequenos municípios onde as eleições para prefeitos e vereadores ocorriam regularmente, mesmo que controlada pelas regras estabelecidas pela ditadura em vigor. Esta estratégia de manutenção da ordem regulou a vida política do Brasil durante quase todo o governo dos militares.

Assim como em boa parte do país, sobretudo nos rincões mais distantes, no município de Mirambaia, tal conjuntura impedia o desenvolvimento de qualquer debate acerca da democracia e da cidadania. Concentrando a maioria dos políticos locais na ARENA, com pouca expressividade para os filiados ao MBD, a política se desenvolvia em campanhas centradas nas querelas advindas de décadas de uma cultura política composta por elementos clientelistas e personalistas, ainda tão vivos naquele microespaço social. Desta forma, os principais motivadores que levavam os políticos a adentrarem a vida pública centravam-se na perspectiva de enfrentar essas questões. A entrada do nosso personagem no campo político também foi motivada por fatores de tal ordem: “Eu fui vereador porque eu tinha muita vontade de ver os [Fonseca] perder, a família que mandaram aqui quarenta e dois (42) anos. Não faziam nada. Só ficavam com o dinheiro, enganavam o pessoal com conversa.”¹⁴⁰ O personalismo permeava o universo político da cidade Mirambaia e em todo o país como prática dominante do exercício da política desde a instauração formal da República, constituindo-se como uma das principais práticas da cultura política do Brasil republicano, sendo, na maioria das vezes, sinônimo da própria política. Deste modo, o personalismo era o horizonte que se apresentava como tangível para quem quisesse fazer política, adentrar ao campo político. Na cena pública não estavam em pauta questões pertencentes à ordem da “grande política”. Os partidos em disputas não cumpriam seu papel, uma vez que a estrutura de coação da oposição partidária à ditadura impedia a formação de uma ação política capaz de congregar em torno de si os grupos excluídos a fim de representar seus interesses e colocá-los no centro do debate, proporcionando a construção de uma resistência capaz de superar os interesses econômico-corporativos em uma perspectiva universal.

140. Entrevista concedida a Francisco de Assis Severo Lima em 6 de fev. 2017.

Assim, a estrutura bipartidária da ditadura funcionou como um elemento de manutenção da ordem elitista do campo político nacional à medida que afastou do cenário público oficial as entidades partidárias que representaram historicamente as minorias sociais, dando voz às suas lutas e construindo a resistência necessária para as transformações mais profundas da ordem econômica e social, que naquele contexto privilegiava uma minoria em detrimento de uma massa de explorados. Ao mesmo tempo, a instituição do bipartidarismo serviu para mascarar a supressão da democracia, pois nos pequenos municípios brasileiros construía-se fortes representações dessa forma de poder através das eleições regulares, que, mesmo travadas em um cenário político controlado pela visão hegemônica das elites, enredava os subalternos na lógica clientelista para assegurar-lhes a sensação de proteção estatal, mantendo-os sob uma ordem desvantajosa que, no contexto local, privilegiava de forma direta as elites em disputa pelo poder.

Como corpo integrante desta ordem, os trabalhadores mirambaienses eram conduzidos a segregarem-se através do modelo bipartite das disputas locais. Reunidos em torno dos Oliveiras ou dos FONSECAS faziam suas disputas políticas levados a se tratarem como rivais. Desta forma, o contingente eleitoral que apoiava a família Fonseca tratava aqueles que votavam nos Oliveiras como adversários e vice-versa. Tais rivalidades se adensavam quando os chefes políticos locais utilizavam-se de sua influência e poder para punirem aqueles eleitores contrários à sua facção na disputa local, como por meio da demissão de um cargo público, caso o rival vencesse as eleições.

Conforme apresentado no capítulo anterior, a professora Maricota havia sido vitimada por esta estrutura política, ora analisada, tendo sido exonerada pelo governo do Estado do Ceará do cargo de professora por despertar a suspeita de não haver votado no candidato a prefeito indicado pelo grupo dos FONSECA nas eleições municipais de 1976. Sua memória é exemplar dos argumentos acima expostos:

[...] quando nós estava lá, né? Ficou a turminha do outro lado. Os adversários, né? Aí ‘tava: [Bráulio], irmão de [Lívio], ‘tava as “[fonsecadas]” todinha. Aí veio uma lá e, veio me perguntar: “tu sabe que tu perdeu teu contrato?” Eu disse: “Sei, mas por isso eu não vou morrer de fome não. Olhe minha filha, eu nunca nasci rica, mas também não nasci pobre”.¹⁴¹

Enredados na mesquinhez da pequena política local, os trabalhadores eram conduzidos a se tratarem como rivais, trazendo para o seu universo privado as disputas geradas no âmbito da manutenção do poder pelas elites locais, reproduzindo assim uma visão de mundo que se resumia em novos elementos de opressão e que contribuía para a construção, entre os próprios oprimidos sociais, de mecanismo de resistência à percepção de unidade, o que tornaria impossível, naquele momento, “qualquer formação de uma vontade coletiva nacional-popular” (GRAMSCI, 2000, p. 17).

3.2.2. As sublegendas

Os municípios brasileiros, incluindo os pequenos municípios do interior do país, como Mirambaia, se constituíram, portanto, em peças importantes para a manutenção da ordem implantada pelo golpe de 1964, ao passo que as representações de uma democracia limitada, construídas nestes espaços tendiam a se universalizar ou ao menos proporcionar a construção do sentimento de normalidades institucionais. Para tanto, as elites políticas locais tiveram um papel proeminente nesta empreitada, pois foram acomodadas na ordem ditatorial através da formação das sublegendas partidárias. Como fora explicitado anteriormente, mesmo havendo a predominância do bipartidarismo nas disputas municipais, a ARENA e o MDB poderiam comportar até, no máximo, três sublegendas. O que na prática atendia às expectativas das elites locais, de manutenção das rivalidades políticas para acesso ao poder e ao mesmo tempo garantia a representação de aparente democracia nestes microespaços.

No entanto, a conjuntura social observada no espaço desta pesquisa evidencia os elementos estratégicos de manutenção da ordem militar. Durante o recorte temporal analisado, é possível observar que em Mirambaia apenas a ARENA formou

141. Entrevista concedida a Francisco de Assis Severo Lima em 6 de fev. 2017.

sublegendas e elegeu seus candidatos nas disputas eleitorais ao cargo de prefeito, o que demonstra que era das bases do governo militar que saíam os chefes do Executivo municipal da pequena cidade. Mesmo havendo disputas e rivalidades locais, os candidatos defendiam a mesma ideologia e quando eleitos se constituíam em aliados das expectativas nacionais, dispostos a colaborar com suas estratégias de manutenção do poder e permanências das realidades políticas e sociais.

Assim, o alinhamento da cidade a política nacional se concretizava através da construção de que o governo militar representava um momento “revolucionário” da história do Brasil, “defensor da democracia contra o comunismo”, e assumia um caráter evolutivo na política nacional.

Em carta de 1972 endereçada à Câmara de Vereadores de Mirambaiá conclamando os parlamentares municipais a se juntarem ao prefeito em comemoração ao dia 31 de março, em alusão aos oito anos do Governo Militar, o Coronel Octavio Costa, assessor chefe da AERP – Assessoria Especial de Relações Públicas do Governo Militar – deixa claro o papel dos agentes políticos locais no processo de construção de representações positivas acerca do regime, junto à população da cidade. O documento, datado de 7 de janeiro de 1972, reproduzia o seguinte teor:

À semelhança do que temos feito em todos os eventos de comunicação social a cargo desta Assessoria, julgamos oportuno apresentar-lhe o sentido geral de que pretende marcar o transcurso do dia 31 março de 72, a fim de que a ele se ajustem, voluntariamente, as comemorações que venham ocorrer em seu município.

Em 1971, buscando identificar a Revolução como “um tempo de construir”, procurou se dar aos festejos um sentido dinâmico, prático e empreendedor. Pretendemos, agora, prolongar os efeitos da orientação adotada no ano passado, contribuindo para que, em março de 1972, todos os brasileiros sintam a alegria e o gosto de viver em um país em construção.

Deseja-se, ainda uma vez mais, que o mês de março seja assinalado com realizações efetivas de todos os escalões da administração pública, com a oferta de alguma coisa nova, por menor que seja, em favor da coletividade e do bem comum, evitando-se as celebrações de palavras só.

Assim se fazendo, pretende-se, por outro lado, impregnar as comemorações de caráter participativo e popular, fugir a toda e qualquer orientação paternalista e estimular ao máximo a iniciativa privada. Daí porque, no material a ser distribuído pela AERP – cartazes, folhetos, filmes e “spots” radiofônicos - será adotado o lema “VOCÊ CONSTRÓI O BRASIL” que apreciaremos viesse a ser o ponto de convergência dos nossos esforços comuns no transcurso de 31 de Março.

Esperando que essa Câmara se una ao prefeito e demais autoridades municipais na consideração desta data, faço chegar a vossa senhoria a expressão de nossa estima e consideração.¹⁴²

A má preservação dos arquivos públicos da cidade, conforme já dito anteriormente, me impediu de confirmar se o evento correu. No entanto, o fato de existir uma correspondência entre o governo central com sede em Brasília e os órgãos da administração local evidencia a tentativa de construção de hegemonia da visão de mundo dos agentes públicos assentados no comando do país, através do regime ditatorial, promovendo a ideia de que os mirambaienses estavam vivendo em um país em construção e que eram parte integrante deste processo, ao passo que evidencia que na pequena cidade de Mirambaia cabia aos “escalões da administração pública” cumprirem tal papel, daí a necessidade de estes políticos estarem assentados na base de apoio do governo central.

Assim analisado, o documento evidencia que com tais estratégias propagandistas,

Procurava-se criar uma ligação direta entre o Executivo e a opinião pública, através da dinamização da Assessoria Especial de Relações Públicas da Presidência (AERP), encarregada de produzir uma imagem positiva do chefe do governo e de suas iniciativas. De forma incipiente e tutelar se recorria, agora, aos grandes “ausentes” do jogo político do período – os setores populares. (MENDONÇA e FONTES, 2006, p.50)

Nesta perspectiva, para a construção de representações através da mobilização popular se fazia necessário contar com o apoio das lideranças locais, uma vez que a própria estrutura clientelista favorecia a junção e aglomeração de pessoas em torno dessas lideranças, articulando as mobilizações às noções de educação moral e cívica, fazendo com os segmentos sociais excluídos se sentissem incluídos e participantes da

142. AERP [carta] Brasília, 07 de janeiro de 1972, [para] OLIVEIRA, P.F (na época Presidente da Câmara Municipal), solicitando colaboração em organização de evento cívico..

ordem política nacional pelo engrandecimento da pátria. Desta forma, à medida que tais eventos se encaixavam “numa atmosfera de exaltação de presumidos valores brasileiros, estar-se-ia investindo na legitimação das próprias instituições militares” (FICO, 1997, p.130-131), de modo a integrar essa parcela da sociedade, a um modelo cívico e patriótico almejado pelos militares. Era a tentativa de construção de uma “vontade coletiva” articulada a partir da inserção dos brasileiros a um projeto nacional, segundo o qual os diversos segmentos sociais, inclusive os mirambaienses, eram peças importantes para a construção de uma nação em desenvolvimento, pois o “povo”, segundo este discurso oficial, seria o agente ativo desse processo simbolizado no lema “VOCÊ CONSTRÓI O BRASIL”. Desta forma, pretendia-se construir e fortalecer uma ideia de identidade nacional integradora, diluidora dos conflitos sociais, em um esforço por tentar constituir consensos populares em torno de um projeto político que se constituiu sem bases populares e que se valia do amplo uso da repressão e da exclusão política das classes subalternas.

Nesse jogo de poder onde a classe dominante construía uma falsa representação da realidade, a fim de escamotear a sua dominação, a ideologia se constituía em um importante mecanismo, pois eram os valores liberais que estavam em pauta: a moralização nacional, o crescimento da economia, a construção de um país forte, discursos, em representações que almejam a todos, mas, na realidade, estavam a serviços de práticas sócio-políticas excludentes e conservadoras.

Apoderando-se dos elementos culturais da identidade política do povo brasileiro, mobilizando seus sentimentos de esperanças e medo e evocando a fidelidade as tradições familiares, a pequena política consolidava uma cultura política conservadora e liberal, na pequena fração do território nacional.

Desta forma é possível observar no espaço social mirambaiense, tomado como recorte do nacional, é possível analisar que, na busca pela conquista do espaço público o modelo conservador e liberal apropriou-se de práticas, valores e representações de grupos sociais a fim de afastar da disputa pelo espaço público uma cultura política atribuída pelas forças governamentais como subversiva ou comunista, como teria acontecido, a seu julgamento, em parte expressiva do Brasil rural até 1964, a exemplo das mobilizações das Ligas Camponesas, especialmente no Nordeste. Para tanto, o apoio das lideranças políticas locais se mostrou imprescindível para a manutenção da estabilidade política do governo militar no interior do Brasil, em um esforço comum por

tentar construir representações sobre “democracia” num ambiente político em que sua esfera micro era notadamente oligárquica e em sua dimensão macro, ditatorial. Assim a ideologia como “um conjunto de ideias que dá forma a determinados projetos políticos e impede a luta pela conquista do poder” (PATTO, 2014, p. 27) tornou-se um elemento imprescindível para a manutenção da ordem político-social durante a ditadura civil-militar do Brasil, pois na disputa por espaços políticos é natural que “culturas políticas, armadas com representações fragmentárias e distorcidas, mas ainda assim filiadas ao real, concorram entre si para a conquista de aderentes em meio aos diversos grupos sociais” (PATTO, 2014, p. 28)

3.2.3. A estrutura patrimonial clientelista

Ao ser eleito prefeito da cidade de Mirambaia em 1976, Pedro de Tôta assumiu o cargo em meio a esta conjuntura política bipartidária de sublegendas. Seu partido era a ARENA, partido aliado ao governo militar. Sob a legenda ARENA 2, disputou e ganhou o pleito de 1976 contra um correligionário de partido assentado na ARENA 1. Isso demonstra que a estrutura política daquele espaço estava alinhada à estrutura do poder central, pois no município não havia espaço consequente sequer para a oposição consentida reunida no MDB.

A organização deste bipartidarismo que viabilizava a permanência das disputas locais através de sublegendas começou a ser moldada em 1964, quando Humberto de Alencar Castelo Branco assumiu a presidência da República mediante um golpe de Estado. Segundo Mattos (2016), a ditadura instituída em 1964 possuía um notório conteúdo classista, pois sua política visava garantir condições para subordinação política das classes trabalhadoras através da repressão enquanto promovia projetos de modernização autoritária e conservadora do capitalismo brasileiro.

Castelo Branco assumiu a presidência da República através de eleições indiretas do Congresso Nacional prometendo entregar o cargo em 31 de janeiro de 1966 e promover “a arrancada para o desenvolvimento econômico, pela elevação moral,

educacional, material e política”¹⁴³, assumindo o compromisso em discurso de posse de que tais imperativos seriam “o centro das preocupações do governo”¹⁴⁴. O preâmbulo do Ato Institucional nº 1 (AI-1), trazia em sua redação a complementação do discurso de posse do então presidente. Segundo o documento,

A revolução vitoriosa se investe no exercício do Poder Constituinte. Este se manifesta pela eleição popular ou pela revolução. Esta é a forma mais expressiva e mais radical do Poder Constituinte. Assim, a revolução vitoriosa, como Poder Constituinte, se legitima por si mesma. Ela destitui o governo anterior e tem a capacidade de constituir o novo governo. Nela se contém a força normativa, inerente ao Poder Constituinte. Ela edita normas jurídicas sem que nisto seja limitada pela normatividade anterior à sua vitória. Os Chefes da revolução vitoriosa, graças à ação das Forças Armadas e ao apoio inequívoco da Nação, representam o Povo e em seu nome exercem o Poder Constituinte, de que o Povo é o único titular. O Ato Institucional que é hoje editado pelos Comandantes-em-Chefe do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, em nome da revolução que se tornou vitoriosa com o apoio da Nação na sua quase totalidade, se destina a assegurar ao novo governo a ser instituído, os meios indispensáveis à obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil, de maneira a poder enfrentar, de modo direto e imediato, os graves e urgentes problemas de que depende a restauração da ordem interna e do prestígio internacional da nossa Pátria. A revolução vitoriosa necessita de se institucionalizar e se apressa pela sua institucionalização a limitar os plenos poderes de que efetivamente dispõe. (BRASIL, Ato Institucional nº 1, de 21 out. 1965)

Tanto no discurso do presente como no preâmbulo da lei são notórios os ideais de construção de um futuro de nação baseado em valores democráticos e sociais, buscando imprimir ao governo militar um caráter revolucionário capaz de construir um futuro melhor para a nação brasileira, procurando legitimar-se como “um governo firmemente voltado para o futuro”¹⁴⁵, capaz de moralizar o país na luta contra o

143. Discurso de posse do marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, proferido aos em 15 de abril de 1964. Disponível in: http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/castello-branco/discursos/1964-1/copy_of_02.pdf

144. Idem.

145. Idem.

comunismo e a corrupção. Segundo o próprio presidente: “com o auxílio de Deus, e com serena confiança, buscaremos melhores dias nos horizontes do futuro.”¹⁴⁶

Conforme analisado nesta narrativa, as promessas apresentadas no discurso e na legislação dos militares ficaram restritas à expectativa, pois compreendendo Mirambaiá como parte integrante dessa estrutura macro, as situações apresentadas nos capítulos anteriores contraditam os ideais de liberdade, democracia e desenvolvimento econômico e social de um país em construção, para não se falar nos próprios atos da estrutura governativa ditatorial da federação.

Nesta perspectiva, é possível analisar que tais imperativos foram usados como elementos para mascarar a real intenção do golpe desferido contra a classe trabalhadora, uma manobra política que não visava questionar a estrutura sócio-política brasileira, mas simplesmente promover “uma intervenção que garantisse maior abertura para o capital estrangeiro e uma política dirigida a privilegiar ainda mais o grande capital, que passava, até mesmo, por garantir total controle sobre as organizações e lutas dos trabalhadores” (MATTOS, 2016, p. 35) através dos instrumentos mais repressivos. Desta forma, os elementos culturais das práticas políticas foram manipulados para atender aos interesses das classes dominantes, a luta pela moralização da política e a solução da crise moral e econômica que se abatia sobre o país foram as justificativas para a instalação de uma ordem que visava a manutenção dos privilégios de uma classe social que necessitava controlar o Estado para fazer valer seus interesses econômicos, apresentando uma nova roupagem à conjuntura social, política e econômica do país a fim de manter a estrutura de opressão conquistada a séculos de história.

Assim, as práticas patrimonialistas tão presentes no cenário político nacional sofreram grandes críticas por parte do regime ditatorial a fim de justificar suas ações. Ao apontar o governo anterior como o grande vilão corrupto patrimonial a nova ordem política apresentava os elementos necessários para legitimar o governo militar, justificando assim suas ações políticas e econômicas, uma vez que provinha delas os

146. Idem.

mecanismos que salvariam a pátria e a nação da crise política e moral pela qual o país passava.

No entanto, o Governo Militar, que se autorreferia como revolucionário e afirmava possuir “os meios indispensáveis à obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil” ao apresentar uma solução imediata para “os graves e urgentes problemas de que depende a restauração da ordem interna e do prestígio internacional da nossa pátria”, não questionou os mecanismos presentes na estrutura patrimonialista e clientelística que compunha a ossatura da política nacional ao assegurar os privilégios das classes dominantes e excluir os subalternos. Pensando a partir do recorte espacial mirambaiense, podemos verificar a exclusão do trabalhador do acesso à terra, da representatividade política e dos direitos trabalhistas, mecanismos estes que os proporcionavam a enredarem-se na lógica de exclusão social acionada para manter os privilegiados no monopólio do poder político.

Nesta perspectiva, ao longo deste trabalho foi possível observar uma estrutura profunda na qual os candidatos aliados do governo central que almejavam ou exerciam o poder, por melhores que fossem suas intenções individuais, acabavam reproduzindo práticas pelas quais a política não era tratada como um campo em que havia a possibilidade de construção de projetos de nação — no sentido de melhorá-la, torná-la mais justa, mais igualitária, mais soberana —, mas como um espaço possível, a quem dele faz parte, de exercer poder sobre o patrimônio público, gerindo-o como se fosse particular, privilegiando a si ou aos grupos dos quais faziam parte em detrimento de seus rivais. Nesta ótica, os bens públicos e as instituições estiveram à disposição daqueles que exerciam o poder político e constantemente eram utilizados para potencializar seus capitais políticos a fim de assegurarem suas permanências naquele espaço.

A disputa que fez de Pedro de Tôta prefeito de Mirambaia em 1976 foi marcada por tais circunstâncias, que, na realidade, eram estruturais e limitavam profundamente as possibilidades das ações dos indivíduos que se dispunham a adentrar ao campo político como “profissionais”. Em sua narrativa acerca de sua escalada ao poder é

possível observar que os seus adversários utilizaram-se das prerrogativas de gestores das instituições para assegurarem a reprodução de seus cargos e do exercício da política partidária local: “Num tinha ninguém por eu, a polícia era deles, o coletor era dele, tudo era dele, eu não tinha nada.”¹⁴⁷ Neste contexto, as instituições públicas passavam a servir as elites políticas em seus interesses pessoais, naturalizando uma característica do regime patrimonialista que perdurou na história política brasileira. Tal mecanismo também foi perpetrado por Pedro de Tôta ao se assentar no poder, ainda que ele próprio estivesse disposto a enfrentar este quadro, entendido como enfrentar os grupos que estavam há décadas no exercício do poder executivo municipal. A frase proferida pelo prefeito nos primeiros meses de sua gestão ao ser questionado sobre as demissões em massa dos servidores adversário deixa transparecer um aspecto relevante da cultura política local, o autoritarismo: “nessa prefeitura aqui, só quem manda sou eu!”¹⁴⁸. Ao mesmo tempo, a frase expressa sua intenção de demarcar um espaço político. Com aquela atitude, Pedro de Tôta dava os passos iniciais para a construção de sua autoridade e autonomia frente aos seus aliados e padrinhos políticos. Afinal, precisava deixar claro que não se submeteria aos interesses do grupo político derrotado naquelas eleições.

Com os líderes políticos tratando os bem públicos como instrumentos particulares, inclusive para reforçar sua autoridade em uma estrutura em que seus adversários usavam deste tipo de expediente para promover suas disputas eleitorais, os cidadãos estariam excluídos dos serviços essenciais caso não se enredassem nessa lógica, conforme demonstram os elementos explicitados na memória dos eleitores: “naquela época eu não era concursada, as pessoas davam [emprego] as pessoas que eles gostavam”¹⁴⁹. Essa estrutura proporcionava o domínio político, cultural e econômico das elites locais sobre a classe trabalhadora, “tudo no mundo aqui era [Joaquim do Conde]. Tudo que queria era com [Joaquim do Conde] no meio. Era briga, era de tudo. Aqui foi um movimento de briga e outra coisa, quem aparecia pra ajeitar era [Joaquim

147. Entrevista concedida a Francisco de Assis Severo Lima em 21 de fev. 2017.

148. Entrevista concedida a Francisco de Assis Severo Lima em 10 de jan. 2017.

149. Idem.

do Conde]”.¹⁵⁰Tais elementos se explicitam ainda mais na fala da eleitora de Pedro de Tôta quando, em referência a Joaquim do Conde, afirma: “meu marido era doente, ele quem tomou de conta, era quem me dava à manutenção, mandava me chamar e eu ia na casa dele, trazia o feijão, trazia o arroz. Comadre [Nena]¹⁵¹mandava até a galinha pra mim, comer”.¹⁵²Conforme apresentado no capítulo anterior, Joaquim do Conde foi uma das figuras centrais para a construção do grupo político dos Oliveiras. Chefe político do Distrito de Marizeiro, o senhor Joaquim mediou os votos dos eleitores daquela região e os direcionou para Pedro de Tôta.

Isto evidencia os elementos culturais de um espaço social marcado pela predominância de práticas advindas de uma antiga ordem, o clientelismo, marca especialmente distintiva da República Velha, onde exercia uma relação dominante de articulação entre o sistema político e a sociedade, além de ser referência generalizada para o comportamento político e social daquele período. Um elemento que, além de servir aos interesses da manutenção do monopólio político da elite dominante, naturaliza a miséria ao passo que reverenciava como benevolentes os “bem-feitores” que atendiam as necessidades imediatas dos trabalhadores, transmutando o paliativo em gratidão. Assim, o clientelismo praticado no espaço social mirambaiense, elemento da cultura política local, além de servir aos interesses dos políticos profissionais locais e regionais, servia aos interesses da ditadura civil militar, pois contribuía para a construção de empecilhos à criação e ao fortalecimento de organizações, associações, sindicatos, uma vez que as mãos benevolentes das lideranças locais mediavam os conflitos e minoravam os meios de mobilização das coletividades para atuação no sistema político.

150. Entrevista concedida a Francisco de Assis Severo Lima em 21 de fev. 2017.

151. Esposa do líder político aqui identificado pelo pseudônimo Joaquim do Conde.

152. Entrevista concedida a Francisco de Assis Severo Lima em 21 de fev. 2017.

3.3. Direitos e favores: controle político e social como elemento da reprodução da ordem política

Afastados da política e do poder, as camadas populares mirambaienses se viam enredados em uma lógica de escassez, tirando os proveitos mínimos que aquela estrutura lhes possibilitava. Assim, o voto e as alianças com chefes políticos locais se consubstanciavam em uma das principais ações de sobrevivência. A comercialização do voto assegurava o emprego, o acesso à saúde e a outros serviços que deveriam ser direitos de todos os cidadãos em um regime republicano. Conforme relata a eleitora do grupo Oliveira nas eleições de 1976, aqui tratada como Raimunda Alencar, a condição de vida dos mirambaienses, naquele contexto, era extremamente precária. Passando por problemas de saúde, ela necessitou se submeter a uma cirurgia. Mediada por um cabo eleitoral, o senhor Joaquim do Conde, aproximou-se do nosso personagem beneficiando-se de uma das “duzentas e cinquenta e poucas” cirurgias realizadas por intermédio dele durante sua campanha ao cargo de prefeito municipal. A paciente apresentava fragilidades não apenas de ordem físicas. Sua vulnerabilidade era também de ordem social. Conforme seu relato: “eu não tinha nem documento, eu tinha só o registro. Ele levou e botou em dependente dele. Doutor [Geraldo] viu? E pagou um ano de ‘INS’ pra mim”. Tais características fizeram dela um alvo em potencial para a construção da rede de aliados políticos que o candidato buscava angariar naquele pleito, o que de fato aconteceu. Com a cirurgia realizada e a saúde restabelecida, a eleitora tornou-se fiel a Pedro de Tôta e ao seu grupo. “De lá pra cá, eu só votei nos ‘[Oliveira]’”.¹⁵³ A ação do grupo político foi perpetuada na memória da eleitora e os consolidou como bem feitos veneráveis, dignos de gratidão. “Eu não posso esquecer esse favor que esse povo fizeram pra mim, né?”.¹⁵⁴

Na pequena cidade, os políticos passavam a intermediar inclusive os direitos e garantias assegurados legalmente aos cidadãos. A título de exemplo, do argumento ora exposto, apresentarei um fato ocorrido com uma cidadã mirambaiense no ano de 1975, a senhora Cícera Lima Leitão. Após completar o tempo de contribuição e os requisitos

153. Idem.

154. Idem.

vigentes na época para fazer jus à aposentadoria, ela protocolou junto ao Instituto de Previdência do Estado do Ceará (IPEC) o pedido. O mesmo foi-lhe prontamente negado. Decepcionada com a resposta negativa, a contribuinte do IPEC lançou mão dos contatos eleitorais para tentar a reversão do quadro. Em carta, escrita de próprio punho expõe suas agruras ao governador:

Eu [Cícera Lima Leitão], avaliadora judicial da comarca de [Mirambaia-Ceará], peço minha aposentadoria por tempo de serviço, desde 1955 a 1976 sem gozar férias nem licença premia [sic.] e me encontro num estado de saúde pesima [sic].
Hoje moro em [Jurema do Padre] na Rua D. Pedro II 899.
Sofri da pior injustiça transferei o meu título e dos meus 5 filhos.
Peço até pelo amor de Deus
E desde já agradeço encarecidamente.
Sr. governador [Hidalgo Vilar], pode contar conosco não somente nesta campanha política mais em todas,
Agradece [Cícera Lima Leitão]¹⁵⁵

Meses depois a demanda encaminhada ao governador chegou às mãos do prefeito, através do deputado Carlos Cavalcante, que pedia a solução do caso. Conforme telegrama datado de 18 de abril de 1977, o deputado pedia uma solução favorável à requerente e deixava a cargo do prefeito a solução da demanda: “Sr. Prefeito. Estou enviando os papeis da senhora [CÍCERA LIMA LEITÃO], avaliadora do fórum desta cidade. Certo que tomarás as devidas providências no que for necessário, fico-lhe grato”.¹⁵⁶ A estrutura do Estado brasileiro e as práticas de ausência de institucionalização tornava possível este tipo de prática em que os “cidadãos” recorriam ao pedido pessoal de favores aos políticos, que, por sua vez, tendiam a tentar resolver essas demandas como forma de tentar angariar votos em suas disputas eleitorais. Casos como este revelam que, ao mesmo tempo em que a estrutura do exercício mantinha-se inalterada, a

155. LIMA, Cícera Leitão [carta] não datada, [para] VILAR, Hidalgo, solicitando aposentadoria por tempo de serviço.

156. CAVALCANTE, Carlos [telegrama] 18 de abril de 1977, Fortaleza, CE, [para] [OLIVEIRA, P.F. [Mirambaia-CE] solicitando apoio do prefeito a fim de mediar o deferimento da aposentadoria por tempo de serviço da senhora Cícera Leitão Lima.

população procurava fazer uso de sua lógica para tentar garantir alguns benefícios que, sob determinadas condições institucionais, deveriam ser direitos regulares.

Assim, a manutenção desta lógica conduziu o pequeno município a práticas reduzidas à “pequena política”, fazendo da prefeitura um espaço de manutenção dos privilégios e um mecanismo paliativo para minorar o sofrimento e a pobreza dos munícipes enquanto que as formas basilares de opressão mantinham-se inalteradas.

Sobre o primeiro argumento expostos no parágrafo anterior, a memória do personagem principal desta narrativa se apresenta como exemplar deste processo, embora esteja muito longe de se limitar apenas ao seu caso. Ao contrário, trata-se de uma lógica que, embora exercida por indivíduos, está acima de seu alcance. Ao ser eleito prefeito da cidade em 1976 Pedro de Tôta contou com o apoio de um líder político importante da região, o seu tio, o Senhor José Pedro Cardoso. Aquele apoio gerou uma dívida que fora sanada durante a gestão do político, conforme o próprio Pedro de Tôta rememora,

Ti [José Pedro Cardoso]eu resolvi todos os negócios dele. O que ti [José Pedro Cardoso] queria era botar um pé num açude grande que ele tinha e levantar a parede e fazer oito ou dez açude pequeno. Fazer um açude no [Riacho do Gato],eu fiz. Ele queria um telefone na casa dele, eu botei um orelhão lá, quando era telefone, “nera” nem orelhão, no sítio, eu botei lá. Eu arranjei trinta e nove telefone com [Gracindo Leal]. Esses telefones que tem na zona rural foi “tudim” eu que botei.Pode procurar o povo que foi “tudim” eu que botei. Trinta e nove telefone... O que eu fiz por ele foi pagar todas as contas que ele devia e fazer uma fornalha grande, que fizesse vinte “caiga” de rapadura, de seis as seis. Eu fiz e... Era os pedidos dele.Era... e comprei um carro novo, que ele tinha um carro velho. Eu comprei um carro novo e dei a ele.¹⁵⁷

É notável no relato acima exposto a permanência de elementos de uma política calcada nas bases das estratégias de poder presentes em períodos anteriores da história do Brasil, com ações políticas que se apoderam da coisa pública para fins particulares, privilegiando os interesses dos grupos que se acomodaram no poder com propostas de

157. Entrevista concedida a Francisco de Assis Severo Lima em 21 de fev. 2017

trabalho que destoam de um sentido efetivamente republicano do aparato administrativo do Estado passando a garantir os interesses de classes e grupos políticos que, a princípio, foram escolhidos para assegurar o bem estar coletivo.

Neste contexto, o governo de Pedro de Tôta, tal qual de seus rivais, se concretizou como um exemplo desta ordem. As representações construídas em torno dele evidenciam que o município era apresentado como uma unidade que caminhava em direção ao progresso, em consonância com o discurso que colocava a modernização como condição para a promoção do bem-estar coletivo. Para a *Revista do Instituto Histórico do Ceará*, em publicação de 1983, Mirambaia era “uma cidade e um município progressista, predestinado, ainda mais, à auspiciosa sorte. Sobretudo porquanto suas mais recentes administrações se têm voltado, decididamente, para o seu desenvolvimento e para o bem-estar do seu grande povo.”¹⁵⁸ Nessa mesma ótica, o jornal *O Povo*, prenunciando o progresso para cidade, anunciava no dia 26 de maio de 1981 a presença do governador Gracindo Leal, a fim de inaugurar diversas obras naquele município:

Entre os melhoramentos a serem inaugurados, consta a rodovia asfaltada entre a sede do município à BR-116, numa extensão de 27 quilômetros; o sistema de abastecimento d’água construído pela Cagece¹⁵⁹, o sistema de comunicações tipo monocal, o sistema de energia elétrica e milhares de metros de calçamentos. (*O Povo*, Fortaleza-CE, 26mai. 1981, p. 26)

O anúncio de tais obras representava a tentativa de construção do consenso de que a administração municipal desenvolvia os meios necessários para a inserção da cidade nos caminhos do progresso. Tais representações buscavam consolidar a ideia de que trazendo o desenvolvimento para Mirambaia, Pedro de Tôta criava os meios para que todos os mirambaienses pudessem desfrutar das benesses da modernidade. Segundo o prefeito,

158. Texto extraído de MACÊDO, Joaryvar. Artigo Notícias Histórica de [Mirambaia-CE]. *Revista do Instituto Histórico do Ceará*, Fortaleza, n. 97, 93-111, 1983.

159. Companhia de água e esgoto do Estado do Ceará

“A rodovia que liga esta cidade à BR-116, nos trouxe grandes benefícios, uma vez que é a principal via de acesso e também, quando lembramos que [Mirambaia] ficava isolada do resto do Estado na época invernal, basta isto, para se avaliar o quanto a rodovia nos é importante: o sistema monocal é outro melhoramento que vínhamos perseguindo desde o início de nossa administração” - continuou - “[Pedro de Tôta]” - e disse, “agora nós de [Mirambaia] mesmo conversamos com Fortaleza, com outros Estados e até com o exterior”. (*O Povo*, Fortaleza-CE, 26 de mai.1981, p. 26)

A interligação da pequena cidade à BR-116, uma das principais rodovias do país e o serviço de comunicação, via telefone, foram apresentados como elementos do interesse coletivo. No entanto, ainda que atendessem à coletividade, tais iniciativas atendiam de forma direta aos anseios dos grandes produtores rurais devido à necessidade de integração da pequena cidade aos polos comerciais do estado como Fortaleza e Jurema do Padre. Tais interesses se davam em consequência do relativo aumento da produção algodoeira naquele município. Entre as décadas de 1970 a 1980, a produção de algodão na cidade cresceu em ritmos considerados elevados. Conforme o IBGE a área territorial destinada ao plantio desta fibra em Mirambaia na década de 1970 era de 86 hectares, em 1980 a área destinada ao plantio do algodão na cidade foi estendida para 15.169 hectares. A produção em toneladas de algodão que era de 35 em 1970 saltou para 1.547 em 1980. Desta forma o aumento da produção agrícola demandou a construção de infraestrutura capaz de garantir seu escoamento.

Quanto às demandas das camadas populares, é possível afirmar que não foram absorvidas pelo projeto político vigente no município, uma vez que estas continuavam excluídas socialmente, vivenciando os efeitos da pobreza que assolava aquela região. Em meio a tal a exclusão, os saques se legitimaram entre os trabalhadores como uma alternativa de subversão da ordem. Era dezembro de 1982 quando o jornal *O Povo* anunciou para todo o Ceará que “pela quarta vez, em menos de dois meses, flagelados invadiram e saquearam a cidade de [Mirambaia]”¹⁶⁰. Os saques ocorridos no município se apresentam como exemplares da mobilização política das camadas subalternas, que

160. Reportagem do jornal *O Povo*, Fortaleza, quarta-feira, 15 de dezembro de 1982.

mesmo pressionadas pelas elites dominantes a se manterem contidas politicamente encontraram meios de questionarem a ordem ao afrontarem a propriedade privada, pois “cerca de 300 homens, reclamando comida e trabalho, chegaram àquela sede municipal. Rumaram diretamente ao mercado da carne, somente não levando todo o suprimento existente porque os trabalhadores esconderam grande parte do que dispunham para as vendas do dia”.¹⁶¹ Sem contar com expressividade política, a forma com a qual essas camadas negociavam era “através da pressão direta, dos pedidos e exigências, dos saques e, especialmente da exposição pública de suas misérias, que a seca aguça e dá visibilidade” (NEVES, 2000, p. 14). Aquela era de fato uma ação política, afinal “os invasores procediam [de] localidades afastadas da zona urbana entre oito e dezoito quilômetros”¹⁶². Aqueles 300 homens não tinham a intenção de pilhar ou praticar roubos, afinal durante sua marcha nada usurparam. Seu foco era a cidade, queriam mostrar ao prefeito que eram cidadãos mirambaienses e como tal necessitavam da proteção social que aquele deveria lhes assegurar, sobretudo em momentos dramáticos como em períodos de secas recorrentes. Porém as ações executadas pelo poder público apenas minoram o problema, não atingindo em nada seu fulcro, o que fazia os saques continuarem. Conforme a mesma reportagem veiculada na quarta-feira, dia 15 de dezembro, “sábado último, idêntica ocorrência foi constatada, representada por tentativas de saque. Na ocasião, o vice-prefeito liberou 496 vales para aquisição de carne bovina no atendimento aos sertanejos.”¹⁶³

Saciar a fome por um dia acalmava o movimento, porém não o controlava, afinal, a fome era gerada pela pobreza, que naquele contexto, em parte substancial tinha sua origem na distribuição desigual das terras e nas escassas oportunidades de trabalho digno. Elementos que a estrutura política de Mirambaia e do Brasil não estavam dispostos a questionar, afinal, naquele espaço do território nacional a pobreza era um componente da sustentação da ordem política, e no espaço macro, o governo vigente inviabilizava os debates acerca da reforma agrária como instrumento de contenção das

161. Idem

162. Idem

163. Idem.

desigualdades sociais, pois seu projeto político de modernização conservadora do país tinha outras prioridades e assentava-se na própria reprodução ampliada da desigualdade.

Alinhado à política nacional, coube ao prefeito mediar os conflitos pela ótica da velha lógica paternalista: “o prefeito [Pedro de Tôta], que manteve demorado contato com os flagelados, prometeu-lhes que por todo o dia de hoje eles seriam inscritos para trabalhar na construção de barragens e açudes, dentro do programa da Sudene dirigido para os bolsões da seca.”¹⁶⁴ O alistamento dos trabalhadores em frentes de trabalho emergenciais, garantia ao prefeito a possibilidade de mediar os conflitos em duas vertentes. E garantia aos seus aliados políticos a mão-de-obra necessária para a construção de obras que trariam o beneficiamento e valorização de suas propriedades. Conforme o jornal *O Povo*,

o prefeito fez um comentário pessoal sobre o Programa de Emergência. Disse que a Emergência foi benéfica para [Mirambaia], citando que através dela, foram beneficiados centenas de trabalhadores rurais e proprietários. Destacou a construção de 41 açudes, 12 barragens, 7 das quais no [Rio do Mar], 5 grupos escolares na zona rural, além de 100 Km de estradas construídas pelo Gescap. Ressaltou ainda os 173 pequenos e médios açudes que estão em construção. (*O Povo*, Fortaleza-CE, 5 de Maio 1982, p. 5)

Além de expor sua opinião acerca do Programa de Emergências, o prefeito e sua equipe ainda apresentaram estratégias de melhoria na execução do programa.

Ao responder indagação sobre se o programa deve continuar ou não, disse o prefeito que deve continuar “porque o povo não tem o que comer.” Mesmo achando que a Emergência deve existir, para atender a situação de milhares de família pobres o prefeito de [Mirambaia] acha que o programa deveria ser feito através de crédito aos proprietários rurais e ajuda aos agricultores, sobre forma de financiamento. O agrônomo [Alisson Garcia], chefe do escritório do Gescap, em [Mirambaia], tem a mesma opinião do prefeito e explicou: “o proprietário deveria ter o seu limite de crédito de acordo com o número de trabalhadores que comportasse a sua propriedade.” Acha [Alisson Garcia], que deveria haver um enxugamento do plano, explicando: “saindo os

164. Idem.

menores, solteiros e mulheres, onde o marido esteja alistado, deixando somente as pessoas comprovadamente necessitadas.” É evidente que o prefeito não concordou com o final da resposta achando que as mulheres e os jovens com mais de 14 anos já podem ser alistados, para ajudar no sustento da família. (*O Povo*, Fortaleza-CE, 5 de Maio 1982, p. 5)

Executada desta forma, as estratégias políticas de combate à fome eram utilizadas para atender não apenas as necessidades daqueles que sofriam as causas diretas da miséria. Em grande medida atendia diretamente o interesse dos grandes proprietários rurais que viam suas fazendas fartas de mão-de-obra pagas com recursos públicos.

A segunda vertente para a qual servia o Programa Emergência era para a manutenção da ordem social, e se sustentava na ideologia trabalhista, uma herança da Era Vargas que consolidou a ideia de que “ser trabalhador era ganhar o atributo da honestidade, que neutralizava em termos de honra o estigma da pobreza. Pobre, mas trabalhador, isto é, um cidadão digno” (GOMES, 2005, p. 223). Sem trabalho, a prática dos saques pelos agricultores se consubstanciava no imaginário político local em um elemento do instinto de sobrevivência, algo que não poderia ser contido através dos mecanismos de repressão do Estado: “O saque, portanto, distancia-se do roubo, tanto na ótica das autoridades e da população ligada às práticas paternalistas quanto na ótica dos próprios camponeses” (NEVES, 2000, p. 112).

O discurso do trabalho como mecanismo de controle para ações dos pobres que sofriam os efeitos das secas e da fome esteve presente naquele universo social não apenas através das práticas políticas, mas também se fazia presente através da música. Esse componente cultural de fácil assimilação foi utilizado para a disseminação de tais ideologias. A música *Vozes da Seca*, de Luis Gonzaga, composta e gravada no ano de 1963, se apresenta como um exemplar desses cursos:

É por isso que pidimo proteção a vosmicê
 Home purnóisescuído para as rédias do pudê
 Pois doutô dos vinte estado temos oito sem chovê
 Veja bem, quase a metade do Brasil tá sem cumê
 Dê serviço a nosso povo, encha os rio de barrage
 Dê cumida a preço bom, não esqueça a açudage

De acordo com letra, em tais circunstancia climáticas, os políticos, novamente, se apresentavam como bem feitores, pois no pequeno município de Mirambaia, por exemplo, assim como em tantas outras localidades do Brasil, eram eles os doutores a quem o povo pedia a proteção, o que construía a ideia de que a miséria presente naqueles espaços eram elementos naturais do cotidiano do sertanejo e as ações para sua contenção eram resultados da benevolência dos homens assentados no poder. Assim, as ações políticas dos homens de poder não foram executadas no sentido de construir autonomia para que os homens e mulheres do sertão se tornassem independentes do ciclo de pobreza no qual foram historicamente enredados. Os trabalhos a eles dispensados não lhes eram atribuídos no sentido de lhes garantir a cidadania, as obras que eles executam não eram planejadas para livrá-los das secas ou da miséria que se disfarçava através dela, tudo era pensado para a manutenção da ordem, pois “qualquer trabalho para o retirante é melhor do que nenhum, mesmo que os bens construídos sejam inúteis: o importante é ocupar o retirante para que ele não mendigue, nem cobre direitos, nem proteste” (NEVES, 2000, p. 96). Desta forma, o controle sobre as massas garantia e garantem a manutenção de uma estrutura de opressão e um ciclo de miséria e exclusão que proporciona a livre circulação pelo campo político de uma elite que, apoderada das estruturas administrativas do Estado, mantém-se hegemônica ao longo da história nacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os recortes temporal e espacial analisados nesta dissertação representam fragmentos de um contexto histórico e espacial mais amplo. Os anos de 1970 a 1982 que se apresentam, nesta narrativa, como exemplares de uma fase específica da história do Brasil, o entremeio de um período da história política nacional que ficou conhecida como ditadura civil-militar, evidenciam que a história, enquanto ação humana, não se constrói por processos lineares e que, mesmo em meio as rupturas políticas e sociais, é possível observar as permanências de práticas e conjunturas que resistiram à destruição das antigas ordens ou que propositalmente são ressignificadas como estratégia de auto-afirmação ou legitimação das disputas por hegemonia no campo político. É graças a isso que é possível observar no microcosmo em análise, a presença de uma multiplicidade de características sociais e política que fizeram de Mirambaia um espaço exemplar da conjuntura sócio-política brasileira deste período do século XX.

O município que aparentemente vivia sob a égide do poder democrático, pois existiam disputas eleitorais regulares para os cargos de prefeito e vereadores, tinha em suas estruturas políticas as raízes das oligarquias. Nesta lógica o poder não pertencia ao povo, estava reservado a uma minoria que trazia consigo heranças imateriais advindas de seus sobrenomes, uma elite que transitava pelo campo político a fim de usufruir de seus troféus como distintivos sociais. Chancelada pelos eleitores que compunham a maioria populacional que habitava o território do município, essa elite se tornava geradora ou reprodutora da exclusão e miséria, pois era dela que se sustentavam sua autoridade e seus privilégios. Universalizando seus interesses como interesses coletivos e construindo hegemonias através do campo político e do poder, os pequenos grupos formados pelas proles locais construíram os mecanismos de monopolização da política em diferentes contextos históricos, transformando-se em aliados do poder central. Assim, o município no período analisado reproduziu os elementos simbólicos que representavam formas de aparente democracia em tempos de ditadura.

A trajetória deste agente real ao campo político nos apresenta aspectos relevantes da cultura política brasileira. Em sua caminhada ao poder, Pedro se valeu de uma herança imaterial familiar como membro das elites agrárias locais apoderando-se do peso do sobrenome como elemento corroborador de suas capacidades administrativas. O elitismo presente do imaginário cultural político brasileiro atribui aos

grupos privilegiados simbologias capazes de distingui-los dos cidadãos pertencentes às camadas populares, mingando as chances dos homens comuns assumirem o poder. No caso, mesmo sem ser um homem de grandes posses, tinha parte do prestígio de sua família e soube tecer alianças com as oligarquias locais e regionais para ascender aos cargos públicos que pretendia.

O universo social mirambaiense também é emblemático no sentido de refletir o sentimento antipopular das elites para com os segmentos menos favorecidos da camada social, ao naturalizar as desigualdades e delas tirar proveito para o exercício do poder, seja de ordem política ou econômica. Naquele contexto a solidariedade com o próximo e a disposição a participar do debate em busca de soluções para dilemas coletivos foram quase insignificantes, pois como apresentado nesta narrativa ficaram restritos a medidas paliativas planejadas dentro de uma ótica de manutenção do *status quo*.

Os ideias antidemocráticos também circundaram o ambiente mirambaiense durante o recorte analisado, pois naquele micro universo não se verificou a participação popular nos centros das decisões, o ser político apresentado como símbolo de distinção social deixa transparecer que a entrada neste campo estava reservada aos líderes “notáveis”, deixando explícita a ideia de que o cidadão comum era um inapto para ocupar “cargos elevados”.

Ademais, através das reflexões que a pesquisa no campo da história propicia, é possível analisar que o município representado como moderno e desenvolvido mantinha em suas delimitações o atraso econômico e social. A pobreza era fomentada para a preservação da ordem. Homens e mulheres viam suas liberdades moldadas pelas vontades e ações políticas, enredados em uma lógica de aliados e opositores. Assim a estrutura clientelista condicionava a proteção social às posições políticas.

Nesta conjuntura, esta pequena porção do território nacional produzia e replicava as ações próprias da “pequena política”, construindo os elementos de naturalização dos interesses coletivos do Estado, encapando a sua verdadeira função de representante das camadas sociais assentadas no poder.

Dito isto, é possível evidenciar que Pedro de Tôta não foi apenas o personagem central desta narrativa, ele foi também um exemplar do político nacional, um representante de um grupo político que, atuando no campo político, constrói, através dele, os mecanismos de manutenção da ordem social e econômica, um sujeito que se

distingue dos profanos por possuir o capital político, que na cultura política nacional perpassa pelas gerações. Assim, Pedro, filho de Tôta, herdeiro do sobrenome Oliveira, traz consigo um distintivo capaz de congregar em torno de si a ideia de representante das classes. Porém Pedro, assim como um exímio político é um representante legítimo da política corriqueira, um mediador de conflitos que jamais questionou a ordem, senão em limites estreitos previamente estabelecidos, e atuou por mantê-la. Um sujeito, como tantos outros, integrantes do processo de construção das hegemonias que legitimam o poder das elites que governaram e governam o país.

Por fim, acredito que, a partir da problematização de aspectos sociopolíticos presentes na cidade de Mirambaia em um tempo recente da história nacional, pode-se vir a ajudar a elucidar parte da conjuntura social e política que compõe a estrutura microestruturante da política nacional, fazendo com que os conhecimentos produzidos nesta narrativa possam ajudar na compreensão de questões próprias do poder e o do Estado em uma perspectiva historiográfica.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes digitalizadas

Ato Institucional nº 2, Brasília, 27 de janeiro de 1965

Ato Institucional nº 7, Brasília, 26 de fevereiro de 1967

Ato Institucional nº 11, Brasília, 14 de agosto de 1969

Censo IBGE 1970,

Compilação dos dados referentes as Eleições Municipais e Estaduais do Estado do Ceará do ano de 1966, Fortaleza/CE, julho de 2001

Compilação dos dados referentes as Eleições Municipais e Estaduais do Estado do Ceará do ano de 1970, Fortaleza/CE, julho de 2002

Jornais

Jornal *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 14 de abril de 1970

Jornal *Correio do Recife*, Recife-PE, 02 de julho de 1981

Jornal *Correio do Recife*, Recife-PE, 14 de agosto de 1982

Jornal *O Povo*, Fortaleza-CE, 13 de abril de 1982

Jornal *O Povo*, Fortaleza-CE, 04 de maio de 1982

Jornal *O Povo*, Fortaleza-CE, 21 de maio de 1982

Jornal *O Povo*, Fortaleza-CE, 06 de dezembro de 1982

Jornal *O Povo*, Fortaleza-CE, 15 de dezembro de 1982

Revista de informação Legislativa, Brasília, Janeiro a março de 1975

CAVALCANTE, Hermenegildo de Sá. *Estranhos em [Mirambaia]* – Rio de Janeiro: Pallas, 1978.

Depoimentos Orais

Conforme apresentada na introdução deste trabalho foram utilizadas no corpo deste texto a memória de quatro agentes sociais que se dispuseram a colaborar com a presente, em entrevistas concedidas nos dias 06, 09 e 21 de fevereiro e 10, 21 e 22 de março de 2017. Por motivos também já explicitados na introdução deste trabalho, a fim de preservar os depoentes, seus nomes não serão referenciados aqui.

Referências Bibliográficas

ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

BARBOSA, Marisa Zeferino. Transformação do mercado brasileiro de algodão e a influência de políticas comerciais. *Informações Econômicas*, SP, v.26, n.2, p. X-XX, 11-23 fev. 1996.

BARBALHO Alexandre. *Os Modernos e os Tracionais: Cultura Política no Ceará Contemporâneo*. *Estudos de Sociologia*, Araraquara, v.12, n.22, p.27-42, 2007

BENJAMIN, Walter. *Aviso de incêndio*. Trad: W.N.Brant. São Paulo:Boitempo, 2005.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (Orgs.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 349-363.

BOURDIEU, Pierre. Marginália. Algumas notas adicionais sobre o dom. *Mana*, Rio de Janeiro, v.2., n.2, p. 7-20, 1996.

BOURDIEU, Pierre. O campo político. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 5. Brasília, p. 193-216, janeiro-julho de 2011.

BURKE, Peter. *O que é História Cultural?* Tradução de Sergio Góes de Paula. 2. ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

CARVALHO, José Murilo. *Pontos e bordados: escritos de história e de política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

CARVALHO, José Murilo. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, v.20, n.2, p. 229-250, 1997.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*: vol. 2. Trad. de Ephraim F. Alves e Lúcia Endlich Orth. Petrópolis: Vozes, 1996.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: Entre Práticas e Representações*. Lisboa:DIFEL, 1990.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, São Paulo, USP, vol. 11, n. 5, p. 173-191, 1991.

CLEMENTINO, Maria do Livramento M. A evolução da indústria têxtil no contexto da afirmação do imperialismo americano. In: *XII Colóquio Internacional de Geocrítica*, Bogotá, 2012, p. 01-13, 2012

COUTINHO, Carlos Nelson. *A Hegemonia da Pequena Política*. In OLIVEIRA, Francisco de, BRAGA Ruy e RIZEK Cibele (orgs.). *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo: Boitempo, 2010 às pp. 29-43.

COUTO, Cristina Maria de Alemida; OLIVEIRA, Almir Leal Oliveira. A luta contra o social e o sobrenatural na vida das matriarcas do Vale do Salgado - do Bacamarte ao Rosário. In: *Anais do 14º Congresso de História da Educação do Ceará*, 2015.

DOLHNIKOFF, Mirian; CAMPOS, Flávio de. *História do Brasil*. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2001.

FALCON, Francisco. História e Poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 61-89.

FAORO, Raymundo; *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 12ª ed. – São Paulo: Globo, 1997.

FICO, Carlos. Reinventando o Otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil (1969 –1977). São Paulo: FFLCH/USP, 1997.

FRANCO, M. S. de. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Unesp. 1997.

GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do Trabalhismo*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*- v. 3. Edição de Carlos Nelson Coutinho, com a colaboração de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GRENDI, Edoardo. Micro-análise e História Social. In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de; ALMEIDA, Carla Maria de Carvalho (orgs.). *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: FGV, 2009, p. 19-38.

HOLANDA, Heloisa Buarque de. Matriarcas do Ceará – D. Federalina de Lavras. In: *Raquel de Queiroz*. Rio de Janeiro: Agir, 2009.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1984.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.

LEMENHE, Maria Auxiliadora. *Família, tradição e poder: o (caso) dos coronéis*. São Paulo: ANNABLUME/Edições UFC, 1995.

LE GOFF, Jacques. *O maravilhoso e o cotidiano no Ocidente medieval*. Lisboa: Edições 70, 1989

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município no regime representativo no Brasil*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de M. (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p.167-182.

LOZANO, Jorge Eduardo Aceves. Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. In: FIGUEIREDO, Janaina P. Amado Baptista De; FERREIRA, Marieta De Moraes (orgs.) *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 15-25.

MATTOS, Marcelo Badaró. As lutas da classe trabalhadora e o Golpe de 1964. In: OLIVEIRA, Tiago Bernardon; AIRES, José Luciano de Queiroz; SILVA, Vânia Cristina (Org.). *Poder, memória e resistência: 50 anos do golpe de 1964 e outros ensaios*. João Pessoa: Editora do CCTA; Mídia Editora, 2016

MENDONÇA, Sonia Regina. Estado e Sociedade. In: MATTOS, Marcelo Badaró (org.). *História: pensar e fazer*. Rio de Janeiro: Laboratório Dimensões da História – UFF, 1998, p. 13-32.

MENDONÇA, Sonia Regina. Estado, violência simbólica e metaforização da cidadania. *Tempo*, Rio de Janeiro, v.1, p.94-125, 1996.

MENDONÇA, Sônia Regina de; FONTES, Virginia Maria. *História do Brasil Recente: 1964-1992*. SP: Ática, 2001

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Culturas políticas na História: novos estudos*. Belo Horizonte, MG: Fina Traço, 2014.

MUNHOZ, Dercio Garcia. Inflação brasileira: os ensinamentos desde a crise dos anos 30. *Economia Contemporânea*, n. 1, p. 59-87, jan.-jun. 1997.

NEVES, Frederico de Castro. *A multidão e a história: saques e outras ações de massa no Ceará*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

PADRÓS, Enrique Serra; FERNANDES, Ananda Simões. “Faz escuro, mas eu canto”: os mecanismos repressivos e as lutas de resistência durante os “anos de chumbo” no Rio Grande do Sul. In: PADRÓS, Enrique Serra; BARBOSA, Vânia M.; LOPEZ, Vanessa Albuquerque; FERNANDES, Amanda Simões (orgs.). *A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964 – 1985): História e Memória*. Vol. 2 – Repressão e Resistência nos “Anos de Chumbo”. Porto Alegre: CORAG, 2009.

PRETTO NETO, Dary. *Um histórico das recentes políticas econômicas de combate a inflação no Brasil*. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado em Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.

RÉMOND, René. Uma história presente. In: RÉMOND, René. (Org.). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996, p. 13-36.

RENNÓ, Lúcio. Teoria da Cultura Política: Vícios e virtudes. *BIB –Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, ANPOCS/Relume Dumará, n.45, p. 71-92, 1998.

SALES, Jean Rodrigues. Partido comunista do Brasil e o partido comunista francês diante da revolução cubana nos anos 1960. *Revista de História Comparada*, v.1, n.2, p. 1-29, 2007.

SCHMIDT, Benito Bisso. Quando o historiador espia pelo buraco da fechadura: biografia e ética. *História* (São Paulo) v.33, n.1, p. 124-144, jan./jun. 2014.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

ROJAS, Carlos Antonio Aguirre. “O queijo e os vermes”: um modelo de história crítica para a análise das culturas subalternas. In: *Micro-História italiana: modo de uso*. Tradução de Jurandir Malerba. Londrina: EDUEL, 2012, p. 113-145.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. *O Regionalismo Nordestino: Existência e Consciência da Desigualdade Regional*. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2009.

SUDENE. *Aspectos do Quadro Social do Nordeste*. Recife: Sudene, 1985.

SUDENE. *As secas do Nordeste*. Recife: Sudene, 1979.

WEBER, Max. A Política como vocação. In: *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1982.